

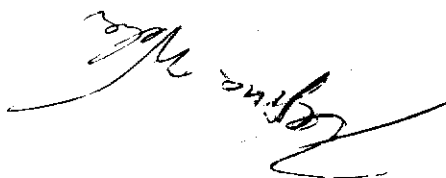
Coleção Trabalhos Acadêmico-Científicos

Série Dissertações de Mestrado

Regina Weber

O TRABALHADOR FABRIL EM GESTAÇÃO

Depoimentos sobre os anos 30 e 40
no interior do Rio Grande do Sul



Editora UNIJUI

Ijuí - Rio Grande do Sul - Brasil

1997⁸

© 1998, Editora UNIJUÍ
Rua do Comércio, 1364
Caixa Postal, 675
98700-000 - Ijuí - RS
- Brasil -

Fone: (055) 332-7100 - Ramal 217
Fax: (055) 332-7977

editora@main.unijui.tche.br
<http://www.unijui.tche.br/unijui/editora/>
Serviços de Editoração e Gráfica: SEDIGRAF

Capa: Wilson Maurio Mattos

Responsabilidade Editorial e Administrativa: Editora UNIJUÍ

Sumário

PREFÁCIO	
INTRODUÇÃO	9
Referenciais teóricos e metodológicos	9
O tratamento da fonte oral	11
Os documentos escritos	16
Abreviaturas e notações	18
Dados históricos	19
1. A PROCEDÊNCIA DOS TRABALHADORES	23
Gaúchos, ijuienses, e estrangeiros	23
A trajetória dos assalariados ijuienses	29
Os estrangeiros	29
Os "gaúchos"	37
Ijuíenses	40
Considerações gerais	44
2. MERCADO DE TRABALHO	51
Oficiais e operários: o surgimento das assalariados	51
Primeiras referências	51

W376 Weber, Regina

O trabalhador fabril em gestação; depoimentos sobre os anos 30 e 40 no interior do Rio Grande do Sul / Regina Weber -- Ijuí : Ed. UNIJUÍ, 1998. -- 212p. -- (Coleção trabalhos acadêmico-científicos. Dissertação de mestrado).

ISBN 85-85866-95-0

1. Trabalhadores 2. História 3. Rio Grande do Sul 4. Procedência - Trabalhadores 5. Mercado - Trabalhadores 6. Relações I. Título II. Série.

CDU: 331.981.65"1930/1940"
981.65"1930/1940"

Catálogo na Fonte
Biblioteca Central UNIJUÍ

A empresa familiar	55
Ferroviantos e trabalhadores de "obras"	57
Aprendizes e oficiais	59
Considerações: oficina ou fábrica?	61
As possibilidades do mercado de trabalho	63
Aquém e além da fábrica	63
O acesso à fábrica	69
3. OS PROCESSOS DE TRABALHO	71
O status fabril	71
Os estabelecimentos e sua organização	75
Fábrica de artefatos de madeira	75
Laminadora	77
Fundições (fábricas de máquinas)	78
Indústria do couro	81
Frigorífico	85
Fábrica de caramelos	91
Tipografia	94
Fábrica de pentes	96
As fabriquetas	98
Considerações gerais	104
Arte, conhecimento, destreza, ou força: quais eram as virtudes do mundo do trabalho?	104
A formação da mão-de-obra	109
Observações quanto à divisão de trabalho	112
O trabalho feminino	116
O trabalho "em casa"	120

4. CONDIÇÕES DE TRABALHO	123
Condições físicas de trabalho	123
Acidentes de trabalho	123
Serviços e locais insalubres	130
De vítima a "réu": a atribuição das responsabilidades	134
Jornada de trabalho	137
O tempo da fábrica	137
O tempo da lei	142
Remuneração	147
Valor relativo e retribuições não-monetárias	147
Formas de pagamento	153
Aumentos e gratificações	159
5. RELAÇÕES DE TRABALHO	165
O relacionamento com os proprietários: a figura do patrão e a do capitalista	165
Relações entre trabalhadores	173
Diferenciações entre os trabalhadores	173
O relacionamento entre os trabalhadores: colegas e chefes	178
Os operários e a empresa: momentos de confronto	183
EPÍLOGO	187
NOTAS	191
FONTES	203
Escritas	203
Orais	205
BIBLIOGRAFIA	207
ARQUIVOS E BIBLIOTECAS	212

Prefácio

O texto que segue foi originalmente uma Dissertação de Mestrado, *A Formação do Trabalhador Fabril: história oral em Ijuí/RS*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP, sob a orientação de Michael McDonald Hall, e defendida em março de 1989, diante de uma banca composta por Maria Célia Paoli e Adalberto Marson, além do orientador.

Para esta publicação, a dissertação sofreu algumas alterações, a maior parte delas constituindo-se de cortes visando simplificar a narrativa. Introduziu-se o sistema autor/data no referenciamento bibliográfico e diminuiu-se o número de notas. Contudo, não foram acrescentados novos referenciais teóricos, nem novos dados de pesquisa, para não descaracterizar o trabalho produzido há mais de oito anos. Algumas modificações feitas em virtude das críticas dos examinadores não tornam estes avaliistas do produto final.

Os Agradecimentos presentes no Prefácio da dissertação refletem a situação vivenciada no período de pesquisa e redação da mesma. Simplificadamente registro agora os nomes dos colegas de mestrado Josué Pereira da Silva e Hélio da Costa e o do Michael. Ainda contei com o apoio intelectual ou afetivo, em Campinas ou em Ijuí, de Hélio R. Cardoso Jr., Hilário Barbian, Paulo Fensterseifer e Francisco Tadeu R. Santos Rosa. Em Ijuí, minha família forneceu a infra-estrutura mínima (gravador, carro, etc.) para realizar a pesquisa.

Durante o período de realização do Mestrado, contei com financiamento das seguintes instituições: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), 1984/1985; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), 1986; UNICAMP (Pró-Reitoria de Pesquisa), 1987/1988.

Regina Weber

Porto Alegre, outubro de 1997

Introdução

Referenciais teóricos e metodológicos

Esta pesquisa circunscreve a trajetória de alguns indivíduos em direção a algumas fábricas e seu percurso dentro destas: como ali chegaram, como ali trabalharam e como ali viveram.

O projeto inicial da dissertação (Weber, 1985) priorizava o estudo da inserção dos trabalhadores na sociedade a que pertenciam as fábricas em que trabalhavam, mas, no decurso da pesquisa, ficou claro que a "identidade social do trabalhador" não poderia ser estudada antes que se analisasse a condição destes indivíduos enquanto trabalhadores fabris, ou melhor, sua constituição como tais. Assim, pode-se dizer que esta dissertação, ao enfatizar o movimento dos operários para a fábrica e dentro dela, não ilumina a movimentação destes nos outros espaços da cidade. As informações que permitem lançar luz sobre esses lugares sociais foram colhidas junto com as que aqui estão sistematizadas, mas sua análise foi postergada. Isso significa que alguns aspectos da vida dos trabalhadores não serão tratados aqui como temas ou tópicos, mesmo que apareçam de forma pontual: sua unidade familiar (bens, acesso à educação e assistência médica, rendas alternativas); sua vida social (formas de lazer, participação em associações recreativas); sua vida política e sindical (participação em sindicatos, opções partidárias, envolvimento com movimentos como o Integralismo). As relações entre patrões e empregados fora do universo do trabalho, sejam individuais, advindas de laços de amizade, sejam coletivas, propiciadas pelos eventos festivos promovidos pelas empre-

sas, também são consideradas facetas da vida social dos trabalhadores. Questões de cunho mais cultural, como a identidade étnica, relações com o mundo rural e uma certa representação do trabalho demandam um estudo à parte, não comportado nestas páginas.*

Dada a variedade de temas tratados neste texto, não investiuse em discussões teóricas para todos eles, pois tal tarefa excederia os limites de uma dissertação de mestrado. Restrinjo-me a alguns comentários bibliográficos pontuais; apenas o capítulo sobre processo de trabalho contém uma polêmica com alguns autores que lidam com o tema da industrialização. Também, abreviando menções a correntes historiográficas, registro a inegável influência de uma certa vertente da historiografia inglesa, particularmente a obra de Edward P. Thompson, com a qual me familiarizei antes de elaborar o projeto de pesquisa; e, assim, reporto-me ao famoso Prefácio de *The Making of the English Working Class* ou ao seu Epílogo (Thompson, 1977, p. 7-14 e 531-562); ou ainda ao item IV de "Eighteenth-Century English Society: Class Struggle Without Class?" (Thompson, 1979, p. 33-39) e a resposta às questões postas ao autor em "An interview with E. P. Thompson" (*Ibid.*, p. 295).

As concepções presentes nas páginas acima referenciadas e outras similares já foram debatidas e reelaboradas por historiadores e outros cientistas sociais brasileiros, considerando as especificidades da realidade nacional e remeter a seus textos me parece ser a melhor forma de situar este trabalho dentro de certos referenciais teóricos. Veja-se, por exemplo, "A posição do discurso acadêmico frente à classe operária" de Edgar de Decca (1981, p. 31-38); a "Introdução" do 2º volume de *A Classe Operária no Brasil*, onde Paulo S. Pinheiro e Michael Hall (1981, p. 9-14) conseguem, em poucas páginas, contextualizar historicamente o assunto em nível nacional e fazer associações com estudos de pesquisadores de outros tantos países; a "Introdução" de Vera M. C. Pereira em *O Coração da fábrica* (1979, p. 17-38); o ensaio "Pensando a Classe Operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico" (Paoli, Sader, Telles, 1983, p. 129-

* Todos estes temas estão tratados na Tese de Doutorado *Os Operários e a Colmeia*, defendida em março de 1996 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ.

149) de três professores, na época da publicação do artigo, do Departamento de Ciências Sociais da USP e "Introdução: formas de proletarianização, história incorporada e cultura operária" de José Sérgio Leite Lopes (1987, p. 11-32).

Neste último texto, existe um comentário acerca de um dos artigos que está sendo apresentado que convém reproduzir:

Por confrontação com os outros dois artigos, que privilegiam a informação direta, oral ou de observação do pesquisador a respeito do comportamento vivo do grupo social, seria hipoteticamente possível a Maria Célia Paoli o acesso a esse tipo de informação, dada a proximidade dos anos 30 e 40 deste século. A utilização dessas informações torna-se tecnicamente difícil, no entanto, diante do próprio objeto da autora, a saber, a proletarianização a "nível nacional" da classe trabalhadora, e levando-se em conta essa "experiência" de classe, avaliar a "presença" dessa classe no período histórico estudado (*Id.*, p. 27).

Espero, com esse estudo de caso acerca dos trabalhadores ijuenses, poder contribuir para o melhor conhecimento dessa classe social em sua dimensão nacional e histórica, enxergando-a por outro ângulo que não o da "fala dos outros" (Paoli, 1987, p. 53-101). Por outro lado, o recorte local e regional é uma das diferenças deste estudo em relação a outros do mesmo gênero: o espaço privilegiado para análise não é uma região industrializada, nem uma grande fábrica, mas um núcleo urbano de economia diversificada, própria de áreas de colonização.

• O tratamento da fonte oral

A maior parte do material empírico desta tese a situa num campo da história social denominado "história oral". Muito poderia ser dito acerca desta opção de trabalho, mas opto tão somente por reproduzir uma frase dos editores de *The Voice Of The Past*: "Ela introduz vida na História e amplia seus horizontes" (P. Thompson, 1978).

Agora, o recolhimento e a análise do documento oral, a entrevista, precisam ser discutidos num terreno interdisciplinar que a história divide com outras ciências humanas. Da literatura sobre os procedimentos da entrevista livre, entrevista não-diretiva e entrevista não-orientada, dois pontos são selecionados para discussão: a questão da interferência do pesquisador e o grau de importância que se deve atribuir às hesitações, aos silêncios, aos risos, às inflexões ou às pausas dos entrevistados.

As experiências preliminares com entrevistas mostraram que é difícil manter uma postura de não-interferência na fala do entrevistado, independente do fato de se possuir ou não um questionário preparado. Com exceção dos narradores loquazes, parecia que as pessoas precisavam de um "reforço" para continuar a falar. Talvez eu me incomodasse com a aproximação de silêncios, como se a entrevista fosse "morrer", pois depois de escolhida a pessoa, descoberto seu endereço, marcada uma hora, justificados os motivos da pesquisa, não convinha perder aquela oportunidade.

Neste contexto, são pertinentes as considerações de Teresa Pires do Rio Caldeira (1981), para quem o depoimento é também uma relação com o outro e este - o pesquisador - é constantemente incluído na ação que transcorre. Por isso ela afirma "que as tentativas de distanciamento e assepsia recomendadas por muitos manuais de pesquisa de campo não têm os resultados que são delas esperados, ou seja, objetividade, não interferência". Ela argumenta que o silêncio do entrevistador, sua relutância em responder a demandas podem provocar embaraços no entrevistado, desencadear fantasias, culpa, sentimentos de defesa, angústia. Exemplificando: em uma das minhas primeiras entrevistas, a entrevistada aproveitava qualquer pausa do depoimento para dizer que eu deveria entrevistar a irmã dela, que fala melhor "o português", que sabe mais, que trabalhou no escritório (ela trabalhou na produção); se eu não retrucasse, valorizando sua narrativa, ter-se-ia uma situação angustiante para ambas. Com diz Caldeira (Id., p. 347) "participar ou negar-se a participar, têm sob um aspecto, os mesmos efeitos sobre os pesquisadores: são atitudes que interferem e são levadas em consideração [...] com certeza silêncio e o objetividade/neutralidade não são a mesma coisa".

Constata-se também a inevitabilidade de pequenas interferências no sentido de repetir o que foi dito, de ajudar a concluir uma frase. Essas intrusões talvez possam ser enquadradas naquilo que Carl Rogers (1945), autor em que se baseiam os sociólogos da entrevista não-diretiva, chama de "espelhos verbais", isto é, o reforço à afirmação feita serviria para aprofundar a discussão.

Dominique Aron-Schnapper e Daniele Hanet tem outros argumentos a favor da intervenção: se o pesquisador falar demais, induzirá o interlocutor, mas se deixá-lo falar livremente, perderá o controle sobre seu objetivo de estudo. Por isso as autoras recomendam que "o entrevistador, durante as entrevistas, deve permanecer discreto, centrando a entrevista nos temas essenciais [...] ele deve obter as informações do entrevistado no momento em que este se recorda de uma passagem da vida, deixando, então, sua memória se desdobrar livremente, ajudando e guiando suas lembranças" (Aron-Schnapper, Hanet, 1980, p. 187). Contudo, mesmo reconhecendo que existe uma situação de desigualdade entre entrevistador-entrevistado e insistindo que o pesquisador não deve julgar, que deve infundir segurança no narrador, as historiadoras francesas reafirmam a idéia do distanciamento:

Tudo isso impõe ao entrevistador fazer progressivamente um verdadeiro trabalho sobre si mesmo, que lhe permita interiorizar uma tal humildade que ele saiba então escutar sem julgar, manter uma simpatia ativa, que não implica, no entanto, nenhuma participação. [...] Simpatizar com o entrevistado permanecendo neutro e distanciado (Id., p. 187-188).

Não há dúvida que o interessante é que o narrador fale acerca de um tema específico e que, da forma mais espontânea possível, a conversa seja conduzida para este terreno. Mas não podemos ficar imunes às cobranças do outro e recusar qualquer tipo de participação. Como diz Teresa Caldeira (p. 344) "estabelece-se uma relação de troca". Pois, de outro modo, o que seria uma "simpatia ativa"?

Dentre os autores que recomendam atenção às manifestações mais subjetivas do narrador durante sua fala, Guy Michelat (1980, p. 200) cogita até mesmo o uso do *video-tape*, "para reencontrar todas

as expressões gestuais, mímicas, etc., que poderiam ser acrescentadas às informações sintomáticas já recolhidas". Após as primeiras idas "a campo", notei que a tarefa de observar sintomas era hercúlea: muitos eram os silêncios, as hesitações, repetições, pausas, sorrisos. Descobrir sua origem, interpretá-los, parecia-me percorrer caminhos de muitas veredas, distanciando-me dos objetivos da pesquisa. Basicamente observei dois problemas distintos. Primeiro, a transcrição da gravação se tornava lenta, exaustiva. Anotar sucessivos sim/não, palavras interrompidas pelo meio, balbuceios, momentos de calma ou de animação, etc., tudo isso requer um trabalho minucioso. Paul Thompson (1984) e Philippe Joutard (1984) alertam para o tempo que consome a transcrição e, bem lembrado, seu custo. O historiador francês faz outras indagações pertinentes:

Deve-se reproduzir os balbuceios, as ligações defeituosas, todas as vacilações, inclusive as que não refletem mais que a apreensão e a timidez?... O narrador mais brilhante não resiste a esse tratamento, e em todo caso não se reproduzem as entonações a menos que se utilize a transcrição fonética, que só os especialistas lêem (Joutard, p. 72).

Supondo superado o problema das transcrições, fica a indagação: qual o objetivo de se analisar sintomas que aparecem a todo o momento? Com alguma perspicácia e conhecimentos de psicanálise descobre-se características da subjetividade do entrevistado. E para quê? Aron-Schnapper e Hanet (p. 194) preferem ignorar esses dados: "Nós deixamos de lado todas as interpretações do inconsciente que se expressam através da fala: vocabulário, associações de idéias, elocução, gagueira, hesitação, que nos pareciam exigir a competência tanto do analista como do psicanalista".

De qualquer forma, o pesquisador ficará numa situação que Philippe Joutard chama de "oscilar entre dois perigos":

Prender-se à expressão do interlocutor em seus mínimos detalhes, com o risco de tornar a leitura quase impossível e desvalorizar seu discurso, ou rescrever o texto oral com perigo de fazê-lo perder sua especificidade e uma parte da informação que lhe é própria (Joutard, *ibid.*).

Dado que é praticamente impossível analisar todas as manifestações subjetivas e que a maioria delas não tem significado direto num trabalho de cunho histórico, há que se privilegiar para registro aquelas que dizem respeito ao objeto específico em estudo. Por outro lado, é seu caráter coletivo, recorrente, que interessa. Como diz Joutard (*ibid.*), "não existem soluções milagrosas; tudo depende na realidade do tipo de investigação".

Considerando o projeto inicial da tese, o roteiro de temas sugeridos aos entrevistados foi bastante amplo e pode ser agrupado em três índices:

- trajetória da família do trabalhador: origem sócio-geográfica do operário;
- informações sobre o trabalho: acesso ao emprego, características do processo e das condições de trabalho, relacionamento com patrões e colegas, composição étnica, sexual e numérica do grupo de trabalhadores, festas da empresa;
- informações pessoais: escolaridade, religiosidade, participação em associações e comemorações comunitárias, posicionamento político e sindical, situação econômica, acesso a meios de comunicação, acesso à assistência médica.

De acordo com a metodologia adotada, uma certa fluência no curso da conversa era mantida, ocasionando tanto a enunciação de temas não previstos, quanto o não recolhimento de dados pertinentes em algumas entrevistas. Pode-se dizer que as entrevistas seguiam um "roteiro flexível" (ver Leite Lopes, 1978, p. 17).

Quanto aos entrevistados, tentei localizar pessoas de diversas posições no trabalho e nos grupos sociais, isto é, trabalhadores de diferentes ramos, ocupações, qualificações profissionais, vínculos trabalhistas, idades, sexos, etnias, nacionalidades. Por razões compreensíveis (morte, mudança de residência, transferência da cidade) era, às vezes, mais difícil encontrar, depois de cinquenta anos, esses indivíduos os que os documentos onde sua presença foi anotada. Buscava-se localizar trabalhadores adultos dos anos trinta e quarenta, mas o mais comum era encontrar indivíduos admitidos, ainda jovens, no início da

década quarenta. Para este estudo, as variáveis relativas à posição no processo de trabalho é que são mais significativas e estão muito próximas àquelas delimitadas por Vera Maria Cândido Pereira (1979, p. 34) ao estudar uma fábrica de tecidos do Rio de Janeiro na década de setenta: "operários manuais diretos - desde os serventes aos ocupantes de funções específicas - e até o nível daqueles que, além dessas funções, também exercem secundariamente postos de supervisão, como contramestre e encarregados de seções".

Como os processos produtivos aqui descritos desenvolveram-se há quarenta ou cinquenta anos, é praticamente impossível localizar informantes para cada uma das seções dos diversos estabelecimentos; contudo a tese não é sobre industrialização, mas sobre trabalhadores, o que permite utilizar um procedimento que José L. Lopes chamou de "amostra representativa":

O fato é que, no entanto, de certa forma cada usina já é por si só - no que diz respeito às características de seus operários - uma amostra representativa das demais. Com efeito, as características do "mercado de trabalho" peculiar dos operários do açúcar faz com que cada usina tenha operários que já passaram por diversas outras ao longo de sua vida produtiva. Assim, como nosso universo de pesquisas são os operários do açúcar, e não necessariamente as unidades de produção específicas em que se inserem, pudemos ter acesso, através do relato dos operários da usina em que centramos nossa pesquisa, às condições de trabalho particulares de diversas usinas (Leite Lopes, 1978, p. 18).¹

A maior parte das quarenta entrevistas, com duração média de uma hora de gravação cada uma e complementadas por anotações escritas, foi realizada em 1986 e as restantes nos anos de 1985, 1987 e 1988.

• Os documentos escritos

As fontes escritas mais manuseadas na pesquisa foram documentos referentes a pessoal, encontrados, após a localização de seus atuais responsáveis, em "arquivos mortos" de antigas fábricas ijuienses:

fichas de registro de empregados; livros para registro de empregados; folhas de pagamento; papéis avulsos (recibos de pagamento de férias, declarações de saídas, etc.).

Fazer avaliações percentuais acerca dos operários através dos registros trabalhistas de fábrica é uma tarefa fatigante e de resultados duvidosos, pois, apesar de já existirem impressos padronizados desde o final dos anos trinta (em fichas ou livros), nem sempre eles eram devidamente preenchidos. Há folhas que só contêm o nome do trabalhador, mas a maioria vem acompanhada com, pelo menos, a data da admissão; a data de nascimento aparece com bem mais frequência que o local, muitas vezes adotado apenas com "Rio Grande do Sul", sem referência à cidade. O apontamento da nacionalidade informa, quase sempre, o país natal para o caso dos estrangeiros, embora nada mais esclareça acerca dos "brasileiros". Agora, a presença dos dados anteriores nada significa se não tivermos a ocupação do empregado, pois para a pesquisa interessam apenas os que ocuparam funções "fábricas"; isso pode ser parcialmente contornado analisando, se as há, as referências ao salário, posto que o valor e a forma de remuneração é diferente se o admitido é um operário ou um burocrata. A ausência da data de saída do empregado dificulta aquilatar o contingente numérico de trabalhadores da empresa, pois, aquele pode ter sido um operário temporário ou um que ali se aposentou, mas, cujos, dados foram atualizados em documentação não encontrada.

Mesmo que informem que a admissão de alguns trabalhadores ocorreu no início dos anos trinta, é visível que esses registros começaram a ser redigidos no final desta década, em decorrência de exigências legais. Por exemplo, no arquivo da firma Geiss & Cia., foram encontradas fichas avulsas de empregados com datas de admissão desde 1932; já no "Livro para registro das fichas dos empregados da firma Geiss & Cia." vários desses antigos trabalhadores estão registrados como admitidos em janeiro de 1938. Essa disparidade é esclarecida por uma circular, encontrada dentro do livro, da comissão organizadores do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários que, em um de seus itens, instrui:

Em cada ficha registrar-se-á o nome do empregado, a data de sua admissão (que será de 1º de janeiro para todos o que hajam sido admitidos anteriormente), as remunerações pagas e a contribuições descontadas, e, por fim, a data da saída.²

Da mesma forma, as fichas dos trabalhadores mais antigos do Frigorífico Serrano, admitidos em 1934, ano de sua fundação, só contém observações a partir de 1940, referentes ao aumento da jornada de trabalho de 8 para 10 horas, citando o decreto 22.033. Se acompañarmos a evolução dos salários, fica a suspeita de que a primeira anotação sobre a remuneração refere-se igualmente ao ano de 1940.

Os exemplos acima indicam que só existem dados globais da mão de obra fabril ijuense para os últimos anos da década de trinta.

As Atas do Frigorífico Serrano, redigidas pelo próprio proprietário ou por seu substituto quando este viajava, sem dúvida são os documentos mais originais e preciosos dentre os encontrados nas pastas fabris pelo seu conteúdo, na época, confidencial; isso ficará patente em algumas citações nos próximos capítulos.

Outros documentos escritos foram também utilizados: periódicos, principalmente o *Correio Serrano*, que teve cerca de dois mil números consultados entre 1917 e 1945; publicações comemorativas; registros oficiais do município; atas de associações sindicais; censos.

• Abreviaturas e notações

- A grafia dos documentos escritos está sendo atualizada, mas são mantidas as construções discursivas e alguns termos como "embrulhadreira".

- A forma de expressão original utilizada pelos entrevistados são mantidas nas citações; eventualmente são feitas inserções esclarecedoras. (Alguns "erros" de linguagem permitem identificar a origem étnica.)

- Os entrevistados aparecem denominados como trabalhadores(as) ou operários(as) ainda que, em sua maioria, sejam aposentado(a)s; em certas passagens um referencial cronológico é utilizado. A função que identifica o narrador, a partir do terceiro capítulo, é a que ele ocupava na época que está descrevendo.

Abreviaturas (documentos escritos):

FRRS..... Frigorífico Serrano de Rosalvo Scherer

FSSA..... Frigorífico Serrano S. A.

CS /data /n.º, p..... Correio Serrano; ano do exemplar (eventualmente dia e mês); número do exemplar; página (quando coletada).

Notações (entrevistas)

... Pausas na fala do entrevistado.

[?] Trechos inaudíveis (podem significar uma opção de não fazer ouvir).

[palavra] Audição duvidosa ou inserções de esclarecimento.

[...] Trechos não reproduzidos.

[RW] Breve comentário sobre o tema.

[Q] Pergunta ao entrevistado sobre o tema.

P /R Pergunta /Resposta, reprodução do diálogo.

[rindo] Manifestações subjetivas são anotadas entre colchetes.

nunca Palavras pronunciadas com entonação mais forte são destacadas.

Dados históricos

A "Colônia Ijuhy" foi fundada no ano de 1890 pelo governo estadual no noroeste do Rio Grande do Sul e passou a ser ocupada

por imigrantes europeus de várias procedências: poloneses, italianos, austríacos, suecos, letos e também por migrantes das "colônias velhas" (do vale do rio Jacuí), principalmente teuto-brasileiros. É esse conglomerado de teuto-russos, austríacos, teuto-brasileiros, teuto-poloneses, teuto-húngaros, teuto-romenos que deu a Ijuí a aparência de uma colônia "alemã", apesar da diferença de costumes entre esses grupos. Elementos libaneses também migraram no início da colonização, em 1895 (Fischer, 1987, p. 21-45). Por outro lado, pouco se sabe acerca de antigos povoadores da região de Ijuí, os caboclos (lusobrasileiros ou mestiços), que ali viviam há mais de 40 anos antes da fundação da colônia, mas não eram proprietários de terras (Callai, 1987, p. 9).

Um pesquisador francês já se referiu a Ijuí como "município que pode ser tomado como exemplo dessa regiões teuto-brasileiras isoladas no meio dos campos luso-brasileiros do Planalto" (Roche, p. 86). "Planalto" é a denominação geográfica da área do Rio Grande do Sul onde localiza-se a cidade, antigamente chamada de "Região de Cima da Serra" pelos, então, gaúchos, isto é, os habitantes das outras zonas rio-grandenses, cujo contato com aquela era dificultada tanto pelo relevo como pela floresta que a cobria e que foi desbravada pelos colonos imigrantes. "A palavra 'Serra' que designava o acidente morfológico, estendeu-se à sua capa florestal" (Id., p. 37-42), por esses motivos é que adjetivos derivados de "serra" são bastante frequentes na nomenclatura local.

Em 1911 a estrada-de-ferro atingiu a vila. Em 1912 foi criado o Município de Ijuí. Em 1917 a área central da vila passou a contar com iluminação elétrica, fornecida por empresas particulares locais, e em 1923, entrou em funcionamento a Usina Municipal, gerando energia elétrica. Na década seguinte, em 1934, foi instituída a Comarca de Ijuí e o município elevou-se à categoria de cidade.

Até os anos setenta, a população de Ijuí foi predominantemente rural, sendo que dos 42 mil habitantes de 1940, apenas 1/7 residia na área urbana do município.

Um incipiente processo de industrialização pode ser visualizado desde a década de trinta, tendo na suíno-indústria sua maior expres-

são, com destaque também para os ramos de transformação de madeira, couro, laticínios e fundições. É igualmente de meados dessa década a formação de sindicatos de operários fabris em categorias que acompanham as principais atividades industriais locais.³

Os lotes de terras, demarcados ao longo das "Linhas" situadas perpendicularmente ao vale do Rio Ijuí, medindo cada um 25 hectares, que foram ocupados pelos imigrantes, passaram também a denominar-se "colônia" e seus possuidores, "colonos". A palavra "interior" - ou, inversamente, "fora" - também refere-se à área povoada pelos colonos, pois corresponde ao município, excetuando-se sua sede administrativa. O termo "campo" em geral designa regiões de pecuária, mas pode ser empregado como sinônimo da área rural como um todo.

1. A Procedência dos Trabalhadores

Este capítulo está centrado na organização das respostas obtidas à primeira questão que, via de regra, era posta aos entrevistados e que, por seu caráter subjetivo, servia de introdução ao diálogo: "O Sr.(a) é natural de Ijuí?" ou "De onde é sua família?". Dada sua peculiaridade, algumas situações não puderam ser generalizadas e aparecem como descrições de casos: "Uma das mais profundas lições da história oral é a singularidade, assim como a representatividade, de cada história de vida. Existem situações tão raras e vívidas que demandam gravação, a despeito do projeto" (P. Thompson, 1978, p. 129).

Gaúchos, ijuíenses, e estrangeiros

As conclusões que seguem foram obtidas tabulando-se, numa matriz (Quadro 1), o ano e o local de nascimento de 428 trabalhadores; informações localizadas principalmente nos livros e fichas de registro de empregados, ou, eventualmente, folhas de pagamento, de diversas firmas ijuíenses, das quais restaram e puderam ser localizados alguns documentos, e também na Ata de Fundação do Sindicato Indústria e Comércio e nas entrevistas. O que está analisado é a mão de obra "potencial", isto é, a que em algum momento ingressou na fabri-

ca para ocupar funções de operário ou técnico, independente do tempo de permanência no estabelecimento. A descrição da força de trabalho efetiva, distinguindo trabalhadores permanentes de temporários será feita em outro momento, para cada caso, posto que a data de saída em geral não aparece nos documentos. A coleta de dados foi limitada aos trabalhadores admitidos até 1945, porque a pesquisa está centrada na força de trabalho das décadas trinta e quarenta e depois daquela data é cada vez maior o número de operários nascidos depois de 1930, isto é, os trabalhadores adultos dos anos cinquenta. Já o limite inferior, como foi visto, é dado pelos próprios registros e podemos tomar o ano de 1935 como base; dessa forma o que está sendo estudado é a força de trabalho fabril da década 1935/1945.

A cifra de 428 refere-se a trabalhadores dos quais foi possível obter o ano ou o local de nascimento; mas o segundo dado só foi obtido para 75% dos contabilizados (do $\frac{1}{4}$ restante sabe-se que 1/3 era brasileiro), o que nos deixa com pouco mais de 300 informações acerca da procedência territorial dos operários. Considerando que alguns estudos estimam em 800 os trabalhadores fabris ijuienses em 1940 (ver R. Weber, 1987, p. 164), esses números representam uma amostra razoável. Vejamos as generalizações possíveis.

QUADRO 1: Local/data de nascimento de operários admitidos em fábricas ijuienses entre 1935/1945⁴

Ordenados os números, três grandes grupos são circunscritíveis conforme o local de nascimento dos trabalhadores: "gaúchos", ijuitenses e estrangeiros.

A maior parte deles nasceu no Rio Grande do Sul, mas, a maioria (46% do total), fora de Juiú, vindos de mais de 40 cidades diferentes. Há um destaque, em termos de concentração, para as cidades vizinhas de Cruz Alta e Santo Ângelo e, um pouco mais afastadas, de Júlio de Castilhos e Tupanciretã. Destas cidades provém, no geral, a população de origem luso-brasileira, enquanto que das "colônias velhas" (Santa Cruz, Lajeado, Cachoeira, etc.) vêm os germânicos. A região da fronteira também forneceu braços para as fábricas ijuitenses. Desses gaúchos, 47% nasceu depois de 1920, o que significa, tomado por base o ano de 1940, que os operários abrangidos por esse percentual entraram nas fábricas com menos de 20 anos. Os 12% que nasceram antes de 1900 podem ser filhos de colonos que deixaram as colônias velhas quando foi criada a nova Colônia Ijuhy. A importância das migrações internas, isto é, as procedentes das antigas colônias alemãs, no povoamento inicial de Juiú foi assinalada por Jean Roche (1969, p. 347), que também afirmou que "desde 1912, não havia mais terras disponíveis", isso significa que essa população se dirigiu ao mercado de trabalho citadino.

Os naturais de Juiú correspondem a quase 1/3 do total (29%). Há diversas informações acerca da procedência familiar desses ijuitenses, mas que dificilmente podem ser quantificadas dado seu caráter esparso. É possível alinhar algumas referências: a) às vezes o local de nascimento, nos documentos empregatícios, é citado pelos distritos do município, o que denuncia a origem rural; b) pelas entrevistas, sabe-se que alguns saíram do campo na infância, na juventude ou mesmo adultos; c) por documentos diversos, vê-se que alguns descendem de famílias ijuitenses urbanizadas. Estas referências remetem a operários que descendem de famílias, urbanas ou rurais, estabelecidas em Juiú. O recolhimento da anotação da filiação dos admitidos nas fábricas e as entrevistas dão a conhecer que muitos são filhos de elementos que pertencem aos outros dois grupos circunscritos (riograndenses de outras cidades e estrangeiros). Muitos desses pais também eram efetivos

vamente assalariados em Juiú, pois o que os caracteriza é que chegaram à cidade sem propriedade sobre lotes de terra. Provavelmente são filhos de adventícios recentes que contribuem para dar a alta cifra de jovens operários naturais de Juiú, pois 66% destes nasceu depois de 1920.

O terceiro grupo é constituído pelos estrangeiros (22%). Se um indivíduo nasceu na Alemanha antes de 1900, como saber se ele é um pai de família que emigrou com os "seus" nas primeiras décadas deste século, quando não mais se distribuíam lotes de terra na região, ou um filho de colonos que aqui aportaram quando da formação da Colônia Ijuhy? Muitos registros anotam a data da chegada ao Brasil do empregado; esses dados, unidos aos das entrevistas, vão delineando as famílias de imigrantes. Nesse grupo, uma surpresa: dos 67 estrangeiros dos quais conhece o país natal, 28 (41%) nasceram na Romênia, 16 na Rússia (23%) e apenas 13 (19%) na Alemanha; mas a surpresa é passageira, pois as entrevistas nos contam que esses russos e romenos são etnicamente germânicos, isto é, a imigração de europeus, que aqui tornaram-se assalariados, neste século mantém os contornos étnicos da que ocorreu no final do século passado, mas com menor participação de poloneses e italianos.

Relativamente aos estrangeiros, pode-se dizer que o tabelamento, feito unicamente pela data de admissão, encobre sua real participação na força de trabalho ijuitense, porque eles constituíam a mão-de-obra mais permanente das fábricas (ver cap. 5). Por exemplo, em 29 de abril de 1939, dois trabalhadores da principal cervejaria da cidade são demitidos "para fins de ser respeitado o regulamento da lei de 2/3", isto significa que mais de 1/3 dos empregados do estabelecimento eram estrangeiros.⁵ Iguamente, num rascunho de uma relação de empregados, da maior firma do ramo do couro, cumprindo exigências do IAPI, dos 25 citados 9 (36%) não são brasileiros (são russos, romenos ou alemães).⁶ Também diversos entrevistados falam da predominância dos "alemães" nas empresas em que trabalharam.

Convém aqui relativizar a afirmação do historiador francês de que a "imigração, que assegura aproximadamente a metade do povoamento inicial, já não exerce, desde a Primeira Guerra Mundial, se

não uma função acessória" (Roche, *ibid.*), lembrando que a fonte que ele utiliza são registros de casamentos celebrados num dos distritos do município, enquanto que esses novos imigrantes dirigiram-se principalmente para a sede daquele. Se generalizássemos seus cálculos para toda a cidade, a participação dos estrangeiros, no conjunto da população adulta da década de quarenta, estaria reduzida a 1%, percentual bastante distanciado dos 22% atribuídos à parcela de estrangeiros dentre os trabalhadores para período. Em outro estudo já foi apontada a presença de estrangeiros na camada industrial (Weber, 1987, p. 170).

O resíduo percentual (não coberto pelos 3 grupos) corresponde a pessoas que nasceram no Brasil, mas fora do Rio Grande do Sul. Como 3 delas, pelo menos, têm sobrenomes alemães e nasceram em São Paulo, podemos cogitar que se tratam de filhos de imigrantes nascidos no lapso de tempo que seus pais permaneceram naquele estado antes de se dirigirem para o sul do país.

A predominância dos jovens na população trabalhadora será relativizada quando forem distinguidos, para diversos ramos, os serviços permanentes e temporários, qualificados e desqualificados, associando-os com a divisão das tarefas por sexo (cap. 3).

O lugar de nascimento dos trabalhadores muitas vezes permite conhecer sua origem étnica e é fundamental levar em conta a clivagem étnica para a compreensão do comportamento social e político dos operários. Outra importante classificação a ser feita, mas para a qual infelizmente não há dados matematizáveis, é entre os oriundos do campo e os cidadãos. Certamente nos três grupamentos existem elementos de ambas categorias, mas a narrativa dos entrevistados mostrará que nem sempre é fácil delimitar a origem rural ou urbana da população fabril.

Se unirmos os grupos de riograndenses não-ijuienses e dos estrangeiros, veremos que grande parte da mão-de-obra fabril no período de industrialização do município era composta por uma população que afluía a este mais ou menos nessa época. Uma breve coleta de biografia de empresários industriais mostrou que muitos deles também chegaram a Ijuí nas primeiras décadas do século, procedentes de ou-

tras cidades do Rio Grande do Sul ou do exterior (Weber, 1987, p. 170-71). A majoritária presença de germânicos entre esses que tornaram-se patrões também é um fator do imbricamento das relações étnicas e classistas.

A trajetória dos assalariados ijuienses

Os impulsos, os condicionamentos que levaram as pessoas a percorrer um caminho que as conduziu às fábricas ijuienses só são dados a conhecer pelos próprios trabalhadores.

O local de nascimento não foi um dos principais elementos diversificadores na escolha dos entrevistados; inclusive foi dada preferência aos nascidos em Ijuí, supondo-se que eles tivessem transitado por mais fábricas. De qualquer forma, a primeira aproximação do assunto acompanha os grupamentos geográficos já delineados neste capítulo.

• Os estrangeiros

Tanto o russo Ewaldo como o polonês Boleslau são de famílias que trabalhavam na terra na Europa e se dedicaram a essa atividade quando chegaram ao Brasil, mas as circunstâncias de suas vidas são diferentes. O relato deste polonês que chegou ao Brasil em 1924 com seus pais, um irmão e três irmãs sugere semelhanças da questão agrária no Brasil e na Polônia:

Porque nós saímos, porque lá tinha um pastor que veio aqui do Brasil. Então meu pai tinha um pedaço de terra lá, então ele vendeu aquele pedaço de terra e queria comprar logo adiante que era terras mais baratas. Mas e como veio esse pastor disse "não compra terra [?]; vai no Brasil, no Brasil tem terra muito boa e tudo barato lá, né". Então nós resolvemos e viemos pra cá né. E achamos muito bom. [...] Vie-

mos, desembarquemos em Santos, porque o nosso navio, quer dizer, esse grande transatlântico desembarcou nós lá; mas como nós tinha endereço do Rio Grande, então nós embarquemos lá, viemos até Rio Grande ali. Desembarquemos em Rio Grande e aí lá tinha uma gente, disse "olha, que colônia mesmo, aonde é que o pessoal tava lavrando, plantando, diz que em Ijuí; mas tem que embarcar de novo no navio e chegar em Porto Alegre". Assim nós fizemos não é. E de lá embarquemos aqui prá Ijuí. [...] Aí um levou nós de carroça até lá na Ramada. E lá tinha gente que queria vender a terra né. Então nós, meu pai comprou um pedaço de terra, meia colônia naquele tempo né (Boleslau Dizinski, 17 jun. 1986).

O movimento de venda da terra para adquirir uma área maior que comportasse todos os descendentes também estava ocorrendo em Ijuí nessa época, como é mencionado páginas adiante, com a diferença que, para os poloneses, a aquisição de meio lote colonial comprou a travessia do Atlântico, enquanto que no Rio Grande do Sul a partilha das colônias é apontada como uma causa da minifundização da superfície agrícola e do êxodo rural.

Ewald nasceu na Sibéria, em 1918, em plena guerra civil entre "brancos" e "vermelhos". Segundo ele, as famílias dos soldados que lutaram na guerra foram aos poucos sendo transferidas para o interior do país. Seus primeiros deslocamentos, portanto, estão ligados a esse período da história da Rússia:

... da Sibéria nós fomos prá Preamur, mais, mais pro interior. Porque na Sibéria começou o comunismo tomar conta, então já começaram, aí você tem que plantar tanto, você tem que entregar tanto né, e etc., etc.; então ali mais pro interior não existia isso assim. [...] Então quando veio o comunismo ali prá, prá Preamur, daí nós então saímos de lá, passamos por China... tivemos por dois anos em China (Ewald Bohn, 4 nov. 1986).

Segundo o narrador, aproximadamente 100 famílias fugitivas da Rússia se reuniram na China e, por intermédio do Consulado Alemão, vieram ao Brasil em 1932, destinadas ao estado de Santa Catarina. A interferência da Alemanha é compreensível quando se

sabe que essas famílias eram etnicamente alemãs: "O nosso lote veio... veio 2 judeus e uma família russa, o resto era tudo alemão".⁷ No último trajeto de Ewald, que o conduziu a Ijuí, onde se fixa, a figura da fuga estará novamente presente.

A existência de imigrantes que eram operários ou artífices (ferreiro, tipógrafo, alfaiate) na Europa nos é informada pelos filhos destes. O desemprego é citado como causa da emigração.

Já foram destacadas a alta porcentagem de romenos entre os trabalhadores do período em estudo (pelos cálculos com os registros disponíveis, eles correspondem a 8,7%) e a permanência nas fábricas dos estrangeiros de um modo geral. E, a julgar pela relativa facilidade de se localizar atualmente esse teuto-romenos e seus descendentes, sua estabilização no trabalho e na cidade é parte de um processo social mais amplo, que pode ser melhor compreendido, buscando as razões que os levaram a deixar a Europa, ou, mais especificamente, a Bessarábia.

Agora Bessarábia, nós morávamos em Bessarábia, era um pedaço de terra ali, lá tinha centenas de aldeias, tudo edificado desses alemães que vieram da Alemanha; eu não sei bem se foi 4º ou 5º geração já lá, em Bessarábia; lá eles foram colonizados [colonizadores] lá na Bessarábia. Bessarábia era um pedaço de terra que pertencia um tempo para a Rússia, era bem divisa, e outro tempo à România. Agora, eu nasci e cresci quando ela pertencia à România; os pais eram da Rússia, num tempo da... pertencia à Rússia [?] e assim por diante (Hildebert Wornath, 4 maio 1986).

... o meu pai era da Rússia, da Romênia. Mas acontece que a Romênia, na época que o meu pai nasceu lá era... Romênia! Depois foi dominado pela Rússia. A Bessarábia depois passou prá ser, a pertencer ao território russo. O russo assumiu, tomou conta lá, como ele tá fazendo agora muitas vezes. Então ali... eu nasci na Romênia! O meu pai nasceu na Rússia, mas no mesmo lugar. [?] era dominado pela Rússia. Depois a Romênia assumiu de novo, e agora parece que está novamente em poder da Rússia. [...] Os meus antepassados, os meus avós, bisavós, isso eram alemães. Vieram da Alemanha prá Rússia. Era a Rússia na época do César [czar]. Isso antes do comunismo, né, no época do César; o César pediu imigração. Que nem aqui veio pro

Brasil, imigrantes alemães; assim foram prá Rússia. E aí onde meus antepassados foram lá e se estabeleceram lá como agricultores (Frederico Dietterle Filho, 3 nov. 1986).

As disputas entre os países na delimitação dos seus territórios nacionais aparece para esses agricultores como uma dificuldade em definir sua própria nacionalidade: "Então quer dizer, meus papéis são tudo da Romênia" (Alma Frey Schlenker, 24 out. 1986). Se a nacionalidade era, em última análise, definida pelo registro de nascimento, a posição étnica, isto é, a identidade germânica é bem clara:

Não, lá na România se falava em romeno. Se falava, mas lá também tinha gente, alemão como nós aqui, tudo misturado. Lá tinha muita gente alemã também, né. Que nem aqui. Volta e meia tu encontra um alemão aí, né. Que a gente se conhece tudo né. Era assim. Mas a escola mesmo tinha a língua deles, como aqui o português, né (Natalia Schelske Reichle, 30 out. 1986).

Vejamos a história política da Bessarábia em outra versão. A população da Bessarábia (2.957.000 habitantes em 1925) era composta por 50% de moldavos, 20% de ucranianos e muitos judeus, búlgaros e alemães. Mesmo sendo étnica e historicamente romeno, o território sempre foi reivindicado pela Rússia, que, por fim, logrou anexá-lo. Com a queda do Império russo em 1917 e o estabelecimento das Repúblicas Soviéticas, os bessarábios mais influentes declararam a autonomia e se formou um Conselho Nacional. Temendo o terrorismo que invadia a Rússia, pediram auxílio militar à Romênia, com o que também preparavam a união com este Estado. Em 24 de janeiro de 1918, o Conselho Nacional da Bessarábia proclamou a conversão da província em República Moldava Independente e renunciou à toda conexão com a União Soviética; em 27 de novembro o Conselho decide pela união voluntária e incondicional com a Romênia. A Rússia não reconheceu a união, vendo a região como um território ocupado; os delegados de ambos países não chegaram a um acordo nos encontros de 1922 e 1924 e a província ficou então em estado de ocupação militar, com a tropas romenas percorrendo a margem direita do Dniester e os soviéticos as observando da esquerda. Ademais a

guerra e os acontecimentos posteriores na Rússia alteraram a vida econômica e política da Bessarábia. Após a anexação, toda a Romênia ficou em estado de sítio. Afirmado estar salvando a província do bolchevismo, o governo romeno realizou uma reforma agrária na Bessarábia, expropriando propriedades particulares com mais de 100 hectares para entregá-las aos camponeses. A Bessarábia foi reincorporada à Rússia durante a 2ª Guerra Mundial, em 1940.⁸

Com esses dados fica mais fácil compreender porque as imagens da guerra e do comunismo, além da pobreza derivada da seca, são tão recorrentes quando os entrevistados comentam os motivos que os levaram a deixar a Europa:

Por causa de miséria, eram muitos anos, muito seco, não deu mais nada quase né. Esse foi em 22, 23, 24, 25. Uma seca atrás da outra, quase não deu mais prá viver mais lá. Por causa disso e por... e mais por causa das guerras. Esse guerra de 14, já essa ainda nós tava lá, mas quando essa guerra agora última guerra, né, então nós tava pronto. A mão não queria ficar, só por causa dos filhos; nós era 10, 8 irmãos e 2 irmãs e por causa disso a mãe gostaria sair do Europa (Henrique Boger, 3 jun. 1986).

é que aquela época tinha uma crise muito braba, quase não deu prá eles se sustentarem, então não sei com é que eles... inventaram de vir aí pro Brasil. Nós távamos na Romênia, aquela época... não dava co-lheita, não dava quase nada, né. Então eles migraram prá cá (Roberto Döring, 20 out. 1986).

..que meu pai serviu na guerra de 14, né. E depois da guerra não tinha mais chance porque o comunismo assumiu né e ele não queria se sujeitar àquele regime comunista, né, aí nós viemos embora. [...] E o comunismo não era...na época... Hoje dizem que é melhor, eu não sei, eu não boto a mão no fogo pelo comunismo, mas dizem que hoje é melhor, mais... folgado, um pouco mais... liberado, né. Mas na época do Stalin, quando ele assumiu, aquilo era, era [horível] (F. Dietterle Filho, 20 out. 1986; eles deixaram a Romênia em 1930).

A busca de terras, que motivara seus antepassados a sair da Alemanha, também é uma explicação para a partida desses alemães da Romênia:

Nossa família era grande, então o meu pai também não tinha muita coisa contra que nós [ele e o irmão] saísse; ainda sobrou muita gente lá (H. Wornath, id.)

Meu pai veio prá cá... Ele queria terra. Lá tem muita pouca terra, muita gente e pouca terra, então a gente não podia viver mais como, vamos dizer aqui nos colonos. O pai sempre queria ser assim... um granjeiro assim (N. Reichle, id.).

O fenômeno da migração intercontinental não pode se explicar apenas pelos condicionantes que impulsionam a saída; a existência de um ponto de chegada, a possibilidade de uma alternativa de vida é, às vezes, fundamental. Porque o Brasil? Porque Ijuí? Para quem folheia os registros de trabalhadores das fábricas ijuieneses, prestando atenção aos dados dos "rúmenos", verá que a data de entrada no Brasil é quase sempre 1926.⁹ Ao conversar com alguns deles, outra recorrência: a passagem pelos cafezais paulistas:

Foi uma comissão que pediu trabalhadores para fazendas de café, São Paulo, e nessa base nos chegemos aí (H. Boger, id.).

...trabalhamos, quer dizer, eu não, mas os pais trabalharam nos cafezais. E de lá viemos [direto] prá Ijuí. [RW] Bom, eles vieram aquela época por conta do...do governo... dos fazendeiros, sei lá, não lembro bem. Aí ele tiveram que trabalhar para pagar as despesas. Quando tava liquidada então, podiam sair. Eles tinham obrigação de trabalhar, né (R. Döring, id.).

Depois este entrevistado comenta que ele próprio, aos 8 anos, também ajudou a colher café. Os informantes eram todos crianças quando fizeram a travessia do Atlântico, mas, a deduzir dos fragmentos de suas lembranças, seus pais sabiam o tipo de trabalho oferecido nas plantações de café e alguns deles contavam com a possibilidade de outras opções de trabalho, uma vez chegados ao Brasil e cumpridos os compromissos assumidos no momento do embarque. Mas para muitos imigrantes a vida nas fazendas dos cafeicultores era tão dura que os obrigou a abreviar sua estadia com a fuga:

Eles disseram que nós era imigrante, mas nós paguemos tanto, que...era mesmo a viagem, né.

Nós não chegemos a ver dinheiro lá. Nós compreemos numa, uma... cooperativa. E lá eles [des]contavam, né. Mas nós nunca enxergava dinheiro. Nós só trabalhamos, eles descontaram a nossa comida que nós comemos lá. Nós nunca enxerguemos dinheiro lá.

Mas credo! Como nós passemos fome lá. E o nosso comida... leite não existia, carne nem se falava. Tem que ir [...] domingos os homens foram então de manhã cedo prá achar uma coisinha prá comer. Banha era enlatada; nós não sabia o que era azeite, então nos queria banha, né. E botava o abridor assim e schhh, prá cima, tão podre tava a banha. O pão nós fizemos na folhas de bananeira, né. E...depois nós fugimos de lá! Com carroça de boi, até...Ribeirão Preto. [...] Em Ribeirão Preto nós tava escondido 14 dias. E depois nós fomos até...¹⁰

Curiosamente, mesmo aquela família de pequenos proprietários, cujo chefe, gostaria de tornar-se um "granjeiro", teve seu destino associado ao dos outros romenos por viajar no mesmo navio que estes e não ter, aqui no Brasil, a quem recorrer para explicar que eles próprios tinham custeado sua viagem:

É lá era pouca terra; era pouca terra. Então meu pai veio para cá. Que eles prometiam terra prá nós, prometiam maquinário, tu ganhava uma junta de boi e vaca e tudo. Tudo isso prometeram, tudo pro meu pai. E chegemos aqui não ganhemos nada. Viemos aqui, como lá nos fazendeiros de café, né. Lá nós tivemos que colher café, meu pai trabalhou, nós era entre... três irmãos... não quatro irmãos. Quatro irmãs, a mãe, o pai, né; quatro, cinco, seis, sete né, sete pessoas; trabalhamos três anos prá pagar a nossa viagem. Que nós já tinha pago. Mas nós viemos junto com esses outros que os fazendeiros mandaram vir. Meu pai não queria esperar! vim outro vapor, né, outro navio. Então ele disse "eu quero ir com esse navio; pagou toda a passagem dele, depois teve que trabalhar três anos prá terminar de pagar, tudo aquilo né. E daí quando ele tinha pago tudo, daí nós fomos embora prá São Paulo. Daí meu pai trabalhou lá na Antártica, em São Paulo, um tempo né. Depois ele veio, nos viemos pro Rio Grande, que esses Wornath tava aqui. E era solteiro, né. Então ele já tava namorando minha irmã lá em São Paulo, quando eles tavam na mesma fazenda onde nós tava né (N. S. Reichle, id.).

Para os romenos que eram pequenos proprietários na Europa, ainda que as condições de vida não fossem tão duras, a situação de empregado, muitas vezes lado a lado com descendentes de escravos, era desconfortável o bastante para motivá-los a abandonar os cafezais:

Porque ali era, era muito... não era bom né. Ganhavam pouco e...trabalhavam lá como agregados, né, funcionários...no cafézal. Aquilo não é moleza. Então ajuntaram a gurizada e vieram prá cá. Não só os meus pais, mas como uma porção de parentagem, de parentes. [...] Eu não me recordo bem quantas [famílias que vieram]. Na minha parentagem por exemplo, veio os avós, uns quantos tios, assim por diante (R. Döring, id.).

Não, não, eles gostariam mais a colonização aqui, em Rio Grande, porque nós tinha colônia lá na Europa também, terras né.¹¹

Para algumas destas famílias de teuto-romenos a opção por Ijuí já estava delineada na Europa devido a uma correspondência com um influente ijuicense, Roberto Löw, o editor do *Correio Serrano*.¹² Considerando os laços étnicos e de parentesco que já existiam entre essas famílias e os que se formaram nos cafezais paulista, é compreensível que informações sobre o município de Ijuí tenham se disseminado, tornando a vinda para esta cidade uma opção coletiva. Uma família que veio em 1930, quando a pressão do regime comunista se fazia mais forte, obteve notícias de Ijuí através de parentes que emigraram nessa leva de meados dos anos vinte; pelo relato de um de seus membros, fica claro que o Brasil não era a única, nem a melhor alternativa à Romênia:

Antes de nós já veio a família Boger. Eles são parentes. E nós viemos porque eles escreveram que aqui no Brasil é bom e.. a liberdade; e também indicaram o endereço, né, Ijuí; aí nos viemos diretamente prá cá. O plano era, inicialmente meu finado pai queria ir pro Canadá [?]. Mas como eu tinha um problema na visão [?], então os EUA não aceitaram. Eles todos podiam ir, menos eu. Daí o pai diz "não, então eu não vou deixar um filho ali, prá trás, prá ir aos EUA". Então disseram, "não, pro Brasil pode ir mesmo assim". Brasil sempre recebeu qualquer coisa [sorrindo]. Então nós viemos pro Brasil, mas já indicado

pelo endereço dos Boger. E antes disso, também tinha uma família Hess. É tudo gente de lá né. Tinha diversos famílias aí, já mais... (F. Dietterle F^o, id.).

É curioso que um filho de poloneses, que nasceu em Ijuí em 1909, ao cogitar as razões da saída de seu antepassados da Europa, fala em falta de terras/excesso de pessoas, passagem pelo cafezais paulistas e -o que é revelador de uma memória coletiva dos imigrantes, pois não poderia se aplicar aos seus parentes- comunismo (Antônio Wawginiak, 13 out. 1986). Certamente este é um exemplo de "falhas" de memória que, como afirma Paul Thompson (1978, p. 107 e 110), têm significado social.

• Os "gaúchos"

As trajetórias dos operários oriundos de outras cidades riograndenses são tão diversificadas que aparentemente só permitem estudos de caso. Por outro lado, o local de nascimento nem sempre é onde a pessoa "criou-se" e sua história de vida traz informações relativas aos outros grupos: são filhos de estrangeiros ou se dirigiram inicialmente para a área rural de Ijuí.

Juntando um relato do russo-alemão, que permaneceu alguns anos como agricultor numa cidade catarinense próxima à divisa com o Rio Grande do Sul, há 4 casos de passagens pela área rural de outras cidades. As duas primeiras situações analisadas mostram idas e vindas entre o campo e a cidade.

Rodolfo nasceu em Cachoeira, onde seu pai, além de ser colono, trabalhava como guarda-livros. "E aqui era colônia nova, então viemos para cá. Meu avô também veio; veio tudo, aí para Alto da União" (Rodolfo Wolf, 25 abr. 1986). O avô possuía uma fábrica de enfeites (vidro colorido, botões, etc.) na Áustria e comerciava muito com o exterior (Rússia), mas o não pagamento das mercadorias vendidas a prazo deixara-o quase à bancarrota; irritado, ele vendeu a fábrica e emigrou para o Brasil quando o pai de Rodolfo tinha 17 anos, ainda

no século XIX. Este chegando ao Brasil, "se virou no mato", "porque não tinha outro meio de viver". A transferência para o município de Ijuí deu-se mais ou menos em 1910, quando Rodolfo estava com uns seis anos de idade. Como Alto da União é área rural de Ijuí, a trajetória seguinte de Rodolfo será acompanhada com a de outros que saíram do campo para a cidade, no próprio município.

Willy também nasceu em área de colonização antiga, ocupada principalmente por alemães (São Bento, Município de Lajeado), em uma família tipicamente colonial. Os pais dedicavam-se às atividades agrícolas com a ajuda dos 8 filhos (4 homens e 4 mulheres). Já aos 7 anos Willy foi estudar com um irmão que, por ter problemas de saúde, obteve permissão do pai para estudar no seminário, tornando-se professor. Outro irmão seu também deixou a colônia para ser mecânico. Concluído o primeiro ano ginasial, Willy voltou para casa "prá trabalhar na roça", mas a morte de seu pai, nessa época, deixou-o com uma irmã quase cega e uma mão adoentada, o que levou a família decidir-se pela venda das terras, legando o dinheiro da venda, como seguro, à irmã fisicamente deficiente. Willy retornou à cidade e foi trabalhar no armazém de seu cunhado. Sua mudança para Ijuí está associada à história de seu outro irmão mais velho que, mais ou menos aos 20 anos, deixou o campo porque "naquele tempo as colônias eram pequenas" e os rapazes eram atraídos ao trabalho na fábrica de conservas Oderich, instalada na cidade (Lajeado). A vinda de desses rapazes a Ijuí, em 1938, para trabalhar no Frigorífico Serrano, acarretou a de outros:

Então o primeiro, o primeiro que veio prá cá foi o Benno. O Benno trouxe meu irmão, foi o segundo que veio prá cá. Trouxe o meu irmão. E daí esses dois foram trazendo todo esse pessoal de lá. Eles conheceram, "Ah fulano trabalhou com nós e coisa". E eu, eu vim com... 17 anos, 17, 18 incompleto eu vim prá cá. Ih...mas foi muita gente que veio de lá. [...] Lajeado, Arroio do Meio.¹³

Erna e Ewaldo também estavam no campo nos primeiros anos da década de trinta. Erna nasceu em outra cidade da antiga colonização alemã, Santa Cruz, da qual sua família partiu para Ijuí quando ela

estava com uns 5 anos de idade, instalando-se "na Linha 4, na colônia", onde seu pai dedicou-se também ao transporte de lenha (Erna Von Mühlen Stolz, 11 jun. 1986). Sua transferência para a cidade também será analisada posteriormente. Ewaldo expõe as razões que o fizeram abandonar a colônia catarinense e se dirigir à cidade gaúcha de Irai e desta para Ijuí:

Santa Catarina tava muito bem naqueles anos. Se a gente plantava dava. Mas ninguém comprava nada. Prá comer se tinha demais, se esbanjava, se botava fora, mas não tinha nenhum dinheirinho prá comprar sal, que dirá prá comprar roupa. Daí eu fui prá Irai, trabalhar, meus pais ficaram lá. Fui trabalhar para ganhar um dinheiro, prá poder se vestir e comprar as coisas que às vez se precisava, né, mais necessário. [...] Depois em 39, na segunda guerra e resolvi, eu tinha uma irmã morando aqui em Ijuí, casada, eu vim visitar ela aqui, daí eu queria ir prá Argentina. [...] arrumaram serviço, comecei a trabalhar e assim no fim acabei ficando aqui (E. Bohn, id.).

A saída de Irai deveu-se a problemas políticos, pois Ewaldo trabalhava em um hotel de um cônsul alemão que foi preso durante a 2ª Guerra, acusado de ser espião nazista. Ewaldo, constantemente chamado a depor contra seu pai, que o tratava como a um filho, planejou partir prá Argentina para escapar da perseguição da qual era alvo.

Dentre os que não foram, pelo menos predominantemente, colonos, estão três descendentes de luso-brasileiros cujos pais eram ferroviário, carroceiro e tropeiro. Orides nasceu em 1903 quando o pai trabalhava na Estrada-de-ferro em Cruz Alta, de onde se deslocou para Ijuí, trabalhando em empresa de madeira inicialmente e, depois, em uma colônia com a família na condição de assalariados (Orides Amaral e Silva, 28 out. 1986). A idade avançada do casal e os atrativos urbanos de Ijuí contribuíram para que os pais de Geraldino deixassem a região de Santo Ângelo lá por 1933 (Geraldino Antunes de Paula, 13 out. 1986). Os membros da família de Eugênio viviam como agregados em uma fazenda de gado em Tupanciretã, onde seu pai era "capataz de tropa" e possuía seu próprio gado, mas as pressões do proprietário pelo campo que eles ocupavam somadas a problemas de

enfermidade na família e necessidades de estudo para as irmãs menores, fê-los transferirem-se para Ijuí em 1937 (Eugênio Laureano Neto [Seu Pepito], 3 maio 1986).

Otacílio é natural da cidade gaúcha de Montenegro, mas veio para Ijuí a partir de Itapiranga, município catarinense próximo à divisa com o R. G. S., para onde seu pai se transferira para trabalhar como escrivão. Em 1936, Otacílio, que já estava com mais de vinte anos e não tinha "profissão nenhuma", atendeu ao convite de um cunhado seu para trabalhar com este numa fábrica ijuicense (Otacílio Wesendonck, 10 out. 1986). Os pais de Sofia vieram da Alemanha por razões que ela desconhece e estavam instalados em Panambi, colônia alemã que pertencia ao município de Cruz Alta, quando ela nasceu em 1924. Seu pai era ferreiro e Sofia, órfã de mãe, desde criança trabalhava como empregada doméstica e essa foi sua primeira ocupação quando chegou a Ijuí, mais ou menos com 10 anos (Sofia Reuch Klein, 18 junho 1986). Mesmo para essas famílias urbanizadas, os laços com o mundo rural permaneciam existindo: Otacílio informa que sua família colhia fumo e, segundo Sofia, seu pai possuía terras.

• Ijuenses

A situação para a qual existe o maior número de relatos é a aquela em que o indivíduo saiu da zona rural ijuicense e foi para a cidade, tornando-se um industrial, pois às 9 entrevistas com quem nasceu lá, somamos algumas de estrangeiros ou naturais de outras cidades gaúchas ou ainda filhos de cidadãos que se criaram na colônia. Seja pelo maior número de relatos, seja porque eles se referem a um mesmo contexto sócio-econômico, algumas recorrências podem ser anotadas.

Uma explicação corrente para o êxodo rural nas áreas de colonização é que a partilha do lote colonial leva a minifundização que impossibilita a atividade agrícola tradicional e que, para evitá-la alguns herdeiros deixam a propriedade paterna (ver Petrone, 1984, p. 77 e Singer, 1986, p. 63). Segundo alguns historiadores, em Ijuí a solução

para esse problema não foi a saída para a cidade, mas a busca de terras novas em locais de expansão da fronteira agrícola. Jean Roche, por exemplo, referindo-se aos colonos ijuenses, afirma: "Alguns deles ou de seus descendentes conservaram, aliás, uma espécie de instinto migratório e já tornaram a partir, há cerca de trinta anos, para outras zonas pioneiras" (p. 347; ver tb. p. 356). Com este estudo pretendo mostrar, primeiro, que este motivo não foi o único que levou as pessoas a deixar o campo e, segundo, que as causas que acarretaram o abandono da condição de agricultor precisam ser analisadas à luz das relações recíprocas entre campo e cidade e no contexto econômico regional/nacional da época.

Para organizar a exposição, foram delimitadas algumas razões diferentes para a opção pela cidade, tarefa aliás difícil, posto que, essas causas diferenciadas aparecem, muitas vezes, justapostas. A pouca quantidade de terra para a família, se não foi o único motivo, é apre-sentado com um deles:

Ele [o pai] tinha uma parte de terra lá, que a minha mãe herdou dos pais, mas era muito pouca terra, ele trabalhava naquela terra nossa, que era pouquinha, arrendava terra, daí ele achou que... não tinha grande resultado, que era só prá ir vivendo assim né. Ai resolveu vim prá cidade. Ai que a gente ficou toda a vida aqui (Maria dos Santos Mello, 21 maio 1986).

Do campo? Do campo é o seguinte, sabe como é que era, era naquela época. Não era tão bom como hoje. Hoje a colônia vale a terra lá, naquele tempo não valia nada, a gente não fazia nada, não tinha o que tu vendia, coisa pouca. Depois aqui era latifúndio [minifúndio], era tudo colono pequeno, não tinha granja, coisa grande, não é. Daí então a gurizada, se o pai não podia comprar uma colônia, daí a gente saía, trabalhar na cidade, é isso aí. E depois logo meu pai também vendeu, venderam, ele veio morar na cidade. E daí comprou uma cervejaria que tinha antigamente (Victorino Anholetto, 3 nov. 1986).

E daí, quando eu voltei [do quartel], aí eu...eu também não ia ficar lá na colônia, com os pais [?], né. Mas prá comprar uma terra boa, também não tinha né. [?] Ai o pai vendeu lá e veio prá cá. De perto da cidade também, prá...prá mudar de vida. Vender verdura e ficar perto da cidade, tudo né. E eu procurei de entrar na cidade (Penno Kerber, 24 out. 1986).

As narrativas acima são de pessoas de etnias diferentes (luso-brasileiro, italiano e alemão) que se transferiram para a cidade ao longo da década de trinta e através delas podemos ver que o problema não está apenas na impossibilidade de se obter uma certa superfície de terra cultivável por pessoa, mas no fato desses colonos não se contentarem mais em tirar de suas atividades apenas o essencial para a sobrevivência, isto é, em "ir vivendo assim". E aqui lança-se mão de outros elementos explicativos, pertinentes a questões econômicas mais gerais, a começar pelo baixo valor de troca das mercadorias coloniais ("não tinha o que tu vendia") num momento em que a área rural já estava incorporada à economia de mercado: "Na colônia não deu, não é. Que era muito pobre, né; precisava dinheiro em toda a parte, não tinha." (Emílio Wottrich, 8 maio 1986).¹⁴

A afirmação de que "aquela época a colônia não dava nada" (Waldemar Bartner, 27 out. 1986) tem o duplo sentido de que se pava pouco pelo produto rural e que esse produto era obtido com muita dificuldade do solo. Retomando o narrador acima (E. Wottrich): "E depois eu vi que lá uma terra ruim, trabalhava que nem um burro e ainda vinha uma seca, matava tudo".

O principal parâmetro de comparação aos que adjetivam como de difícil o trabalho agrícola não está nem em uma época anterior a que está sendo estudada, qualificada pelos estudiosos como de esgotamento do solo (Roche, p. 280-281), nem na posterior incorporação de inovações tecnológicas. Há 50 anos, era a experiência de vida urbana que modelava essas valorações e, assim, a atração exercida pelo mercado de trabalho emergente na cidade somava-se aos motivos que incentivavam as pessoas a abandonar o campo. O informante acima completa seu relato: "Aí me ofereceram aí no Frigorífico; aí eu pensei bem, larguei tudo lá, vendi o que eu podia e entrei na fábrica" (E. Wottrich, id.). As narrativas apontam para a existência efetiva de trabalho na cidade e para uma divulgação verbal, entre parentes e conhecidos, destas oportunidades:

Eu trabalhei três anos na colônia. E depois de três anos eu fui pra cidade aprender profissão. [...] Eu tinha mais interesse de trabalhar no poder, profissão. [RW] É, as firmas (H. Boger, id.).

Ai ele [o pai] começou "ei meu filho porque isso não dá", diz, "tu morre logo". Digo, "como é que têm os alemão aí que trabalham dia e noite e não morrem. Nem eu vou morrer por causa do serviço?!" "Não, [?] teus irmão tão tudo na cidade, tão trabalhando; sol alto", disse, "já tão tudo prá casa, já tão passeando. E ganham dinheiro, não tem seca, não tem chuva, não tem nada. Tão bem lá". Começou a encher, encher... pois e daí... eu resolvi... Diz, "é tem um terreno lá", disse, "assim, assim, vai lá, quem sabe tu faz negócio". Ainda me deixou a aranha lá, ele foi de carroça, até deixou a aranha por lá, disse, "você pegam, pulam e vão amanhã prá lá" (A. Wawginiak, id.).

"Velho, vende isso aqui, vai prá cidade, teus filhos começam trabalhar, todo mundo vai trabalhar, vão viver muito melhor do que aqui" (A. F., 14 jun. 1986; frases ditas ao pai de entrevistada).

Se na cidade sempre propagou-se uma visão idílica do agricultor, estas declarações de falta de apreço pelo trabalho rural ou, pelo menos, de preferência pelo trabalho urbano servem para relativizá-la:

Ah porque nós enjuemos de trabalhar na roça [rindo]... então nós viemos prá cá, prá cidade, né (E.W.C., 14 out. 1986).

Olha prá que que eu saí do interior, falar a verdade, eu queria trabalhar na cidade (B. Dizinski, id.).

Eu nunca gostei da colônia, desde guri. Trabalhei porque me obrigaram [rindo]. Mas estudo, colégio não tinha... (P. K., id.)

Nem sempre a fixação na cidade resultou de uma ruptura com o campo para os que lá nasceram. Há também casos de trabalhadores que nasceram na cidade e que, por problemas familiares, passam a viver na colônia, de onde depois retornam à cidade. Para alguns lusobrasileiros o trabalho agrícola, com ou sem propriedade de terra, era uma alternativa entre outras como o trabalho nas ferrovias, em construções, abertura de estradas, etc. Uma contraposição maior entre o rural e o urbano é dada por quem tem referências europeias de cidade; ciente de que sua vida poderia ter tido outros rumos, o neto de austríacos, cuja família, estabeleceu-se em Alto da União, usa a palavra "mato" para denominar a colônia: "Mas os europeus nem tudo dava para coisa, para se meter no mato; morava na cidade, era industrialista meu avô e meu pai era muito estudado" (R. Wolf, id.).

Quanto aos que nasceram e cresceram na vila, uma primeira seleção é entre os que são filhos de assalariados e os que não o são. Para os primeiros, há quatro casos que possuem algo em comum: os pais eram trabalhadores fabris e os filhos foram admitidos, em seus primeiros empregos, num estabelecimento em que o pai trabalhara, com, no máximo, 15 anos de idade. Dois são filhos de alemães cujos pais já estavam empregados, na Europa, no mesmo tipo de empresa em que aqui se inseriam (tipografia e frigorífico). Os outros dois descendem de luso-brasileiros de cidades próximas (Tupaciretã e Cruz Alta), que se engajaram em diversas atividades antes de se fixarem como operários em Ijuí (apontador de frigorífico, militar, empregado de seraria, peão de construção de pontes, tropeiro). Esses dados confirmam que grande parte da mão-de-obra jovem nascida em Ijuí era constituída por filhos de indivíduos pertencentes aos dois outros grupos delimitados, estrangeiros e gaúchos.

Para filhos de não-operários existem as seguintes situações: a filha de um pequeno proprietário de marcenaria e fábrica de óleos que não teve êxito nos seus empreendimentos, acabando por trabalhar de marceneiro com um parente; o 7º filho de uma costureira abandonada pelo marido, quando este último nasceu; o filho de um italiano construtor de obras para a Prefeitura e o filho de um engenheiro militar encarregado da construção de ferrovias na região. Enquanto os dois primeiros vêm de famílias atingidas por algum infortúnio, os dois últimos procedem de famílias com posses e circunstâncias de suas próprias vidas explicam sua permanência como assalariados: o descendente de italianos perdeu, ao longo de sua vida, diversas oportunidades de se tornar, ele próprio, um fabricante e o último trabalhador citado aos 26 anos - ele trabalhou desde os 14 - já era um empresário.

Considerações gerais

O objetivo deste capítulo é desvendar a origem sócio-familiar das pessoas que se apresentaram aos empregos industriais no mo-

mento de criação destes. A multiplicidade das trajetórias individuais parecia impossibilitar qualquer generalização ou, em outras palavras, negar a existência de determinantes sociais que teriam levado os indivíduos às portas das fábricas. Realmente, não há uma história de vida que seja igual a outra, mas existem pontos de interseção entre elas e é nesses cruzamentos que o pesquisador encontra material para algumas considerações.

Uma recorrência que pode ser observada nas diversas mudanças de domicílio (do campo para a cidade, desta para aquele, do estrangeiro para o Brasil, de outras cidades para Ijuí) é sua associação com alguma alteração na família nuclear, como a morte de um dos cônjuges ou problemas de saúde entre seus membros:

Papai não fazia mais nada depois que a mamãe faleceu. Depois que ela faleceu, em 1918, aí ele saiu da colônia, e tinha dois terrenos aqui na 13 de Maio; ele tinha duas, três casas ali também para alugar, e ele morava aqui nesse terreno.[...] Então ele vivia dos alugueis, até 38. Em 38 ele faleceu, não fazia mais nada (João Agostini, 15 maio 1986). Ele fazia as empreitada. Tinha depósito de cimento, tinha.... fazia negócio de postes aí... cimento. [...] mas ele teve... faleceu repentinamente e [?]; nós ficuemos em zero. Nós... tinha uma colônia ali perto da, aí do Angico, Linha [?] Base, e... fomos trabalhando até que deu...¹⁵ Foi problema duma enfermidade que deu nos meus irmãos, lá; e aí aonde se achou recurso foi justamente Ijuí. Então meu pai veio a Ijuí fazer tratamento para os filhos aqui (E. Laureano Neto, id.). ...nós éramos colono; meus pais tinham colônia, tinham terra. O meu pai era muito doente e ... não podia mais trabalhar.. (A. F., idem).

O caso mais extremo de assalariamento por desestruturação familiar é o do filho de um construtor que, antes de se tornar operário na cidade, ficou com a mãe na colônia herdada do pai, que fora formado em escola de construção na Alemanha. Para este trabalhador sua história de vida está marcada por uma fatalidade e ele afirma que, se seu pai não tivesse morrido, "talvez eu não teria sentado aqui", isto é, falando de si como um operário fabril (W. Bartner, id.). Curiosamente, seu primeiro emprego na cidade foi de servente de pedreiro. História semelhante é a do filho de uma costureira abandonada pelo

marido alfaiate (Aldino Wottrich, 21 jun. 1986). Aos 8 anos o garoto já estava empregado numa fábrica das redondezas que, por ser fora do perímetro urbano e num lugar isolado, fazia com que os trabalhadores ficassem morando com os proprietários. Além de família do gerente, estavam empregados dois viúvos, homens solteiros e uma viúva com seus filhos, isto é, pessoas "desfamiliarizadas".

Outros exemplos de assalariados egressos do núcleo familiar original são o do menino, nascido em família pobre e de muitos filhos, adotado pela proprietária de uma padaria quanto tinha 8 anos de idade ("Eu vim junto com eles [do interior], eu era pequeno; e depois eles me deram prá uma viúva aí, aqui na cidade, uma padaria" [Manoel Pedroso, 1º maio 1986]) e o da órfã de mãe, marginalizada e explorada pela madrastra, que se apropriava de seu salário desde que começou a trabalhar aos 9 anos até quando saiu de casa, aos 19 (S. R. Klein, id.).

A questão da opção pela cidade já foi bastante ilustrada com relatos que possibilitam alguma sistematização: pequenos proprietários rurais europeus que se tornaram assalariados em empregos urbanos não suportavam sê-lo na atividades agrícolas; a estrutura familiar necessária ao trabalho agrícola era dispensável para a sobrevivência cidadina; o mercado de trabalho urbano atuando não apenas como alternativas a impasses (falta de terras; muitos herdeiros), mas como um poderoso atrativo (remuneração monetária permite acesso ao mercado de consumo; remuneração independente de intempéries) sobre jovens agricultores, para os quais o serviço militar, a ida ao "quartel", podia servir de passagem entre a colônia e a cidade; a cidade oferecia recursos médicos e oportunidades de ensino que não eram encontradas no campo; distinções valorativas entre o trabalho urbano e o rural a favor do primeiro.

Um fenômeno que perpassa a história de vários imigrantes e de alguns rio-grandenses é o da relativa *mobilidade espacial* de suas viúvas progressas ao estabelecimento em Ijuí. Muitos europeus descendem de famílias cujas gerações anteriores tinham migrado até o local onde aqueles nasceram. No Brasil, os roteiros desses viajantes podem ter englobado os cafezais paulistas, a capital deste estado, cidades gaú-

chas ou catarinenses, o interior ijuicense, até se fixarem na sede do município. Sabe-se que muitos não se deitaram na cidade, mas, pelo menos os entrevistados, aí estão há mais de 40 anos. Seria Ijuí um local onde esses peregrinos encontraram estabilidade? O trabalho, o vínculo empregatício, sempre pode aparecer como vetor de fixação. Um outro elo entre esses estrangeiros e Ijuí diz respeito à questão étnica.

A *identidade germânica* entre indivíduos de nacionalidade alemã, russa e romena já foi observada; por outro lado, sabe-se que alguns deles tinham informações sobre Ijuí – que devem ter divulgado quando da permanência nas fazendas de café – lá mesmo na Europa. A intenção dessas anotações pontuais é respaldar a asserção de que o fato de Ijuí ser uma área colonizada predominantemente por germânicos funcionou como atrativo sobre essas populações estrangeiras, assim como sobre os teuto-brasileiros. É preciso esclarecer que a sugestão inicial veio dos próprios entrevistados, por meio de afirmações como a de um romeno que justifica a saída de seus pais das plantações de café não porque as condições de vida fossem péssimas, mas porque eles queriam ficar "com a gente deles" e não com aquela "negrada" e "gente comum". Os conflitos produzidos pelas relações interétnicas serão objeto de análise de um outro estudo; por ora, ilustra-se o que está sendo afirmado com outros extratos de narrativas:

Nós viemos junto [...] e fomos na mesma fazenda. Mas eles foram embora antes que nós. E vieram direto pro Rio Grande e ficaram aqui. E quando nós tava em São Paulo, então o danado do cunhado escreveu lá prá minha irmã, prá nós vim prá cá, que aqui era bom, que era que nem na Alemanha, que tinha igreja, que batia sino, de domingo, prá gente ir nos cultos e tudo. Ah meu pai ficou todo loco, né. Diz, então vamos pro Rio Grande. Viemos prá cá.¹⁶

Ele [pai] não sabia falar o português; só falava o alemão; um pouco de inglês. E de lá (Uruguiana) se juntou com outros construtores [?] vieram prá cá, prá Ijuí, porque aqui era... fama de colônia alemã. Mas ele veio aqui em 1916, 17, quando aqui era poucas casas (W. Bartner, id.).

Que o pressuposto do assalariamento seja a existência de um agente de pessoas que não tenha outros meios de prover a sua

subsistência que não o de vender sua força de trabalho a um capitalista já é uma afirmação clássica. Esta situação também pode ser observada entre os trabalhadores ijuienses, ainda que com algumas nuances, isto é, o espectro de situações familiares dos entrevistados vai desde nascidos em famílias com recursos materiais e educacionais até filhos, cujos pais não têm meios de sustentá-los, ou seja, que sequer conseguem permanecer como proletários "stricto sensu", pois têm que se desfazer da prole. Por outro lado, muitos foram os que puderam sair da condição de assalariados ao longo de suas vidas, como pode ser lido no próximo capítulo.

Para rapazes de famílias bem posicionadas na estrutura sócio-econômica da cidade, empregar-se numa firma de conhecidos era, inicialmente, uma atividade educativa em uma sociedade que atribui valores positivos ao trabalho e, depois, um emprego no qual eles poderiam atingir os postos mais altos, dada a confiabilidade lhes atribuída pelos patrões. Na primeira das citações que seguem, é possível observar o caráter de opção do trabalho:

...e um dia passando por esta firma eu vi trabalhar aquelas máquinas, cortando aquelas.. fazendo aqueles pentes, aquelas coisas lá né. Achei aquilo tão importante e me interessou! Então eu digo, "mas eu quero aprender isso aí". E, de fato, isso foi assim; isso foi em 1927. E eu comecei então a trabalhar, a aprender, e em pouco tempo eu... eu fiquei mestre do serviço e fui até a gerência da firma... dali né (Sady Barnewitz, 9 out. 1986).

..de vez em quando o véio Glitz dava uma carraspina nesta rapaziada. Pois quando eles saíam, muitas vezes, tocando no Glitz, diz "olha, me lembro, o velho era duro, mas era bom, era uma escola; eu aprendi muita ordem com ele" (Henrique F. Tybusch, 6 out. 1986).

Depois aí o Francisco Tesch, sogro do Waldemar, disse pro Waldemar "olha, você vai me ceder o Agostini". "Mas, mas eu não posso te ceder; agora é o empregado que eu deixo a loja, eu deixo tudo prá ele, deixo tudo prá ele; tenho confiança no homem como em mim mesmo; e ele atende tão bem a patroa, tudo; não posso te ceder". "Não, você vai me ceder porque eu preciso mais que você um empregado de confiança". E aí o velho Tesch me levou para lá [serraria] (J. Agostini, idem).

Minha mãe só não queria criar vagabundo. Com 12 anos eu já estava, tinha que me sustentar... eu gostava de comer. Eles nos confeitavam; entrei lá (Ervino Goelzer, 16 jul. 1985).

Alguns trabalhadores eram filhos de pequenos proprietários fabris ou trabalhadores autônomos, cujas atividades não tinham envergadura ou não foram bem sucedidas a ponto de dar ocupação aos descendentes: fábrica de cachaça; alfaiate; fabricação caseira de charutos; cervejaria; marcenaria; "carreto" (transporte de mercadorias ou pessoas). Os pequenos proprietários rurais, se não podiam adquirir terras para seus descendentes manterem-se na condição de colonos, conseguiram, com a venda do lote rural, comprar casa e terreno na cidade, de onde os membros da família partiam em busca dos empregos urbanos; sim, pois vender a colônia era desfazer-se de um meio de subsistência: "Meu pai veio, vieram prá cá. Mas eles não, não quiseram vender a terra, porque disseram 'se não vai bem, ah [de] fome é que não vamos morrer'. [...] Depois que deu mesmo, venderam as terras, compraram aqui" (A. F., idem). Por sua vez, a subsistência através de cabeças de gado podia se tornar inviável sem a posse do campo:

Mas o nosso patrão, dono da fazenda começou a exigir o campo; então teria que dar um jeito, ou vender prá ele, ou tirar o gado, porque precisava de [?] com o que era dele. Ele nos pressionou, aí meu pai teve que vender o gado e comprar uma propriedade aqui. Nós lá, nos não tinha propriedade; nos morava na fazenda, nós.. de agregado, como dizia. E ali a gente tinha uma ponta de gado (E. Laureano Neto, idem).

Há o caso de uma família de poloneses que, com a venda de suas terras na Europa, conseguiu adquirir meia colônia aqui em Ijuí; mas a maior parte dos emigrantes pequenos proprietários perdeu as economias no traslado para a nova terra. As citações que seguem mostram a dilapidação da poupança dos emigrantes em diferentes momentos de seu percurso, levando-os a procurar emprego tão logo desembarcaram na cidade. A primeira refere-se à família confundida com os imigrantes oficiais (os que tinham a passagem subvencionada);

na seguinte, são narrados momentos difíceis da viagem, por trem, de São Paulo ao Rio Grande do Sul de famílias romenas que não tiveram nenhum retorno monetário por seu trabalho nos cafezais.

O dinheiro tinha tudo e [?] se foi tudo em viagem, né. E o que eles tinha economizado, todo dinheiro que ele tinha ele pagou em viagem prá cá, e depois ainda trabalhou prá pagar. Assim eles fizeram com nós, né. Nós não sabia dizer [?]. Prá quem tu vai falar? Se tu não sabe pronunciar um palavra, como é que tu vai falar? (N. S. Reichle, idem). É muita gente deu o relógio. Minha mãe deu um cobertor muito bonito. [...] É, nos troquemos por comida. Nós chegamos aqui ni Ijuí com 500 réis. Com 500 réis, minha mãe. E depois começemos a trabalhar aqui; depois a minha mãe começou a trabalhar.¹⁷

o meu pai.. quando veio, ele veio com todo capital dele, era 8 mil réis, era o dinheiro que ele tinha. E nós era 5 pessoas. [...] Nós viemos pelo trem; na época não havia ônibus. Então nós viemos até na Estação; aí o pai que que ele ia fazer, ele tinha que perguntar alguém que conhecia mais o menos aí Ijuí. Então ele encontrou-se com K.; o A. K. [...] tinha um 29, um caminhãozinho, que era o freteiro da estação, tipo auto-praça. Ai ele perguntou se conhece o Boger. Digo, "não conheço, bá". "E o que tu cobra prá levar nós até lá?" Diz "olha, 7 mil réis". Ai sobrou [sorrindo] um mil réis e o meu pai comprou pão por aquilo. E daí nós se alojamos na casa dos Boger [...]. Mas no outro dia, o Boger já era conhecido, ele foi no Gressler, no Bernardo Gressler, ele foi lá, diz "olha veio um estrangeiro aí e tá à procura de serviço". Diz "ah, é estrangeiro, mande ele aqui que tenho serviço prá ele". Imediatamente, no dia seguinte, o meu velho começou a trabalhar. (F. Dietterle F^o, idem)

Percorrido o leque variegado das procedências econômico-familiares, é preciso observar que a classificação entre proprietários e não-proprietários de meios de subsistência não basta para explicar as possibilidades de inserção profissional dos jovens trabalhadores. Assim, um tipógrafo que aprendeu seu ofício na Alemanha e que, devido à sua qualificação, pôde obter uma boa colocação em firma ijuíense tinha melhores condições a transmitir a seus filhos que outros assalariados de empregos incertos e tarefas desqualificadas ou até mesmo que proprietários de carroça e cavalo que realizavam fretes ("carroceavam").

2. Mercado de Trabalho

Oficiais e operários: o surgimento das assalariados

Os primeiros trabalhadores fabris desta cidade colonial participaram de um processo que, na Europa, levou séculos para ocorrer não permitindo que uma mesma geração o presenciasse: alguns trabalhadores que, na juventude, ficaram anos na condição de aprendizes, uma categoria de trabalho oriunda das corporações medievais, puderam, depois de aposentados, visitar suas antigas fábricas e ver as "máquinas modernas", que automatizaram algumas etapas de trabalho. Algumas destas narrativas aparecem no capítulo seguinte.

• Primeiras referências

...até 1920, que eu posso te dizer, havia muito pouco empregado. Quase todos trabalhavam com a família. Eu tive estudando bem isso desde ontem [...] então me lembrei desta indústria, daquela, se tinha empregado lá, se tinha lá. Havia muita concorrência naquela época, então ninguém queria empregado para não aprender o ofício, para não fazer concorrência pro outro depois. Entendeu como é? [...] Era a coisa mais difícil (João Agostini, 15 maio 1986).

A despeito do meio século que separa o narrador dos fatos narrados, estes são descritos com alguma clareza à qual os registros escri-

tos do período só acrescentam elementos. Pelo Recenseamento de 1914, pode-se numerar os estabelecimentos ditos fabris, localizados na vila ou na área rural do município (Quadro 2); para efeitos comparativos mantêm-se as soma das firmas comerciais.¹⁸

Quadro 2: Estabelecimentos - 1914	vila	total (vila + distritos)
casas de negócio	15	81
fábricas de vinho	2	51
fábricas de cachaça	0	50
moinhos	1	30
ferrarias	6	26
engenhos de serra	3	21
cervejarias	3	16
carpintarias	7	14
sapatarias	4	12
alfaiatarias	5	11
olarias	0	11
fábricas de gasosa	3	9
funilarias	2	8
selarias	5	7
curtumes	1	7
padarias	4	6
atafonas	0	6
marcenarias	2	3
descascadores de arroz	1	2
engenho de erva	0	1
xarqueador	0	1
Total	64	373

A informação mais visível que esse arranjo dos dados do censo fornece é que a maior parte dos estabelecimentos localizava-se na área rural. Isso não se deve apenas ao fato de que a população urbana

correspondia a apenas 5,7% do total do município; aliás, pelos números acima, 17% das empresas estavam sediadas na vila; por sua localização na área rural, podemos supor que esses estabelecimentos operavam com mão-de-obra familiar colonial, isto é, a produção dos artigos era realizada concomitantemente às atividades agrícolas (ver Weber, 1987, p. 38 e Roche, p. 486). Mas, é nas empresas da vila que o narrador está pensando quando afirma que "quase todos trabalhavam com a família"; e aqui os dados do censo pouco esclarecem, pois no quadro "profissões", dos 1.451 habitantes da vila, 444 estão classificados como "diversos", categoria que pode estar englobando os possíveis assalariados fabris.¹⁹ Por outro lado, um estudo que rastreou a origem das principais fábricas ijuienses comprova que, além da origem comercial do capital de alguns empresários, "muitos estabelecimentos industriais foram no passado pequenas fabricquetas que operavam com a força de trabalho familiar e/ ou de poucos empregados" (Weber, id., p. 169).

Os documentos oficiais não parecem ser as melhores fontes para se buscar notícias dos primeiros assalariados fabris. Desde 1914 até 1934 o "Quadro demonstrativo do Município de Ijuhy, quanto ao seu desenvolvimento comercial e industrial, fábricas, etc., correspondente ao exercício de...", dos Relatórios Municipais, registram a presença de "oficiais de ofícios diversos", cujos números oscilam irregularmente entre 9 e 22, localizados majoritariamente fora da vila. O Recenseamento local de 1932 agrupa categorias que podem conter outras, como pode ser visto no quadro das "Profissões" (Quadro 3). Por exemplo, se "industrialistas" são os proprietários de fábricas e oficinas, onde estão seus empregados? Mesmo reunindo todos os "jornaleiros" e "oficiais e aprendizes" a soma resultante é menor que a daquela categoria. Classificações por "profissão", tomando o estabelecimento por base, sem referência às distintas ocupações internas, também caracterizam o Recenseamento nacional de 1920 e as tabelas dos Anuários Estatísticos do Estado do Rio Grande do Sul da década de vinte.²⁰

QUADRO 3²¹: P R O F I S S O E S - 1932

Distritos	Comerciantes	Industrialistas	Emp. Públicos ou comercio	Criadores	Agricultores	Jornaleiros	Ofícios e aprendizes	Serv. Domestico	Sem profissão	Diversos
Vila	75	140	282	9	38	261	120	1.164	13	63
1º Dist.	55	213	70	7	3.587			4.086		340
2º "	13	17	4	10	1.850			1.416	1	710
3º "	30	100	40	2	1.999			1.491		40
4º "	20	62	22	4	1.416			1.581		100
Total	193	532	418	32	8.890	261	120	9.738	14	1.253

Um periódico certamente é um bom lugar para se buscar referências de um fenômeno que começa a fazer parte do cotidiano do qual ele extrai notícias. As ofertas de trabalho anunciadas no *Correio Serrano* desde 1918 sempre se referem a ofícios (carpinteiros, moldador, seleiro, funileiro, etc.); esporadicamente aparecem serviços temporários, tais como tiragem de dormentes e abertura de estradas, para "trabalhadores" (CS/1919/31; CS/1922/31 e CS/1921/40). Já em 1918, numa nota sobre a cidade gaúcha de São Borja, há menção a "filhos de proletários" e noutra, sobre a cidade vizinha de Carazinho, fala-se em "pessoal que foi dispensado do trabalho nos depósitos de madeira". A palavra "operário" estréia, no mesmo ano, na coluna "Variedades" onde o redator, certamente inspirado em publicações de cidade maiores, discorre sobre medidas de "proteção ao operário" (CS/1918/30; CS/1918/32 e CS/1918/84). Assalariados dos estabelecimentos fabris ijuenses são denominados "empregados" (CS/1924/17; CS/1926/7 e CS/1927/21, p. 1). Salvo engano da pesquisadora, a primeira referência a operários, designando trabalhadores de fábricas, é nesta reportagem de 1929 acerca do fechamento das casas comerciais:

Outro aspecto ainda desejamos ressaltar aqui: todos os estabelecimentos industriais fecham de tarde às 18 horas, afluindo então numerosas pessoas às casas comerciais afim de adquirir as provisões para o dia seguinte. Se a lei do fechamento fosse cumprida à risca, todos esses operários teriam sérias dificuldades em fazer as suas compras (CS/1929/1, p. 1).

O repórter está começando a fazer uma distinção que os documentos oficiais levariam mais tempo para incorporar: a de que, entre as "pessoas" da cidade, algumas são "operários". Na década quarenta, vagas para "operários" aparecem com mais freqüência no *Correio Serrano*, mas ainda em menor número que as para profissionais específicos. Isso não significa que havia mais oficinas que fábricas, mas que operários designava o trabalhador desqualificado, cujo recrutamento não era feito, via de regra, por anúncio pago em jornal, ainda que estes não fossem inexistentes, como mostra esta chamada de 1945: "Precisa-se um operário para todo serviço na Fábrica de Bebidas de J. Heroc" (CS/1945/28).

• A empresa familiar

Estão sendo chamadas de fabriquetas de origem familiar aquelas em que, em seus primórdios, o proprietário era o principal trabalhador, inicialmente contando com a ajuda de familiares (filhos, esposa, parentes) e posteriormente incorporando alguns empregados.

Mesmo as fabriquetas com menos de uma dezena de empregados já apresentavam uma divisão entre o setor de produção e o "escritório" e era para esta seção burocrática que muitas vezes se dirigiam os filhos, e também as filhas, dos proprietários. Ao atuarem na produção, os familiares se tornavam os técnicos ou chefes de seção justificadamente: porque herdaram do fundador o conhecimento empírico da produção, porque eram necessárias pessoas de confiança na supervisão das seções, porque convinha deixar em boas mãos alguma máquina importada ou porque realizaram cursos de aperfeiçoamento no ramo no exterior. Também é compreensível que os filhos engajados na empresa, de uma ou outra forma, se tornassem, mais tarde, seus gerentes.

De maior interesse para este estudo é constatar a presença de familiares na produção propriamente dita concomitantemente com assalariados, quando a fábrica já saiu de dentro da casa do fundador.

Podiam ser crianças, filhas solteiras ou esposas. Observe-se, no primeiro relato, a justaposição entre a figura do pai e do patrão e, por decorrência, as dúvidas da narradora quanto à sua condição híbrida de trabalhadora da fábrica e de filha do proprietário

Sim é, como 8 aninhos eu tava trabalhando lá. Papai tirava nós às 6 horas da cama né. "Vamo prá [?]; vamo trabalhar!" Né. Chegava 8 horas nós já tinha passado uma taxada, duas taxada de bala, até que vinham os empregados. [...]

Era tão bom! Depois que eu casei, achei uma falta. Do povo lá, dos empregados.

.....
Mal e mal os vestidos, isso nós ganhava; mas o papai não dava nada. [...]

É, a gente continuou, mas nunca ganhava nada. É, ganhava a roupa, né. Mas dinheiro a gente não ganhava. Nem via o que era dinheiro (Anita B. Tybusch, 16 jul. 1985).

Às vezes trabalhamos até 10, 11 horas da noite; até o Rosalvo Scherer com ela [...] então eu lavava essa manteiga, e a Frau Scherer, ela ajudava ali e um dia, com os tamanquinhos, resbalou e caiu e quase se abriu a cabeça. Daquele tempo não mais [?], não apareceu mais ali (Hildebert Wornath, 4 maio 1986).

Nessas fabriquetas, a incorporação de um assalariado à produção significava, muitas vezes, a agregação de um membro à família:

O G. quando começou a firma... quando o velho começou a firma, ele tinha um peão ou dois; eles faziam bóia pro peão em casa, o peão morava junto... Então ele pegava esses filhos de colono assim e... trabalhavam (Victorino Anholetto, 3 nov. 1986).

Morei, primeiros anos, uns dois, não sei se deu dois anos, morei com eles. Então tinha cama e janta, de manhã café e almoço... de noite... dormia ali também primeiros meses. Depois meu pai então ficou só, nós então... e não pude deixar o velho sozinho lá e fui dormir em casa. E vinha cedo aqui prá... e ia 6 horas prá casa (Rodolfo Wolf, 25 abr. 1986).

... que era grande a casa, tinha um quarto bem grande; lá dormia então esse empregado e os meus irmãos [...] Ai eu me lembro que esse russo tava ali, dormia ali, comia, morava com nós, não é. Mas não me lembro mais nem o nome... nem nada. Nem sei quanto ganhava, quanto não ganhava.²²

E as gurias dormiam em cima [da casa]; tinha um sobradinho ali, né. Lá elas dormiam. [...] Elas moravam longe, então ficavam; às vezes era, era na colônia, então elas moravam lá (A. B. Tybusch, id.).

Essa domiciliarização do empregado aparece como uma forma de resolver um problema deste, que reside distante do estabelecimento. Mas podia talvez ser uma solução para o proprietário, que, não contando com filhos para determinadas funções, também não teria condições de assalariar um trabalhador adulto e independente. Nesse sentido, é ilustrativo que o trabalhador da salamaria citada tenha sido dispensado quando o filho mais velho voltou a morar com a família.

Práticas que dão à fábrica um ambiente familiar – residência no local de trabalho, almoço na casa dos proprietários, distribuição de merendas – continuarão existindo mesmo quando a força de trabalho não dependia mais dos familiares e agregados, devendo, então, ser analisadas nesse novo contexto.

• Ferroviários e trabalhadores de "obras"

Os ferroviários, assim como os empregados de construções, não são objeto de estudo desta pesquisa, mas a referência ao trabalho nas ferrovias é importante dado que é onde aparecem os primeiros assalariados e que alguns trabalhadores fabris dos anos trinta tiveram pais ou avós que encontravam na Viação Férrea uma possibilidade de emprego. Para um pioneiro da colonização polonesa, serrar trilhos era uma forma de providenciar recursos para instalar-se como agricultor num lugar – a Linha Base, onde foram destinados lotes aos poloneses Skierski, Lazzarotto, 1987, p. 14) – que precisava ser desmatado:

Então a vó ficava... em casa e o avô ia trabalhar na estrada de ferro, não é. Lá trabalhou [?], passou anos naquela vida. Até que um tempo, foi, começou trabalhar na colônia, desmatar um pouco [?], começou a plantar. Mas primeiros anos trabalhou na estrada de ferro [?] foi receber. (...) serviço dele é serrar os trilhos [...] Aquele tempo não existia aquelas máquinas de serrar [...] Então serravam a muque. [...] E ia longe, sabe [?] morava aqui na Base e ia lá pra cidade, prá... trabalhar na estrada de ferro. E aquele serviço dele, essa vida era difícil... de... que eles tinham. Minha vó ficava lá, tinha... chegava de noite, chegava barulho de tigre, urso [?]. Faziam fogo aí, prá espantar, prá espantar aquele bicharado (Vasco Megier, 2 jan. 1987).

A instalação de uma sede administrativa e a dotação do novo núcleo urbano de uma infra-estrutura mínima também acarretaram empregos para adventícios que não se dirigiram às colônias ou para jovens maridos que queriam residir na vila:

Aonde em São Gabriel ele soube que tinha a Colônia de Ijuí, e era uma colônia muito boa; de lá, em 1982, ele veio para a Colônia de Ijuí. [...] Aí o papai foi trabalhar... construir a prefeitura velha! Em 1900, 1903, 4. Eu não me lembro disso. Ali o papai fez um poço que tem 24m de fundura. Feito à mão. (...) E dali... ele saiu em construção de ponte: ele fez a Ponte Queimada, a ponte do Rio Ijuí, em 1905, que ficou pronta em 1906.²³

Naquela época não tinha ponte... assim... era só de madeira; esses pranchões. Naquele tempo não tinha cimento, essas coisas, ferro... como hoje eles fazem, de concreto né; naquela época não. Então o velho, quando ele veio prá cá [...] (Juvenal Braz, 4 jun. 1986).

Daqui, quando eu vim morar em Ijuí, não havia emprego na vila. Construíram a usina do rio da ponte, rio Potiribu [...]. Um ano prá poder me sustentar e sustentar a família, eu morava aqui embaixo na casa que eu construí [...]. Um ano inteiro eu levantava á 5 hora da manhã e ia lá na usina velha e de tarde voltava; trabalhava o dia inteiro lá na pedra e de tarde voltava, porque não tinha serviço prá poder ganhar comida prá comer. Um ano! (J. Agostini, id.)

A grande obra pública dos anos vinte em Ijuí foi a construção da Usina Municipal, cuja importância para o desenvolvimento fabril do

município já está registrada (Weber, 1987, p. 151-158). Segundo o informante acima, a primeira etapa da construção da usina foi a abertura do canal, para o que já existia uma divisão de tarefas: o estouro da pedra, a abertura dos buracos estava a cargo de alguns trabalhadores especializados, em sua maioria espanhóis ou filhos de italianos; a retirada das pedras estilhaçadas requeria um grande número de homens, chegando a atingir 80, mas estes trabalhadores, "a maioria do nosso brasileiro", foram dispensados logo que o canal estava aberto e alguns foram prá "revolução do Prestes em 22", enquanto que os outros, mais qualificados, puderam ser ocupados na etapa seguinte, de montagem de máquinas. Construtores habilitados participaram do erguimento do muro que ladeia o canal.

• Aprendizes e oficiais

Em plena 2ª Guerra Mundial, o periódico ijuicense *Correio Serrano* anunciava vagas para oficial de ferreiro, aprendiz de ferreiro, oficial de padeiro, oficiais de carpinteiro. Antes de escassearem, essas categorias sofreram uma adaptação à transformação das oficinas em fábricas, à substituição das ferramentas pelas máquinas; mudança visível através da remuneração deste trabalho considerado de aprendido.

O caso mais extremo e mais fiel à tradição medieval, de pagar para aprender, chegou a existir em Ijuí, de acordo com o octogenário J. Agostini: "Naquela época se pagava para aprender o ofício! Pagava! Eu vou te contar depois, meus irmãos pagaram 5 mil réis por mês, que era uma fortuna, para aprender o ofício de ferreiro".

O comentário acima refere-se efetivamente a um ofício, o de ferreiro, cujo, aprendido era feito numa oficina, a ferraria, com o proprietário atuando como "mestre". Não é esta a situação de outros estabelecimentos. Segundo outro entrevistado, na Livraria Serrana – empresa que abrangia impressão de jornais, tipografia, serviços gráficos e produção de artigos de papel – rapazes eram admitidos, ainda nos anos vinte, como aprendizes e no período considerado de aprendi-

dizado, mais ou menos uns três anos, trabalhavam sem remuneração, apenas recebendo presentes na época do Natal. Ocorre que o local de produção não era mais uma oficina propriamente dita, cabendo aos meninos as tarefas mais desqualificadas, da manufatura e nem sempre relacionadas com a tipografia especificamente, como a distribuição de jornais na residência de assinantes.

Igualmente a confecção de tamancos, isto é, a montagem da parte de couro, cortada e debruada por outros trabalhadores, sobre a cepa, produzidas por outra firma, não pode ser considerada um "ofício"; no entanto, em uma fábrica ijuicense, para ter acesso a esse emprego, no final da década de trinta, "primeiro tinha que trabalhar", praticar, de graça, sabe, de graça; sim, prá aprender". A peculiaridade deste aprendizado é que ele era feito com outro trabalhador, a quem pertencia o produto do trabalho de aprendiz, em troca do tempo que o instrutor despendia ao largar seu serviço, pago por peça produzida, para ensiná-lo. Quando o proprietário percebia que o rapaz esta apto, convidava-o a "entrar na firma", isto é, passava a remunerá-lo diretamente:

É tinha um vizinho que trabalhou lá. Então pedi prá ele, né. Aí foi com ele. Até ele me ensinou; depois quando ele...já tinha trabalhado umas mês lá, 2 mês lá, eu já peguei a prática. Aí já veio o Geiss...me pediu se eu não queria entrar na firma (P. K., 24 out. 1986).

Dadas as circunstâncias temporárias desse aprendizado, não se pode enquadrá-lo na mesma situação de exploração descrita por Marx, decorrente do salário por peça: o capitalista contrata o trabalhador principal e estabelece um por preço por peça, ficando o recrutamento e pagamento dos auxiliares a cargo do trabalhador principal: "A exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza então por meio de exploração do trabalhador pelo trabalhador" (Marx, p. 640).

Agora, nos anos 30, e mesmo na década de 40, a forma mais frequente de remuneração do trabalhador, no período de aquisição de uma profissão, era o recebimento de um salário relativamente baixo. Assim, um auxiliar de fundição, que executava serviços gerais, como carregar a areia usada na confecção dos moldes, deveria ter seu salá-

rio rebaixado se quisesse vir a ser torneiro-mecânico. Aliás, esse é um outro exemplo de justaposição de relações de trabalho características de modos de produção diferentes. Na época, o narrador não teve dúvidas na hora de fazer sua opção:

Não, digo, "eu me sujeito! Quero aprender mesmo, não é aqui mexendo do nessa areia todo o dia, não. Não, isso aí prá mim não dá; eu preciso progredir, ir prá frente". [...] Eu fiquei 5 anos com salário pequeno, até que eu aprendi esse ofício para depois passar a ser oficial.²⁹

As narrativas também concorrem ao lembrar que esse salário, que partia de um patamar baixo por ser o trabalhador um aprendiz, era aumentado, não conforme eram percorridas as etapas do tirocínio, mas de acordo com a produção do executante:

Eu ganhava 2 mil réis por dia. Na época era mil réis, né. Isso era pouco, mas sempre ajudava, né. Aí de vez em quando o Schmidt, ele ma dava ainda uma gorjeta, porque a gente caprichava e fazia o máximo. Porque na época não tinha salário mínimo. Cada empregado tinha que fazer o seu salário.

Eu ganhava às vez 2, 3 aumentos por ano. [...] Não tinha lei, assim que obrigava... Não. Então cada um, conforme a sua produção, ele [pegava] o seu salário (F. Dietterle F^o, 3 nov. 1986).

Como o alertou o narrador, a instituição do salário mínimo e de outras normas legais, isto é, a penetração do Estado no dia-a-dia das fábricas provocou alterações nas relações de trabalho, mesmo em uma cidade do interior do Rio Grande Sul, que serão comentadas nos capítulos 4 e 5.

• Considerações: oficina ou fábrica?

Na busca de assalariados, deparou-se com trabalhadores que não recebiam salário (filhos), outros que não o recebiam por certo tempo (aprendizes), alguns que o ganhavam como complemento à

moradia e alimentação recebidas (agregados) e muitos que recebiam por produção (tarefeiros). Ao defrontar-se com nuances dessa natureza no estudo da indústria metalúrgica do Rio Grande do Sul, Sandra J. Pesavento (1982, p. 160) conclui que, mesmo após introduzido o trabalho assalariado, vigoravam "formas pré-capitalistas", referindo-se por exemplo, à hospedagem dos operários na casa do proprietário. Para os casos analisados em Ijuí, sugiro um enfoque que mostre certas práticas, não como resquícios do passado, mas como adaptações à nova ordem capitalista.

A filha que não recebe salário percebe, à sua maneira, que o pai realizava uma "acumulação" necessária nos primeiros tempos da empresa familiar: "Mal e mal os vestidos; isso nós ganhava; mas o papai não dava nada. Pão duro [rindo]! É, o dinheiro que entrava ele botava tudo na fábrica. [...] Não era como hoje em dia, né! É mas deu tudo certo, né, a gente se arrumou na vida, e tudo". Aprendizes que executam gratuitamente tarefas que nada têm a ver com o ofício que supostamente estão aprendendo; atividades de fácil aprendizado, mas demorada mecanização de gestos, denominadas "profissão", sujeitas, portanto, ao período de trabalho não-remunerado; tempo de tirocínio abreviado em função do rendimento do novato: situações como estas induzem à suposição de que havia interesse por parte dos capitalistas, cujas manufaturas já estavam convertidas em fábricas, em prolongar ou readaptar relações de trabalho próprias das oficinas, que incidiam diretamente sobre a remuneração dos trabalhadores, como uma forma de passar a estes o encargo de sua qualificação. A apreensão das coisas dessa maneira também é feita por um artigo operário e sua esposa ao justificarem a opção pelo curtuime e não pela fundição:

Trabalhador: ... três, quatro mês de graça prá depois eles iam ver se ia sobrar uma vaga.

Mulher: Se iam ficar com ele, se ele se prestava práquele serviço. Exploravam né. O cara tinha que trabalhar de graça.

[RW] De aprendiz. Hoje não. Hoje tem o SENAI, né, que eles vão né (Waldemar Bartner, 27 out. 1986).

Por outro lado, o reconhecimento da qualificação do aprendiz, sua ascensão a oficial, poderia ser inconveniente aos proprietários, pois teriam que pagar um salário compatível. Nesse sentido, é curioso

que um fabricante anunciasse vaga para "dois operários com prática em ferraria" (CS/1945/63), quando a palavra "operário" designava trabalhadores sem qualificação específica.

Se os capitalistas sabiam quando fazer uso da categoria aprendiz de acordo com seus interesses, o mesmo podia não ocorrer com os candidatos aos postos de trabalho. Ao olhar para o passado, um trabalhador lamenta que o pai o tenha tirado, aos 18 anos, de uma fábrica onde ele executava tarefas diversificadas, desde limpeza até concertos de máquinas, e pelas quais tinha o reconhecimento dos patrões, para colocá-lo como aprendiz de tornearia numa firma de artefatos de madeira. Mesmo considerando que a comparação possa estar sendo motivada pelo fato da fábrica que ele deixou ter se ampliado e subsidiado, é constatável que a palavra "ofício" está esvaziada de significado para ele:

Se eu tivesse ficado lá, eu... se tivesse até hoje lá na firma, eu hoje acho que era... era o...o gerenteo. [...] E dali, "é porque tem que aprender ofício, tem que aprender ofício", o pai né. Então né, dali o...e era, aquilo era um ofício, tivesse ficado lá, taria bem hoje (Waldy Schuabe, 30 dez. 1986).

As possibilidades do mercado de trabalho

As informações reunidas, a partir das entrevistas, sobre o mercado de trabalho local vêm confirmar as críticas feitas à historiografia que desconhece a existência de um processo de industrialização em Ijuí antes da década cinquenta (Weber, 1987, p. 173-180). Igualmente, dados fornecidos pelos entrevistados e outros colhidos em alguns documentos escritos, acerca do número de operários por estabelecimento, reafirmam a cifra de 800 como estimativa para o número total de empregados fabris, ou, em outras palavras, para a soma das ocupações permanentes das empresas industriais urbanas (Id., p. 162-165).

• Aquém e além da fábrica

Muitas vezes a fábrica não foi o primeiro nem o único emprego dos operários ijuenses. Como foi visto, que as grandes obras públicas

(ramais ferroviários, usina, pontes, prédios oficiais) foram as primeiras atividades a agrupar um certo número de trabalhadores; por outro lado, atribuições comuns de uma prefeitura, como a abertura e manutenção de vias urbanas e estradas de acesso à cidade, sempre absorveram mão-de-obra: "Aí que fui trabalhar aqui na cidade, nas turmas da prefeitura. Depois saí das turmas, tava trabalhando em calçamento... eu saí dos calçamentos, veio [?] prá lá, prá oficina" (Manoel Pedroso, 1º maio 1986).

O trabalho em construções, oficiais ou particulares, em função atualmente denominada "servente de pedreiro", muitas vezes foi a opção mais imediata para os recém-chegados à cidade, sejam colonos ou estrangeiros:

Depois eu vim prá... vim prá cá, prá cidade. [?] 41, 39 até; 12 de março de 39. Vim trabalhar aqui. Comecei trabalhando no... na construção do hospital ali [?]. Trabalhei uns dias ali, depois peguei no costume do Gressler (Orides Amaral e Silva, 28 out. 1986).

Bom, daí eles trabalharam como, o pai trabalhou como empregado. [RW] Assim nas construções e ... E a mãe então também trabalhava, lavava roupa. E assim foi indo (R. Döring, 20 out. 1986; romeno).
É, eu trabalhei um tempo como operário simples; ajudava a construir, ajudei a construir uma casa, botei tijolos e... [..] construíram uma casa ali, ali eu trabalhei primeira vez (H. Wornath, id.; romeno).

A citação seguinte corrobora o que foi aventado no final do capítulo anterior, isto é, que o trabalho fabril podia ser uma alternativa melhor que a posse de algum meio de subsistência (animal, carroça):

Eu peguei... porque eu vim prá cá, então eu ainda truxe, porque aquele tempo lá onde eu morava, perto do Ginástica ali, lá era mato aí. Daí .. poucas casa. Aí eu tinha carroça, tinha cavalo. Eu truxe uma vaca de leite, truxe uns dois, três porcos. Fez um chiqueiro lá, tava engordando porco. E eu pegava serviço com carroça! Cavalo, assim, trabalhava. E pegava umas empreitadinhas aqui prá demolir uma casa, uma coisa; assim foi trabalhando, parece que um ano mais ou menos. E depois eu... peguei na firma do Löw (A. Wawginiak, 13 out. 1986).

Antes de se dirigirem para as fábricas, muitas moças fizeram sua primeira experiência de trabalho remunerado em atividades socialmente atribuídas a seu sexo, isto é, tarefas atinentes ao lar: lavação de roupas e emprego como doméstica. Para os rapazes as oportunidades de emprego eram mais diversificadas: venda de lenha ensacada; armazém de estação ferroviária ou atacado comercial; depósito de madeira; auxiliar de escritório; auxiliar de padeiro; entregador de compras de casa comercial.

Se o mercado de trabalho fabril em formação era uma opção nova e atraente para os que queriam empregar-se, certamente não superava em "status" uma ocupação que lhe preexistia: o emprego no "comércio." Capataz de armazém ou vendedor de atacado comercial; viajante comercial; responsável pela mercadoria em loja de ferragens; porteiro em hotel; funcionário de ourivesaria são algumas funções a que se dedicaram antigos operários fabris e nas quais, quase sempre, se aposentaram.

Não, precisavam de gente, e aqui era o único lugar que pagavam melhor. [...] Era o que melhor pagava. Então tinha aquela fama de costume era muito brabo, aí... a necessidade obrigou e a gente foi ver, mas o serviço não era tão brabo como o pessoal... dizia (W. Batner, id.).

Enfocando apenas as ocupações oferecidas pelas fábricas, conclui-se que uma margem de opção era possível ao trabalhador. A natureza do trabalho e sua remuneração era o que norteava a escolha dos ingressantes, mesmo no caso acima em que havia a pressão da subsistência, pois, ao ser indagado dos empregos no Frigorífico, o informante respondeu que "o Frigorífico Serrano tava recém começando, mas era pior lá, como falavam do que... e pagavam miséria, né". A fundição também foi preterida sob a alegação de que o período de trabalho não-remunerado era uma exploração e o pagamento por peça, numa outra seção da fábrica de calçados, implicava num trabalho contínuo e fatigante, segundo o narrador.

Da mesma forma, uma trabalhadora não achou "resultado nenhum" em receber por dúzia de artigos produzidos numa fábrica de escravas, considerando, nesse caso, a arduidade das operações; sua segunda tentativa lhe pareceu bem melhor:

Ali eu sai pro Frigorífico. Ali até uma pessoa que me informou, "porque que não vai no Frigorífico. Lá eles pagam bem, tem [?]". E eu cheguei lá e até certo fui simpática, porque eles me botaram logo num serviço que era uma beleza (Maria dos Santos Mello, 21 maio 1986).

O serviço a que a narradora se refere era na seção de banha, certamente um dos melhores locais de trabalho dentro do frigorífico. Como contraponto, eis a justificativa do pedido de demissão de um trabalhador da seção de salgados: "digo 'eu tô lá no frio, no gelo, tem que carregar vagão, tô suado, volto pro gelo de novo'. Digo 'isso aí não me serve, sou novo ainda prá me estragar a saúde'" (E. Bohn, 4 nov. 1986). Esse operário inclusive recusou a proposta de solução do problema por parte do chefe do Frigorífico, pois "já tinha arrumado outro serviço", num engarrafamento de água mineral. Por motivos outros que não a relação tarefa/salário, ele optou também por empregar-se em - e demitir-se de - uma fábrica de cal, uma laminadora e uma fábrica de artefatos de madeira (ver cap. 5) e é um dos que explica que a possibilidade de tais escolhas dependia não apenas da existência de variados ramos fabris, mas da demanda de mão-de-obra:

Aquele tempo não se procurava serviço. O serviço procurava a gente (ld.).

Sim, meu pai logo achou serviço. Antigamente, se tu saía hoje dum serviço, amanhã tu entrava num outro (N. S. Reichle, 30 out. 1986).

Dentre as afirmações que atestam a facilidade de se arrumar colocação nas empresas, a maioria esclarece ou deixa entender que tal disponibilidade de empregos existia efetivamente para a mão-de-obra qualificada:

Quando eu voltei de servi, daí o tal de Klohn que tinha um curtume, de peles e de tudo isso, já quando eu dei baixa ele me pegou, porque sabia que... gente que tinha prática não era muito fácil aquele tempo. E já trabalhei com ele um tempo; daí, de repente, ele desistiu, vendeu lá a fábrica, tudo, terminou. E daí os Geiss já me pegaram e foi quando eu fui nos Geiss.²⁵

E o meu irmão já trabalhava aqui. Então eles precisavam dum apon-tador; era carente de gente assim... naquela época, que tinha uma

pequena instrução, assim, né. Então meu irmão disse "olha, você não quer vim trabalhar aqui em Jjuí, [?] Frigorífico". Daí eu vim (Willy Krug 5 maio 1986).

Aquela época ainda era melhor de... arrumar emprego. Sempre faltando empregados. Agora já temo nessa época de novo, né [?]. Principalmente nos... empregados especializados, né. Acham serviço fácil.²⁶

Contabilizando as vagas oferecidas aos trabalhadores através do Correto Serrano, observa-se que há um aumento crescente em seu número a partir de 1942. Certamente essa expansão do mercado de trabalho durante a 2ª Guerra Mundial é sobreposta, na memória dos narradores, às possibilidades empregatícias características de uma região que industrializa, configurando o período como de ampla oferta de trabalho.

Além desse mercado de trabalho que exigia indivíduos qualificados ou qualificáveis, havia tarefas em diversas fábricas que prescindiam de habilidades para serem executadas e eram, muitas vezes temporárias, fazendo com que o abandono do trabalho nem sempre fosse uma opção do operário. Veja-se o pessoal necessário para manter em funcionamento a caieira: "Olha, mais afetivo [efetivo] mesmo... Lá de afetivo tinha só 4; 4 e o gerente [?] guarda-livros, são 5. Então ele pegava um de biscate, dois, três, prá empilhar lenha e... ajudar descarregar pedra" (B. Dizinski, 17 junho 1986).

Na suíno-indústria, os intervalos entre os momentos de muita e de pouca oferta de trabalho eram mais espaçados, pois dependiam da época de abate dos animais. Assim, na "época de safra", no inverno, havia mais serviço e no verão, "safra seca", menos:

Momento que a safra, quando era época de safra, que época de safra é justamente época... no inverno é safra, na matança, carneança. Então depois aí ficava; eles não tinham compromisso de horário. Trabalhava até meio-dia, se amanhã fazia pouco serviço então nós ficava em casa (E. Laureano Neto, 3 maio 1986).

Ao dizer "eles não tinham compromisso de horário", o narrador está aludindo a uma diferenciação na força de trabalho. Os trabalha-

dores responsáveis por tarefas regulares e que requeriam maior conhecimento técnico tinham emprego e salário assegurados, eram os "mensalistas", enquanto que aqueles admitidos no período de pleno emprego ficavam, depois, na dependência do aparecimento de "serviços", isto é, atividades genéricas de fácil aprendizado, e eram pagos no próprio dia pelas horas trabalhadas, pois a empresa não tinha compromisso empregatício com eles:

Natal começava... janeiro, fevereiro, março. Até março, daí a gente tinha pouco serviço. Então os diaristas, eles trabalhavam da seguinte maneira [...] quando terminava a tarefa do dia, se era meia tarde e não tinha mais serviço para aquele operário, eu pedia o cartão dele e marcava, duas horas, três horas da tarde; eu fazia um risco. Então ele ia pra casa. Simplesmente terminou a tarefa do dia dele; não existia de trabalhar 8 horas obrigatório. Então ele ia pra casa; outro dia começava de novo. O mensalista sim. O mensalista, ele fechava o dia dele. Se ele tinha serviço ou não tinha serviço, ele fechava o dia dele; mas o diarista não, o diarista às vezes trabalhava meio-dia, era marcado meio-dia; ia pra casa. Então ele não recebia o dia completo. Ele recebia as horas trabalhadas.²⁷

Por precisar "pegar" muitas moças para depois de dois ou três meses as "despachar", a Fábrica de Caramelos suspendeu a produção de artigos de Páscoa e Natal. Por sua vez, certas tarefas da fabricação de balas implicavam a contratação de empregados do sexo feminino e de uma determinada faixa etária: "E aí tinha as moças, as meninas que enrolavam, né. Eram tudo meninas. Meninas! De manhã elas iam no colégio, e de tarde iam enrolar bala. Tinha umas 50 e poucas meninas". No periódico local, anúncios como "Precisam-se meninas na idade 14-15 anos na Fábrica de Caramelos" (CS/1944/1, p. 5) confirmam as lembranças de que "quando chegava 18, então eles não queriam mais". Com essa restrição, a empresa certamente pretendia evitar encargos trabalhistas com empregos adultos; por outro lado, continuava aproveitando a prática dessas mulheres levando-lhes balas para enrolar em casa.²⁸

• O acesso à fábrica.

Se as fábricas precisavam de trabalhadores e havia indivíduos procurando empregos, como se dava o encontro entre a demanda e a oferta de braços? Os anúncios em jornal geralmente destinavam-se a localizar a mão-de-obra profissionalizada e seu número era pequeno considerando o montante das vagas existentes. As entrevistas sugerem que o recrutamento da força de trabalho era feito de uma forma mais pessoal.

O que pode haver de mais pessoal que o tropeiro, pai de um dos entrevistados, que veio a ljuí em busca de recursos médicos para os filhos, ser "atacado" pelo próprio proprietário do Frigorífico Serrano, quando passava na frente deste estabelecimento, que lhe perguntou "se era dali" e lhe disse que qualquer pessoa que carregasse "10 quilos prá cima" podia arrumar emprego ali? Pai, filhos e filhas acabaram por empregar-se nesta empresa.²⁹

Apesar de existirem outros exemplos, não era comum o trabalhador ir à fábrica, nem o patrão admiti-lo, sem que houvesse um prévio conhecimento entre as partes: "Eles mesmo sabiam, porque... tinha o guarda-livros, quando saía uma... Aí perguntavam se conhecia fulana, porque também não podia botar gente que não... às vezes era uma mexiriqueira". Agora, esses contatos preliminares se davam de variadas formas. Viu-se alguns exemplos em que o referencial são os próprios proprietários (ou gerentes) dos estabelecimentos, seja porque oferecem colocação a indivíduos com experiência no ramo, seja porque atendem a pedidos de colocação de filhos ou conhecidos. Não obstante, o mais comum era que a admissão se desse através de trabalhadores já empregados, como já assinalaram algumas entrevistas. Que funcionários com muitos anos de "casa" trouxessem para esta seus filhos jovens e que estes tivessem a possibilidade de atingir posições na firma melhores que as dos pais são fatos até previsíveis (ver Leite Lopes, 1978, p. 155). De outra forma, alguns operários podiam servir de intermediários entre seus parentes ou amigos e seus chefes, pleiteando uma vaga ou fazendo a indicação quando havia necessidade de mão-de-obra:

Lá porque eu tinha.. dois ou três irmãos já trabalhando. Então eles falaram lá pro L.; eles já tavam trabalhando.. [RW] E daí então eu foi lá e.. ele me aceitou também, né (A. Wawginiak, idem).

Meus parente.. tinha um que trabalhava lá; me arrumou [o emprego]. Finado André (M. Pedroso, idem).

Justamente esse meu cunhado era capataz aqui no Frigorífico, na banha, né. E daí disse "óia, tem muito serviço; tu não quer pegar lá?". Daí fui, né.³⁰

Eu foi lá porque ele [o irmão] me chamou lá prá, quer dizer que, prá ajudar ele. Aquele tempo eles começaram, começou serviço demais. Sabia que eu trabalhava também mesma profissão, parecida, seria mais fácil prá lidar comigo, né (V. Megier, idem).

A concentração de familiares e parentes no mesmo local de trabalho, de resto justificável pelas dimensões do núcleo urbano em estudo, é um dado que não será ignorado quando estiverem sendo enfocadas as relações de trabalho.

3. Os Processos de Trabalho

O *status* fabril

O livro *Os inícios de industrialização em Ijuí* serviu, entre outros objetivos, para demonstrar a existência de um incipiente parque industrial já em meados da década de trinta, quando a vila adquire foro de cidade. Considerando o debate com a historiografia local, foi necessário definir alguns critérios para delimitar quais estabelecimentos, dentre os pesquisados, poderiam ser qualificados como "indústria". Esses critérios, sumariamente enumerados, privilegiaram a divisão de trabalho, a existência de máquinas e uma produção que excedesse a demanda local. Alertava-se, todavia, que a presença dessas características não excluía a de outras, bem típicas de uma produção artesanal (Weber, 1987, p. 165). O que segue é uma ampliação da discussão para além do debate com os historiadores ijuienses, inserindo a tematização do conceito de indústria em um capítulo sobre processo de trabalho.

Propondo-se estudar a constituição da indústria metalúrgica no Rio Grande do Sul, Sandra Jatahy Pesavento (1982, p. 158) afirma que "outro ponto fundamental a ser analisado é o grau de conhecimento capitalista do setor, identificando se o estabelecimento é uma unidade artesanal, uma manufatura ou uma fábrica". Para traçar as diferenças entre unidade artesanal, manufatura e fábrica é utilizado um referencial teórico marxista. Mas, à parte essas considerações sempre retomadas, o mais frequente em seus textos é o uso de critérios estabelecidos por Sérgio Silva para estudar o crescimento da grande indústria no Estado de São Paulo e no antigo Distrito Federal:

Para a caracterização da empresa como fábrica, está sendo usado o critério estabelecido por Sérgio Silva, que dá como elementos definidores um capital de Cr\$ 1.000.000\$000 e/ou 100 ou mais operários.³¹

Em *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, Sérgio Silva teve o interesse explícito em delimitar as "grandes empresas", destacando seu papel na nascente indústria brasileira. Inicialmente, em nível conceitual, ele diferencia a manufatura e a fábrica da empresa artesanal pelo número de trabalhadores empregados, assinando que naquelas a expansão da empresa não depende mais do trabalho do proprietário, e a fábrica distingui-se da manufatura pela importância do capital empregado, que se traduz numa diferente organização técnica do trabalho, cujo eixo é a mecanização. Como o autor já dispunha de dados acerca do capital, força motriz e número de operário de empresas paulistas e do Distrito Federal na República Velha, ele reorganizou esses números em função daqueles conceitos:

O critério relativo ao número de operários permite-nos reagrupar as manufaturas. Os estabelecimentos com 100 ou mais operários podem seguramente ser classificados como manufaturas de tipo médio ou superior. O critério relativo ao capital, permite-nos destacar as fábricas. De acordo com a taxa média de câmbio do ano de 1907, 1 000 contos de réis correspondem a cerca de 64 mil libras. Os estabelecimentos que empregam um capital igual ou superior a 1.000 contos devem certamente ser classificados como representantes da grande indústria (Silva, 1986, p. 77).

Observa-se o emprego das expressões "podem seguramente" e "devem certamente". A opção por cifras bastante exigentes – em capital e número de trabalhadores – desobriga o autor de um estudo do processo de trabalho nos estabelecimentos arrolados para classificá-los como manufaturas ou fábricas. Seu objetivo, aliás, é traçar um perfil para as grandes empresas do período: "De agora em diante, com o objetivo de tornar menos pesada a redação deste trabalho, chamaremos essas empresa, com 100 ou mais operários ou capital igual ou superior a 1.000 'contos' de 'grande empresas'" (Ibid.).

Não há dúvida que, para ramos fortemente mecanizados, como o metalúrgico, os cortes "para cima" de Sérgio Silva põem em destaque os principais estabelecimentos fabris dos anos vinte no Rio Grande do Sul, mas utilizá-los para negar o estatuto de fábricas a certos estabelecimentos, sem conhecer-lhes o funcionamento interno, pode ser um obstáculo ao estudo da industrialização em ramos ou regiões que não apresentam empresas fabris de grande porte, como é o caso de Juí. Os próprios critérios de S. Silva foram criticados por M. A. Rosa Ribeiro:

É possível que estes aspectos possam expressar algum grau de distinção entre unidades produtivas; entretanto, são insuficientes. Entendemos que as diferenciações entre artesanato, manufatura e fábrica se estabelecem mais em função dos elementos qualitativos, pela relação entre os instrumentos de trabalho e a organização do processo de trabalho e pelas relações sociais que se estabelecem no interior da unidade produtora, do que pelos elementos quantitativos: número de operários e montante de capital empregado (Ribeiro, 1980, p. 17).

Estudando uma empresa metalúrgica portoalegrense do início do século, Pesavento (1982 p. 165) afirma que esta não tinha ainda atingido o "estágio fabril", porque "ao lado do emprego da forma motriz da máquina a vapor, coexistem aquelas máquinas manuais, que se constituíam num prolongamento do braço do operário na realização de um trabalho artesanal". Assim, pelos critérios da autora, as fundições e outros estabelecimentos de Juí não seriam qualificadas como "fabris", não apenas porque empregavam bem menos de 100 trabalhadores – não há dados para o capital –, mas porque a destreza manual ainda era importante para algumas etapas do processo de trabalho.³² Mas como chamar de manufatura um processo de trabalho que utiliza máquinas elétricas, às vezes importadas? No capítulo "Divisão do Trabalho e Manufatura" de *O Capital*, Marx fala em manufatura desempenhando um papel secundário:

O período manufatureiro estabelece coincidentemente como princípio a diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias, e de maneira esporádica chega a utilizar máquinas, so-

bretudo para certos processos preliminares simples que têm de ser executados em larga escala e com grande emprego de força (Marx, p. 399).

Mas não se pode dizer de um torno mecânico, por exemplo, que ele sirva para executar um trabalho preliminar simples. Por outro lado, é difícil enquadrar as fundições ijuíenses no capítulo seguinte, "A maquinaria e a Indústria Moderna". Para Marx, a máquina-ferramenta, da qual parte a revolução industrial do século XVIII, utiliza o homem apenas como força motriz, podendo ser substituído por forças de outra natureza.³³ Num sistema de máquinas, que resulta da combinação de máquinas-ferramenta de diferentes espécies, o princípio subjeto da divisão de trabalho desaparece, dando lugar ao objetivo, quando o objeto de trabalho passa pelas máquinas parciais complementares; é imperativo que haja continuidade entre esses processos parciais (Id., p. 432-34 e 440). Voltando ao exemplo da fundição, da fornalha à peça acabada, o ferro passava por diversos processos, mas nem todos estavam mecanizados no período enfocado: o ferro nos fornos aquecidos por combustão era despejado manualmente nos moldes, executados por um artífice, o moldador; nas etapas seguintes os trabalhadores operavam máquinas elétricas como o torno e a plainadeira. Além disso, o trabalho do torneiro-mecânico, do ajustador e do ferreiro é de longo aprendizado, bem diferente do pessoal de fácil reposição da fábrica descrita por Marx, a fábrica automática, "em sua forma acabada atual" (Id., p. 477 e 481).

Outras passagens do texto marxista podem também fornecer elementos para a análise do contexto fabril de estabelecimentos como os ijuíenses. Para Marx, "a multiplicidade das formas transitórias não dissimula a tendência para transformação em verdadeiro sistema fabril" (Id., p. 542, grifo meu). Ele faz a afirmação depois de comentar a concomitância do trabalho mecanizado nas fábricas com a manipulação a domicílio como etapa de um mesmo processo de trabalho na Inglaterra de seu tempo. Provavelmente é essa passagem do texto marxista que inspirou Paul Singer (1986, p. 28): "Durante muitas décadas, métodos industriais e manuais tiveram que coexistir nos estabelecimentos fabris. Mas, a direção das mudanças estava definida de uma vez por todas. O progresso tecnológico se traduziria sempre na substituição dos métodos manuais pelos industriais, ou seja, do homem pela máquina".

Se por um lado é importante ir à matriz das concepções marxistas do processo de industrialização, por outro é limitativo procurar explicar o desenvolvimento fabril de uma cidade interiorana do sul do Brasil nas primeiras décadas deste século unicamente à luz de análises feitas sobre a Revolução Industrial, tal como ela ocorreu na Grã-Bretanha. Como diz justamente Pesavento:

No plano da realidade empírica, é freqüente a ocorrência de empresas que tanto utilizam máquinas quanto se valem do trabalho manual do operário. Por outro lado, não se quer também colocar tais modalidades de formas históricas de produção como etapas "necessárias" e "obrigatórias" do processo histórico.

A produção do conhecimento em história se faz através de um contínuo vaivém entre os pressupostos teóricos e a realidade empírica, não podendo um esquema transformar-se num modelo acabado e rígido (Pesavento, 1983, p. 19).

É justamente na falta de referência à realidade empírica, no caso o processo de trabalho, que incide meu questionamento, quando a autora fala, por exemplo, da perda da "virtualidade técnica" do trabalhador e do seu controle sobre o processo produtivo, devido à crescente mecanização das empresas, na transição do artesanato para a manufatura e deste para a fábrica, sem esclarecer como isso se dá no movimento de industrialização dos artigos coloniais. Enunciada na Introdução, a ocorrência é registrada, com raras detalhes específicos, para o caso do vinho, banha, cerveja e fumo.³⁴ Antes de prosseguir com a discussão, descrevo processos de trabalho específicos de alguns estabelecimentos fabris ijuíenses.

Os estabelecimentos e sua organização

• Fábrica de artefatos de madeira

A produção de artefatos de madeira (bolas de bolão, brinquedos, aparelhos de cozinha, etc.) dividia os trabalhadores em tarefas

distintas entre si. As etapas iniciais eram as mais mecanizadas: a madeira bruta era cortada com serra-fita ou serra-circular e moldada nos tornos. Algumas dessas máquinas elétricas foram adquiridas em São Paulo, mas outras foram construídas na própria fábrica por um mestre. Dar forma aos artigos no torno era atividade que requeria habilitação e, portanto, permitia a admissão de aprendizes no "ofício" de tornear madeira.

No outro extremo do processo estavam as tarefas manuais, em geral executadas por moças: pintura e envernizamento. Pelo Livro de Registros vê-se que essa mão-de-obra feminina jovem não permanecia muito tempo no emprego, induzindo a afirmação de que era facilmente substituível.³⁵

As tarefas intermediárias de lixamento e montagem (de cabides, baldes, caminhãozinhos, etc.), igualmente manuais, tinham a peculiaridade de ser realizadas principalmente a domicílio e remuneradas por quantidade acabada. Muitas vezes era o mesmo trabalhador que durante o dia fazia os "cortes" do artigo nas máquinas, recebendo por hora trabalhada, e à noite montava a peça.

Do ponto de vista deste chefe de seção não havia grandes diferenças entre as etapas de trabalho, pois ele as vê, não pelas atribuições e remunerações dos trabalhadores, mas através da contínua e harmônica transformação da matéria-prima:

Sim, tinha a seção de brinquedos, tinha a seção da tornearia, tinha a seção da artefatos de cozinha, né. Então ali eu assumi a seção da tornearia. [?] na época cada um tinha uma seção. [...] Isso aí prá mais ou menos organizar a produção né. Cada.. então nós, como era chefe de seções, nós tava em três, né; nós se combinava: "Bom, eu tenho que fazer tanto, tu me fornece essa tal madeira", né. Então ele fornecia tanto prá mim, a minha seção, né. E ele se precisava coisa torneada prá seção dele, "ôla, preciso tanto", né, "tá" [...] Trabalhava de mão em mão. Só que cada um tinha sua seção prá cuidar e organizar (chefe de tornearia).

• Laminadora.

Na fabricação de laminados e compensados, métodos mecânicos e manuais coexistiam no decorrer de uma mesma etapa de trabalho e, como o produto final (chapas) era de uma certa envergadura, todas as operações eram executadas por trabalhadores do sexo masculino.

A matéria-prima bruta (os troncos de árvores) era inicialmente serrada, manual ou eletricamente, em comprimentos padronizados, resultando em toras que eram levadas por guindastes até os tanques com água fervente para sofrerem um amolecimento. A laminação propriamente dita dependia de uma máquina que muitas vezes dava o nome ao estabelecimento (a laminadora) que "descascava" as toras em espiral, formando rolos de até 50 metros de comprimento de lâminas que tinham no máximo 2 milímetros de espessura. Os processos seguintes eram comuns a toda matéria-prima, mesmo que resultassem em artigos diferenciados: refilamento ou esquadrejamento das chapas (corte seguindo a medida do esquadro) com uma serra circular; colagem das chapas besuntadas de cola através da compressão por uma prensa manual, cuja chave exigia a força de três homens (anos depois essa prensa passou a ser hidráulica); nivelamento da madeira com plainadeira elétrica; lixamento dos compensados com lixadeira. As lâminas trabalhadas também passavam por uma estufa para perder a umidade.

Nenhuma das operações parciais da laminação é denominada "ofício" pelos que as executavam; o que é compreensível dado que delas não resultava nenhuma peça acabada. Mas algumas requeriam um aprendizado e uma especialização do trabalhador:

[...] profissionalmente não tinha ninguém; eles foram aprendendo com o Wolfgang Löw [um dos proprietários]. Ele conhecia... o trabalho em madeiras e colagem; o Wolfgang Löw conhecia muito, Wolfgang Löw esse. Então ele dava as tintas, ensinava, mostrava. E ali nós fomos nos acostumando a trabalhar (capataz).

daí então... eu cheguei lá e comecei trabalhar. Daí era o mestre da... da colagem de terceiros, compensados, essas coisas, era meu irmão mais novo. Que ele já tava trabalhando já entendia. Eu não sabia nada; sei da colônia (colador; tornou-se contramestre).

Algumas atividades especializadas não obravam diretamente com a madeira, como o preparo da cola "a muque" pelo próprio pessoal da colagem e a manutenção das máquinas, para o que a fábrica dispunha de uma oficina própria. Por outro lado, o encaixotamento das lâminas, o empilhamento dos caixotes no depósito e o carregamento da mercadoria para os caminhões e depois para os vagões ferroviários eram atividades simples, a despeito de pesadas, para as quais, em dias de muito serviço, eram deslocados operários de outras seções: "Às vezes, num dia, carreguemos quatro, cinco... vagões, de madeira. Daí ficava quase a oficina limpa, só aqueles que tavam carregando lá e [os] outros tudo dentro do vagão" (colador).

O lixamento podia ser remunerado por peça (metragem lixada) e executado, semelhantemente ao que ocorria na fábrica de artefatos de madeira, à noite, mas no próprio estabelecimento, por trabalhadores que de dia eram "horistas".

• Fundições (fábricas de máquinas)

Na fundições a relação seção/profissional era bem mais estreita: na fornearia estava o torneiro-mecânico, na ajustagem, o ajustador; na ferraria, o ferreiro; na moldagem, o moldador; etc. Antiga oficina independente, a ferraria foi, aos poucos, tornando-se uma seção de outras fábricas e se especializando em funções por estas demandadas. Ali trabalhavam, além do ferreiro, ajudantes encarregados de limpar e quebrar retalhos de ferro destinados ao forno de fundição e de bater, malhar o ferro aquecido; atividades que faziam da ferraria uma seção de serviço pesado. O moldador tanto podia fabricar o molde em madeira das peças a serem fundidas, como montar o negativo deste molde de na areia ("moldar na areia"); obviamente a utilização da forma era bem mais repetitiva que sua confecção. Frequentemente esse trabalhador também estava encarregado de derramar o ferro fundido nos moldes de areia. por isso vários trabalhadores aparecem registrados como "moldador e fundidor"³⁶.

Caetano Verri, esse era o.. moldador, fazia os modelos na fundição e era o que fechava o forno, prá sair o ferro derretido. Era o que cuidava disso, Caetano; já é falecido (torneiro-mecânico 1).
[...] por exemplo, o moldador, ele pertence prá fundição, né (moldador).

Essa justaposição de tarefas era possível porque naquela época a fundição propriamente dita (a liquefação do ferro) se dava a intervalos de uma a duas semanas: "por exemplo, moldava sábado, segunda; terça a gente fundia" (moldador). Assim também o carregamento do forno com pedaços de ferro era executado por homens cotidianamente responsáveis pela limpeza do estabelecimento. O despejo do ferro derretido nos moldes das peças era uma atividade simultaneamente perigosa, pesada, desqualificada e decisiva:

[...] fazia fogueira, derretia o ferro no forno, despeja aquelas formas né. A Sra. vê, uma máquina; uma peça de 500 quilos, quanto precisa prá isso, fazer aquela.. fundir aquela peça. Isso fundido tudo com.. pegado aquele ferro derretido com baldes, de balde [?] despejado dentro da terra [?]. Então quantas baldadas a gente precisava, [?] carrada prá fazer aquela peça de 500 quilos. [RW] E tinha que apurar porque [?] senão esfriava o ferro. O primeiro que derretia [?] esfriá, já outro não colava. Então tinha aquela dificuldade, tinha que apurar muito. Isso aí é um perigo a gente se queimar (ajudante de torneiro-mecânico).³⁷

Mas a função do fundidor, no seu caso aspecto mais geral, de produzir a peça inteira, requeria habilidades especiais, algo "mais": "Esse aí era um profissional. Com esse aí eu aprendi mais... a fundição. [?] fundia peça de 5.200 quilo ali. Umás peças para fornalha de... aí para Linha 3, aí, negócio de veneno" (moldador).

Na fundição, a torneação é o exemplo mais acabado de ofício, o que foi mostrado pelo relato daqueles que ultrapassaram o longo período de aprendizado (ver cap. 2). A tornearia consistia de torneiros-mecânicos que operavam tornos e seus auxiliares eram jovens aprendizes. Um torneiro podia distinguir-se de outro pela habilidade em tornar determinadas peças fundidas:

Esse Joaquin Agostini era torneiro. O Boger também. O primeiro que torneou pistão aqui foi o Henrique Boger. O Henrique Boger é um baíta dum... torneiro, profissional. Lá quem, por exemplo, torneava um pistão ali era só ele, ninguém mais. Fazia pistão de auto, né trator. O primeiro foi que começou. Nós fundia e ele torneava. Esse Henrique um cara caprichoso.. torneiro.. (moldador).

Depois do torneiro, era o ajustador quem manejava a peça e a contiguidade das operações desses profissionais podia provocar disputas na atribuição de responsabilidade em caso de danos ao artigo. Incômodos cotidianos fizeram esse torneiro abandonar a fundição depois de ter mostrado ao capataz em que momento do processo de trabalho ocorriam avarias:

Então um dia eu botei ele na parede. Fiz um serviço e entreguei tudo direitinho. Quando ele fez o serviço de ajustagem.. Ai ele foi reclamar, mas no, eu mostrei também pro capataz também: "olha aqui, olha aqui. E serviço tá assim, assim, então enxerga. Tu vai ver daqui um pouco ele vai reclamar". Mas ele sempre prendeu as peças mal, então ele puxou fora do esquadro e aí quando botou no eixo então estragou, então não quis entrar mais. Mas o capataz viu, digo "agora fala, fala você" (torneiro-mecânico 2).

Um outro trabalhador especializado que aparece nos registros é o soldador, mas seu número é, relativamente aos outros, bem menor; a "solda elétrica" podia constituir uma seção à parte. Conforme o tipo de peça fabricada, ela podia ainda sofrer a ação de máquinas como a plainadeira e a fresa. Por outro lado, havia várias atividades, algumas das quais já descritas, meramente braçais. Um garoto, filho de um trabalhador, estava encarregado de endireitar ganchos de arame continuamente reaproveitados na sustentação de dentes dos moldes de madeiras. Os auxiliares, mesmo quando admitidos em seções específicas, podiam ser alocados em qualquer função. Um operário, registrado como "auxiliar de fundidor e ferraria", mas amíúde chamado para segurar peças para o soldador, diz que "fazia tudo que era serviço", porque "era ajudante".

• Indústria do couro

As duas principais empresas juiienses do ramo do couro, ambas de origem familiar e em funcionamento já na segunda década do século, estavam, nos anos 40, organizadas de modo semelhante, tanto na divisão em seções, quanto no processo produtivo interno a estas (Weber, 1987, p. 63-67), a despeito do caráter "espontâneo" de surgimento desses setores de trabalho:

Bom, tinha várias seções. Tinha a seção de costura, tinha a seção de montagem. E o prédio aquele ocasião era pequeno, não deu prá tudo, então eles foram... espalhando; botaram uma seção aqui, outra seção ali. Quer dizer que o corte de sola foi outra seção..(chineleiro).

Inicialmente é preciso observar que a fabricação de chinelos e tamancos, o curtume e a selaria eram unidades fabris diferenciadas, isto é, cada uma tinha seu próprio pessoal, equipamento, prédio e produziam artigos acabados.³⁸ O que as unificava era a administração empresarial, não o processo de trabalho.

A selaria era a seção mais artesanal e pode-se dizer que seus artigos (além de selas, arreios e lombilhos, assentos estofados para veículos e tapetes) não eram produzidos em série. Para tornar-se um seleiro, o indivíduo precisava de aprendizado. Por estas características, a selaria não interessa muito a este estudo. Fica apenas a observação de que, assim como a ferraria foi incorporada pelas fundições, seleiros e sapateiros o foram às indústrias de couro.

A produção de calçados destas firmas ilustra um processo de trabalho, cujas etapas foram mecanizadas em momentos diferentes e a divisão das seções (corte de sola, costura, montagem) reflete essa dissonância. Para produzir os cortes das solas já existia uma máquina elétrica, uma espécie de prensa, que requeria muita cautela do trabalhador para ser acionada:

Eu me cortei uma vez também, mas tirei só um fininho, não chegou a pegar bem, mas tirou um pedacinho. Agora aquela máquina, onde ela pegava, ela... levava mesmo. Porque é uma máquina assim, a gente

ajeitava a navalha, a sola, daí pisa no pedal; quando pisa no pedal, ela vem. [...] Era tocada elétrica [mental], mas... prá fazer o corte, tinha que pisar no pedal; ela desengatava em cima e vinha (chineleiro).

O corpo dos calçados (chinelos, tamancos, botas, coturnos), entretanto, era cortado manualmente, atividade remunerada por produção. A etapa seguinte, a de costura desse cortes, era a única em que eram admitidas mulheres, pois a presença da máquina de costura não prescindia de habilidades consideradas femininas:

...tinha gurias também. [...] Por exemplo, costureira, isso é, só mulher. O homem, ele costura também, mas não tem essa.. [mesma] agilidade do que uma mulher. Uma mulher prá esses serviço é melhor. Então essas coisas tinha.. só mulher, só gurias (chineleiro).

Isso era à máquina, máquina elétrica. Aqui assim eu não tinha mais unha; aonde é que corria o couro né. E a electricidade eu desligava com o joelho. [...] Tu tem que fazer ligeiro prá fazer essas voltinhas aqui né. E depois tinha essas línguas aqui, os colonos gostavam essas línguas aqui. [...] Prá tu entrar nesses cantinhos e voltar, essa voltinha aqui, tinha que ser rápido aqui dentro (costureira).

Enquanto uma atividade parcial, o debruamento (costura do debrum) preparava o corte de couro para ser manuseado por vários outros operários:

Eu trabalhava de noite, até às 11, 12 horas. Porque quando eu não tinha pronto o meu serviço, os outros trabalhadores não tinham serviço. [...] ...prá eles poder montar. Porque quando eu não tinha debrumado, eles não podiam montar né. [...] Era só essa uma máquina prá debrumar. Agora pode saber quantos eu, numa tarde... eu debrumava às vezes 300, 400 pares. Sabe o que é isso? (costureira debruadora).

Os "outros trabalhadores" eram os chineleiros e tamanqueiros, que eram assim chamados porque, com o auxílio de algumas ferramentas, davam ao artigo sua forma final. Os tamanqueiros trabalhavam sentados, cada dois, a uma mesa no centro da qual estavam dispostas as taxinhas. Um desses reconhece que o tamanco não era obra unicamente sua:

Completar, fazer um tamanco... inteiro. Quer dizer, ali já... [?] a cepa já era outra firma que fez, né. E depois tinha outro que fazia o corte, né; só o corte, Outro costurava só. [...] eu montava, né, o tamanco. Tinha forma prá montar ele e taxa [?]. E deixava pronto (tamanqueiro).

O pagamento por peça (por exemplo, por dúzia de chinelo) fazia com que os limites da jornada de trabalho ficassem por conta do próprio trabalhador (ver cap. 4) e a simplicidade dos instrumentos de trabalho permitia que esses limites se estendessem ao período que o operário permanecia em sua casa. As narrativas abaixo mostram que o mesmo trabalhador que montava os calçados também podia efetuar seus cortes e que a cobertura de certos tipos de chinelos podia ser executada pelos filhos dos operários:

Nós trabalhava em casa também, fora de hora. [...] Nós cortava esses cortes prá chinelo, tamanco, caturno. A mulher costurava, tinha máquina de costura né. Então deixava pronto o corte, daí levava prá casa... prá terminar. É, eu já trabalhei muito na minha vida. De dia na fábrica, de noite em casa. Chegava em casa, tomava uns mate e lá se ia de novo, até 9:30, 10 horas, às vezes mais (chineleiro).

Ele era um chinelo todo fechado assim, que nem esse aqui, era preto né. E aqui... tinha umas tirinhas rasgadas e ali então tu enfiava uma tira branca de couro. E a outra desencontrava, daí a outra desencontrava de novo. Isso era serviço nosso. [...] Nós era criança, nós tinha que ajudar né. [...] Enquanto tu não terminava o serviço, tu não podia brincar [risos]. É a pobreza era grande. Tudo que tu fazia, tu ajudava né (filha de costureira).

No capítulo anterior foi comentado que, não obstante haver aprendizes de chineleiros e tamanqueiros, suas ocupações não constituíram um ofício propriamente dito, pois, mais que conhecimentos adquiridos ao longo de tempo, elas exigiam a mecanização de alguns movimentos* e quanto mais "mecânicas" são as operações, mais facilmente elas podiam ser absorvidas por uma máquina; assim, quando a produção de calçados de senhoras iniciou-se, anos depois, com a compra de novo maquinário, certas tarefas que podiam ser remuneradas por peça tornaram-se desnecessárias: "Depois quando começemos trabalhar, fazer sapato, aí então passou tudo recebendo por mês. Que

ai um não terminava o serviço; um começava e foi indo, foi indo até no fim" (chinelheiro). Essa descrição de uma produção em série, implantada na década de cinquenta, é feita por um trabalhador que, em meados da década de trinta, uns vinte anos antes portanto, percorreria a caminho de aprender a oficial de sapateiro.

Embora o *curtume* fornecesse a matéria-prima das outras unidades fabris (couro curtido conforme o destino), os trabalhadores destas tinham poucas ligações com os daquele:

Eu até nem conheci o curtume.. nem fui lá [sorr] nunca (tamanqueiro).
Tinha, mas o curtume era separado. Tinha a fábrica de chinelos.. e sapato, e o curtume era separado.

.....
Não curtume já é outra coisa, né. Então, os que trabalhavam no curtume trabalhavam lá e os da fábrica...separado (chinelheiro).

As relações empregatícias no curtume eram mais "modernas": não havia tempo de trabalho não remunerado e o pagamento era por dias trabalhados, não por produção. As etapas de trabalho, algumas das quais já mecanizadas, estavam divididas entre trabalhadores que nelas se especializavam: "cada um tinha o setor dele". Num tempo em que a carne tinha pouco valor, o descarnamento dos couros que vinham dos matadouros era uma atividade trabalhosa, pois ainda era manual, realizada com trinchante:

Era um facão, com dois cabos. E um cavalete de pé. Segurava o couro na barriga, com um avental e descarnava ele, com trinchante; mas tinha que tá bem afiado. Hoje tem a trinchadeira, a descarnadeira aí, que trincha o couro em poucos segundos. E a gente levava aí, bem apurado, prá limpar um couro de boi ou de vaca, aí o couro de 25, 30 quilos, a gente levava de 10 a 15 minutos (operário de curtume).

O curtimento propriamente dito se dava pela imersão do couro em tanques, atividade bastante insalubre para os que a executavam, mas que resultava num artigo de melhor qualidade que os produzidos por processos mais modernos, na opinião do entrevistado:

..só ele era curtido nos tanques, ainda um sistema.. bem antiquado, mas é que a sola naquela época era sola, ela saía.. sola... Comprava um sapato aí, a sola era uma sola que não gastava. Saía bem feitinha. Era tudo, era.. tinha um enchimento. Hoje em dia tá tudo aí.. Naquele tempo levava um couro prá curtir aí se levava 14, 15 dias aí, o couro.. cromo. E hoje em dia se curte o couro.. em...setenta e poucas horas. [...] Era curtição demorada. Hoje não, hoje.. enfiam ele aí dentro do fôlo hoje...quando é no terceiro dia tão tirando ele curtido (operário de curtume, depois chefe de seção).

As etapas seguinte estavam mais mecanizada. Havia, por exemplo, máquinas para "dividir", "afinar" os couros, isto é, reduzi-los a espessuras determinadas. Algumas dessas máquinas tinham denominações relativas à sua inserção no processo de trabalho: "rebaixadeira", "surradeira", e eram operadas por "empregados que se adaptavam com a máquina ali". O acabamento incluía lustro, pintura e medição do couro. Ainda que tarde (anos 60), nem o próprio curtume escapou da incorporação da mão-de-obra feminina: "Acabamento era moças, no fim, que trabalhavam. [RW] Dentro do curtume; tinha seção especial. É, a maior parte era moça; trabalhavam, tinham a mão mais leve prá trabalhar" (operário de curtume).

• Frigorífico

Principal ramo fabril ijuiense, a suíno-indústria teve sua maior expressão no Frigorífico Serrano, inaugurado em 1934 e, duas décadas depois, considerado a quarta empresa do Estado no gênero (ver Weber, 1987). Antigos trabalhadores acompanharam a evolução do estabelecimento desde o momento em que a produção estava centrada no principal artigo da economia local, a banha:

Era um grande pavilhão de madeira; não era como agora, esse edifício de tijolo, de concreto, mas era de madeira. [...] E assim devagarzinho desenvolvendo. Eram poucos operários aquele tempo; também não tinha matadouro. Começamos [?] em comprar banha, refinar banha, como foi lá no Steglich (refinador).

Com a construção do matadouro, os suínos abatidos passaram a ser aproveitados mais integralmente e as seções se especializaram conforme o artigo produzido. A matança propriamente dita não era contínua, ela ocorria durante algumas horas da manhã, concentrando alguns operários no *matadouro*. Laçado em um de seus pés por um magarefe, o porco era então içado por outro com ajuda de uma manivela, permitindo que o mesmo magarefe que o laçara, o sangrasse, esfaqueando a veia certa, o que exigia uma certa perícia, valendo ao executor da ação a denominação de "sangrador". Empurrando pelos trilhos por um operário, o animal caía num tanque d'água quente, para ter sua pele amolecida. Em seguida, ele passava pelos peladores, três duplas da homens que manejavam "copos", raspando o pelo e a película preta da pele do porco; esta operação era completada por duas pessoas que "barbeavam" o porco com uma faca afiada para tirar o resto dos pelos. Após decapitado, serrado ao meio e destripado, o porco seguia pelos trilhos até as camadas de resfriamento. Esse processo resultava no porco "pelado"; porém havia o porco "coureado", do qual o couro era extraído, com facas, por inteiro, atendendo a encomendas de fábricas de calçados. Já no final da década de 40, algumas destas operações manuais foram mecanizadas pela introdução de serra elétrica, elevador e peladeira.³⁹ Algumas mulheres que trabalhavam no matadouro, lidavam, por exemplo, com a cabeça do animal, no mesmo dia da matança, isto é, sem prévio resfriamento da carne. O significado de "magarefe" é "esfolador de reses", mas no "Serrano" homens e mulheres admitidos nessa categoria executavam serviços inespecíficos.⁴⁰

Contígua ao matadouro estava a "picada", para onde a carne, resfriada durante à noite, era conduzida por trilhos, para ser desossada e partida em pedaços antes de seguir para as outras seções de transformação. A extração da banha ocorria nesse momento. Aqui também os operários também presenciaram transformações: o painelão de cozimento da banha deu lugar a um digestor e as facas foram substituídas por máquina elétrica na picada da carne.⁴¹ Nesta sub-seção era mais comum a presença de mulheres.

A mão-de-obra feminina estava bastante disseminada no Frigorífico, isto é, se ainda havia funções restritas aos homens, não havia

seções interdidadas às mulheres. Assim, uma operária da refinaria de banha era considerada "protegida", na opinião de suas colegas, por não ser deslocada, em momento de concentração da produção, para seções "frias" ou para o matadouro na hora da picada (ver cap. 5). Se certas tarefas deixaram de ser impróprias para a mão feminina, certas mulheres ainda eram indignas para nelas tomarem parte:

Entraram a trabalhar no matadouro duas operárias, [?]. Tratando-se de prostitutas, determinei a sua suspensão até o regresso do chefe da firma, visto considerá-las incompatível com a boa moral da indústria. O chefe da firma, deverá, em seu regresso, fazê-las retornar ao serviço, ou demiti-las.⁴²

A seção de banha era, na prática, a incorporação, pelo frigorífico, de um tipo de estabelecimento fabril que já existia na Vila Ijuhy, a refinaria de banha, e sua instalação em um local que permitisse a recepção de banha do matadouro. Além da banha de seus próprios suínos abatidos, o Frigorífico refinava a banha colonial – ou banha bruta –, aquela produzida pelos colonos com as prensas de banha e recebida por uma equipe de operários escalados para tal:

então lá, o colono carneava aqueles porcos. Depois ele fazia... banha, desmanchava banha, ficava.. dava caminhões de banha, daqueles tonéis de 200 quilos. Então aquilo tinha que vir de madrugada; entrava ali duas, duas e poucas da madrugada, três horas. Nós tinha que descarregar aquilo lá e depois escambar para uns tonéis, uns tonéis não, uns tanques, para aqueles tanques depois vaporizar eles, esquentar, prá depois tirar aquela banha, para refinar ela (sangrador).

Essa fervura se dava na "cozinha" e depois disso é que a banha ia para a refinação, puxada por meio de bombas. O refino propriamente dito era a passagem da banha por alguns mecanismos controlados pelo refinador e seus ajudantes. (No período em estudo, o refinador de banha do Frigorífico era um trabalhador que permanecera cinco anos como ajudante do antigo refinador e que passou a responsável pela produção quando este retirou-se da firma.) Depois de filtrada, a banha passava por um rolo enorme, guarnecido de canos, que estava à baixa temperatura; mais consistente devido ao resfriamento, ela caía

num batedor e depois num tanque, ao qual estava adaptado um aparelho para regular a saída da banha em volumes iguais. A velocidade do encartuchamento desses volumes era determinada pelo tempo que certa quantidade de banha levava para realizar o percurso acima descrito, pois "tinha que ser ligeiro, porque senão o tanque enchia e deramava" (operária 1 da seção de banha).⁴³

Os cartuchos de papel, sacos para um quilo, eram colocados dentro de formas compridas, também chamadas "gavetas", e levados até a operadora do aparelho que regulava a saída da banha, enchendo dois pacotes de cada vez. Esse aparelho tinha um dispositivo que dosava sempre um quilo ("saía por dentro do aparelho aquela quantidade certa"), mas a operadora tinha que manejar com precisão tanto a alavanca que liberava a banha, quanto a forma com os cartuchos ("ir correndo a forma") para evitar que caíssem duas doses no mesmo pacote: "Olha prá encher banha a gente precisa prática, porque é uma coisa que tu tem que tar com a mente muito firme" (operária 1 da seção de banha). Mais tarde, quando os consumidores passaram a adquirir menores quantidades de banha, o próprio refinador, segundo seu relato, confirmado pelo livro da atas da empresa, construiu um aparelho que fornecia meio quilo do artigo.⁴⁴ Os trabalhadores que permaneceram na fábrica por mais de vinte anos, relatam mudanças técnicas no empacotamento que aumentaram a velocidade da produção, diminuindo, ao mesmo tempo, a concentração que ela exigia, pois as aberturas de saída da banha aumentaram para cinco, abrindo-se pelo acionamento de um pedal e fechando-se automaticamente.

Decorrida uma hora após o preenchimento dos pacotes com banha, estes eram fechados, rotulados e selados manualmente, atividades que, por isso mesmo, exigiam da executora gestos tão rápidos quanto os movimentos de uma máquina:

Até um cara, um estrangeiro, veio não sei de onde, da França, e o seu Rosalvo levou perto de mim e disse "fica só olhando aí um pouco essa funcionária", [?] acho que se tivesse experiência numa máquina eu não era tão ligeira como ali (operária 3 da seção de banha).

Posteriormente as formas foram substituídas pelas próprias caixas, dentro das quais os pacotes eram preenchidos com banha, fechados e rotulados. A banha também podia ser enlatada em volumes pequenos ou de 20 quilos. Depois de encaixotada, a mercadoria estava pronta para ser embarcada nos vagões ferroviários.

A confecção dos cartuchos era realizada fora da fábrica, por moradores da vizinhança, muitas vezes familiares de operários, que "buscavam papéis, faziam e devolviam novamente", recebendo, segundo um informante, por "milênio".⁴⁵

Se em alguns setores do Frigorífico existia um complexo de máquinas, como os compressores que mantinham as câmaras frias em baixa temperatura, em outros (salamaria, presuntaria), os instrumentos de trabalho pareciam os utilizados em uma cozinha, apenas em escala ampliada. Para os encarregados destas seções, o conhecimento dos processos de transformação dos alimentos era fundamental:

Câmaras: Resolveu-se autorizar ao superintendente para que ele de já mande ensinar [a] um homem de confiança todos os serviços de cura na câmara como encaixotamento, marcação de caixas, pesagem, salga e ressalga, etc., que depois seguirá à P. Alegre para ali atender a esse serviço nas câmaras do Entreposto Frigorífico de P. Alegre.⁴⁶

Para a *presuntaria*, o quarto do porco vinha "quente" do matadouro, isto é, logo após a matança, sendo então imerso num tanque com salmoura que era deixado nas câmaras durante oito dias, "prá pegar o sal suficiente". De volta à seção, o passo seguinte, a retirada do osso, precisava ser executado com muita habilidade, pois "tinha que saber tirar aquele osso prá cortar a carne". A carne era então cozinhada em grandes formas, semelhantes a tanques, de aço inoxidável, durante um tempo que o encarregado "já sabia" qual era, e depois prensada dentro de formas com o auxílio de uma prensa manual. Normalmente o produto era conduzido às câmaras frias, onde permanecia até o dia seguinte, quando então ele era retocado e embrulhado: "retocava ele bem, fazia bonito, né; depois enrolava ele no papel, dois,

três embaixo [?] em cima no papel bem bonito, né. Depois ia embro pra São Paulo” (chefe da presuntaria). Entre as atividades complementares da seção estava a de lavar e enxaguar formas, cujo número podia superar duas dezenas; esta tarefa estava reservada às mulheres.

Igualmente a *salamaria* parecia uma enorme cozinha. Pela descrição abaixo, os encarregados de temperar a carne do salame pareciam um grupo de cozinheiros, cujas, mãos foram, posteriormente, substituídas por máquinas-ferramentas:

Tinha um gamelão grande, ficava 4 dum lado, 4 de outro; então prá mexer aquilo com as mãos. Agora, ultimamente já veio.. uma máquina... que... não lembro o nome agora [...] punha lá, ali, sempre então tantos quilos de carne. Aquela máquina cheia de figa, parece mãozinha, aquilo virava, mexia aquela carne ali, temperava, isso em questão de, fração de minutinhos. Então ali já não precisou mais tantos homens; um só, lidando ali, ligava e aquilo fazia [força] e mudava outro botão, ela virava, salgava aquela massa lá dentro, de carne (sangrador).

A enformação da carne dentro das tripas, previamente lavadas, uma das mais desagradáveis operações do frigorífico, era feita com um engenho, acionando por uma manivela, que tinha uma extremidade em forma de funil, onde eram encaixadas as tripas. A parafinação dos salames também era bem rudimentar: com auxílio de varas eles eram mergulhados na parafina líquida que estava dentro de um taxo. Para a cobertura dos artigos da salamaría com os invólucros da indústria, eram freqüentemente deslocados moças de outras seções.

Provavelmente porque atividades que poderiam ser remuneradas a baixo custo sem influenciar na qualidade do artigo não precisavam ser mecanizadas o transporte dos produtos para dentro dos vagões frigoríficos era bastante primitivo. Havia um pequeno ramal ferroviário que atingia o pátio do estabelecimento, permitindo que os produtos fossem levados das câmaras frias diretamente até o vagão, e quando havia algum instrumento para facilitar o transporte, este era bastante improvisado:

Nós tinha encaixotamento, carregamento, era naquela vez vagões e tal. Mas com muito sacrifício, porque lá, por exemplo, o peso menor

que tinha, a caixa menor era 72 quilos e tinha que se erguer no ombro e levar no vagão. Agora quando era o encaixotamento, de toucinho, de carnes, charque, essas coisas, era muito mais; era 80, 90. [RW] No ombro, tinha dois que paleavam no ombro, levantavam, paleavam no ombro e a gente levava até o vagão. Depois, lá dentro no vagão, teria mais uns prá empilhar dentro do vagão. [...] Mas nós pegamos na época daquele, daquela dificuldade. E não tinha nem carrinho prá empurrar as coisas; eram puxados por uma padiola, era [?] tipo, chamávamos “canela”, eram umas caixas grande, com uns cabo, então um na frente, outro atrás (sangrador).⁴⁷

O Frigorífico Serrano dispunha de sua própria funilaria, que confeccionava latas para o acondicionamento de alimentos, a partir de grandes folhas metálicas, cortadas de acordo com moldes, cujas peças resultantes eram soldadas.

• Fábrica de caramelos

De forma semelhante ao frigorífico, esta outra indústria alimentar produzia alguns artigos por um processo totalmente “culinário” e outros por etapas de trabalho mecanizadas diferenciadamente.

A confecção de “chupetas” e “peixinhos” era separada das balas e bastante simples. Por exemplo, o método de preparo da massa, na descrição que segue, parece-se com o de uma doceira: “a massa já me cozinava num tacinho, né; o tacinho era pequeno, porque a gente tinha de erguer. Cozinava, botava açúcar num taxo e botava água e cozinava; aquilo fazia uma calda, né, igual a gente faz uma calda” (carameleira 1).

O corpo desses caramelos era obtido derramando-se a massa quente em formas compostas por duas partes simétricas, unidas para receber a calda e separadas depois que esta se solidificava. A colocação dos cabinhos das chupetas precisava ser feita antes que a massa endurecesse, por isso várias meninas, que normalmente estavam enrolando balas, eram chamadas e recebiam, em pagamento, um pouco

mais por esta tarefa que exigia rapidez e precisão. Tirados os excessos de massa dos caramelos, estes eram enlatados. Quando não havia encomendas de chupetas, a moça responsável pela sua produção era deslocada para outras ocupações.

Na fabricação das balas, a divisão do trabalho era mais complexa. O preparo da massa e seus ingredientes (torrefação de coco e amendoim, por exemplo) estava a cargo do cozinheiro. Cozida a massa de acordo com o tipo de bala a que se destinava, ela era posta numa mesa de ferro giratória, cuja parte inferior era um recipiente para água fria com a qual a massa trocava calor até esfriar-se. Do passo seguinte, mistura de tintas e essências à massa, estava incumbida uma mulher com conhecimentos do preparo e uso fabril dessas substâncias. A massa das balas comuns (números de 1 a 10) era previamente mais cozida e recebia só tinta e de "10 até 20 eram as balas que a gente trabalhava a massa". Um exemplo de trabalho sobre essa massa era pendurá-la num gancho e puxá-la "a muque" repetidas várias vezes até ela tornar-se alva. A massa das balas recheadas recebiam outro tratamento:

O cozinheiro fazia uma, uma massa, ele fazia, cozinava menos e botava na mesa aquela. E fazia e mexia com um pau e essa massa morria. Quer dizer que morreu a massa; massa morta ficava o recheio. E nessa massa nós tinha que botar essência, então era o recheio. Então fazia aquelas balinhas recheadas, botava essa massa dentro da outra massa, né; e passava na máquina, então tinha as balas recheadas... (carameleira 2).

"Passar na máquina" era a operação que imprimia à massa a forma das balas e variava conforme o tipo destas. Para se obter balas listradas e cumpridas, a massa passava entre dois rolos e depois era cortada com um pauzinho por uma operária. As balas "de essência" eram totalmente produzidas pela máquina a partir da massa:

E a outra [?] botava na máquina, que a máquina ela era elétrica; ela manejava com o pé, né. Botava dentro e saía todas as balas. E lá em baixo tinha um negócio, tinha um ventilador, já ia esfriando e caindo lá; já caía as balas prontas, que essas balas são de essência, bala de essência (carameleira 2).

As balas comuns, depois que saíam da máquina, eram quebradas (separadas) por meninas. O manejo das máquinas ficava por conta das moças mais velhas: "elas tinham uma função mais alta, elas tinham que trabalhar nas máquinas; daí, como nós, de menor, não trabalhava nas máquinas onde passava as balas, isso então era [com] os mais velhos" (carameleira 1).

Um trabalhador que incorporou-se à empresa em 1920, quando desta era ainda uma fabriqueta, e nela trabalhou até alguns meses depois de aposentado, acompanhou a evolução do processo produtivo desde sua fase artesanal até a introdução de máquinas automáticas. Ele descreve a mecanização que ocorreu no período que está sendo estudado, diferenciando-a de outra mais recente:

[...] antes disso era motivo à força elétrica, mas já... mas moderno mesmo, maquinário assim moderno não tinha ainda. [...] E aí, mais um ano, dois, ele comprou as primeiras máquinas movidas à força. Eram... hoje já tão fora de... fora de moda; quando iniciou... naquele tempo, era moderna, hoje já não é mais (confeiteiro).⁴⁸

Havia alguns artigos que eram confeccionados basicamente à mão: mandolates, balas "rock" (com florezinhas dentro da massa) e, durante um certo tempo, artigos de Páscoa e Natal (principalmente ovos de chocolate e "cristal"). Entretanto, a atividade manual que mais ocupava braços, principalmente o de meninas, era o embrulhamento da balas (ver cap. 2) e, na ausência de máquinas, era necessário mecanizar os movimentos: "Eu enrolava, enrolava muita bala dessas compridas, né; nessas eu era uma máquina prá enrolar (embrulhadeira 1). O pagamento por peça certamente abreviava a aquisição da "prática":

Ganhava 600 réis o quilo, tirava sessenta mil réis por mês, não dava nem prá vestir, né. Agora a gente diz "isso aqui tá brabo"; aquele tempo era muito pior. Não dava nada. Quem é que tinha prática... né, mas até que pegava prática... (embrulhadeira 2).

• Tipografia

Importando máquinas da Europa, a Livraria Serrana possuía um alto índice de mecanização de diversas atividades ainda na década de trinta. Talvez porque a firma contasse com recursos técnicos, houve a preocupação em mecanizar mesmo tarefas bastante banais, como dobrar jornais, que, em geral, como viu-se pela descrição dos processos de trabalho em outras empresas, eram deixadas para uma mão-de-obra remunerada a baixo custo:

As oficinas abrangem as seções de impressão de jornais, tipografia, off-set, estereotipia e clichês, com máquinas linotipos, seis máquinas de impressão, sendo uma automática, uma off-set que é, também, automática, máquinas de dobrar, dourar, grampear, etc.⁴⁹

Maquinários moderníssimos, grande parte importados da Europa. Máquinas notáveis, que substituem admiravelmente o braço humano. A seção de imprensa possui uma "Linotipo" e diversas outras aperfeiçoadíssimas máquinas. Chamou-me a atenção em particular uma máquina de dobrar jornais, idealizada por um técnico da própria casa.⁵⁰

As reportagens registram, e as entrevistas confirmam, que diferentes métodos de montagem da matriz de impressão eram usados simultaneamente pelo estabelecimento: tipografia, linotipia, litografia (em off-set), tendo em vista o artigo a ser produzido. Na tipografia, o texto é montado letra por letra e o tipógrafo precisa agilidade para manusear os tipos dispostos numa caixa a sua frente. A linotipia, que compõe a chapa do texto pela fusão dos caracteres gráficos em chumbo, exige uma habilidade diferente:

P: Prá mexer nessa linotipo, precisava de muito tempo prá a prender?

R: Olha, aprender não tanto, mas... praticar, né. [...] Prá aprender a datilografia, é mais ou menos parecido. [RW] Vai aprendendo ali depois vai desenvolvendo. É, precisa conhecer o mecanismo da máquina também (tipógrafo 2).⁵¹

Com o advento da impressão litográfica, a produção da matriz passa a depender de processos que são controlados por um profissional diferente do tipógrafo (ou do linotipista). Nas décadas em questão, apenas alguns artigos do estabelecimento eram produzidos em off-set, mas, mais tarde, quando a litografia passa a predominar como método de impressão, a função do tipógrafo parece tornar-se desnecessária:

Hoje em dia já tá... quase superado a profissão do tipógrafo; agora passou mais para o ramo litográfico. Os jornais são feitos litograficamente. Quer dizer que a tipografia tá... já era uma profissão. Diz que na Europa quase já não existia mais. [RW] Sim eu li esses tempos numa revista, tá em extinção esse ofício (tipógrafo 2).

É na impressão propriamente dita que são introduzidas máquinas "que substituem admiravelmente o braço humano" efetivamente, a começar pelo movimento rotativo da impressora, pois na década de vinte "quando não tinha outro serviço, quando faltava alguém prá... tocar a máquina, ah!... a gente tinha que entrar; [ri] a máquina era tudo à mão" (tipógrafo 1). Algumas entrevistadas associam a presença de homens na fábrica à existência de máquinas ("tinha, os homens casados, tudo né, que trabalhavam lá, porque tinha muito maquinário, né"), mas era comum encontrar jovens mulheres operando impressoras:

Olha, o papel vinha cortado, [d]o tamanho do jornal, né; aí aqui tava a máquina; a máquina tem, vamos dizer, uma mesa aqui assim... e daqui desce um pouco mais assim. E aqui vem o rolo, que tem aquelas coisa que pega. Então eu baixava o papel assim com esta mão e com esta eu encostava: e ali vinha o rolo, pegava, passava por baixo da máquina onde tava... a chapa e caía lá atrás já pronto. Então, de lá ia prá baixo onde as garias trabalhavam. Lá tinha uma máquina onde as garias dobrava. Ela pegava um monte, botava assim do lado e botava ali, entrava assim, dobrava assim e mais uma vez e saía lá do outro lado pronto (impressora 1).

A existência de máquinas automáticas não significava automatização da produção, pois a passagem do papel de jornal de uma máquina para a outra (da impressora para a "dobradora") era

feita por operárias e a máquina impressora ainda não realizava automaticamente a operação de colher o papel. Já esta outra, que imprimia blocos de notas fiscais, necessitava tão somente a supervisão da trabalhadora: "Eu só colocava ele [o bloco] dentro da máquina, a máquina imprimia sozinha, pegava o papel, atirava ali; eu só cuidava as tintas e o número, prá não pular né, senão faz tudo errado, né" (impressora 1). (Em anos recentes, houve uma modernização nos equipamentos que surpreendeu esta senhora: "Agora é tudo diferente. Ihhh, já me contaram como é".) Ainda que a crescente mecanização tivesse simplificado a atividade do(a) impressor(a), ela era considerada, principalmente quando se tratava de imprimir artigos de maior custo, como de responsabilidade, "forçada", devido à atenção que requeria, justificando um pedido de aumento salarial:

Ai a gente tem que saber imprimir bem, porque se não... sabe, porque aquilo é um livro né! Se tu encosta o papel meio torto ali, então na hora de cortar ele, já corta as letras, né. Então tu tem que saber trabalhar. Ali eu já não era mais tão nova né, então eu caprichava no serviço. Então eles me pegavam prá mim fazer [?] Ai disse, "pois olha, o meu serviço já é demais compromisso... e meu ordenado é pouco, né". Ai aumentavam um pouquinho... (impressora 1).

O corte dos papéis era feito numa guilhotina por um trabalhador que nela se especializava, o cortador de papel. A encadernação constituía uma seção e também tinha suas operárias específicas – as encadernadoras – que conferiam a numeração, colavam páginas e punham capa em blocos, livros ou publicações comemorativas.

Antes de se especializarem em funções que atingiam a qualidade do artigo produzido (impressão, encadernação), as operárias realizavam tarefas mais simples como "aprontar o jornal", o que incluía cortar etiquetas com nomes de assinantes, colá-las nos periódicos e empacotar estes conforme o local de destino.

• Fábrica de pentes

É igualmente a importação de máquinas de Alemanha que dava a um estabelecimento que fabricava pentes de chifre, entre outros ar-

tigos, com pouco mais de uma dezena de trabalhadores, feições industriais ainda na década de vinte, constituindo-se em uma novidade na Vila Ijuhy: "A máquina aquela época era muito importante. Porque aquele tempo era tudo muito assim... muito simples, né. Não tinha maquinário e coisa. As máquinas foram importadas da Alemanha, né" (gerente). Em outros processos descritos, observou-se que a mecanização em geral começava pela etapa de trabalho que dá forma ao artigo; aqui também a matéria-prima passava por algumas transformações, mecanizadas ou não, antes de entrar no maquinário principal e depois de passar por este:

Porque tinha desde a prensa, porque começava com pensar o chifre. O chifre era esquentado, era cozido, era esquentado em fogo né; depois era emprensado para ficar uma chapa só, né. Depois aquilo era serrado, era marcado em cima de cada chifre né, era marcado o modelo do pente, né.

era máquina muito impertinente, tudo feito com serrinha, muito fininha, muito afiada. Aquilo é tudo serrado, porque o pente de chifre tem que ser serrado. Máquina automática, prendia-se o... formato do pente na máquina e ela aprontava; ela começava e terminava, automaticamente ela parava.

porque ali o material ia preso, era preso ali, então ele trabalhava, fazia a quantidade de dente suficiente para aquele tamanho de pente, porque tinha diversos tamanhos, né. Então ela automaticamente pára, daí tira, bota outro material, continua de novo. Depois dali ia pruma bandeja; aquela bandeja ia prá lixas. Então da lixa que saía o formatinho do pente bem... uma lixa grossa, depois uma lixa mais fininha, que facilitava mais o polimento né; quanto mais fininha, mais polimento saía, ficava mais lisinha, mais fácil de... E ali tava pronto (gerente).⁵²

Segundo o narrador acima, para operar as máquinas (havia outras) era preciso "prática" e ele a conseguiu a ponto de poder trabalhar de olhos vendados na máquina descrita. Ao dizer que "podia também a máquina não transportar, ficava [o dente do pente] mais fino,

mais grosso, mas tinha que ficar tudo milimetricamente igual", ele esclarece que sua função era vigiar o movimento da máquina. Por sua vez, o lixador precisava de firmeza e perícia quando encostava o pente na polia (lixadeira) para evitar que este escapasse de suas mãos ou que algum dente se partisse. Mesmo com poucos empregados, havia uma efetiva divisão de trabalho: "um serrava, outro apartava, outro lixava e outro cortava e outro polia".

• As fabriquetas

Existem alguns estabelecimentos denominados "fábrica" pelos contemporâneos, mas cujos contornos – os quais se tentará traçar no final deste item – são relativamente diferentes dos daqueles descritos nas páginas anteriores. O ponto em comum entre ambos tipos, que justifica a descrição do funcionamento interno deste últimos, são os trabalhadores que circulavam de uma empresa a outra em busca de empregos.

Por se localizar fora do perímetro urbano, em área colonial de onde vinha a matéria-prima, a nata, a *fábrica de manteiga* dispunha de alojamento para os empregados, que ali viviam praticamente incorporados à famílias do gerente:

então tinha lá uns grandes aposentos ali, tipo quartel, como digo, de cinco, seis camas ali [...] Olha, sempre que tinha mais ou menos uma média de uns oito... funcionários, né. Tinha alguns da família deles ali que também trabalhavam ali. [...] Mas sempre tinha uns oito estranhos, vamos supor assim; oito, nove, nessa base, né... prá atender todo o trabalho ali. Mas ali havia então outros, por isso então digo... a família aumentava muito, porque ali então tinha.. tinha genros, tinha noras e tal, com família e tudo mais. Enfim, todos moravam ali, paravam ali na casa, da parte deles, né. Então [rindo], a família muito grande, a mesa então era [?] cumprida ali assim.. todo mundo então.. na refeição então tinha muita gente. Mas empregados assim, de fora tinha sempre mais uns oito a [nove] (operário).

A nata recolhida pelos carroceiros diariamente chegava quente e permanecia até o dia seguinte nas câmaras frias para refrigerar; o compressor destas câmaras e outras máquinas eram acionados por um enorme gasôgnio por meio de um eixo de transmissão. Resfriada, a nata era batida em grandes pipas, que giravam "aos tombos" sobre um eixo; já com a consistência de manteiga, o material passava pela amassadeira, que lhe extrai a água, deixando-o "seco" e, após uma nova passagem pelas câmaras frias para endurecer, a manteiga estava pronta para ser empacotada.

Para ser embrulhada, a manteiga era posta num mecanismo de onde saía em forma de uma "tripa", a qual era seccionada com um arame. Para receber o invólucro de papel, as unidades do artigo passavam por um engenho – do qual havia dois exemplares – "interessante", mas atualmente obsoleto, segundo o narrador:

Tinha um mesa, digamos assim, né, que tinha um furo, um êmbolo, assim um tipo pistão por baixo: o cara pisava com o pé. Então o cara pegava, enchia aquele.. bom, aquele buraco.. quadrado, né, assim; enchia e passava com uma pazinha assim por cima, que deixava reto né; pisava com o pé prá cima, saltava o pacotinho pronto. Era muito trabalhoso. Hoje em dia as máquinas modernas dão uma produção tremenda, né. Aquela época não havia isso. Era naquela base do... pé! O dia todo né (operário).

Os pacotinhos de manteiga eram então embalados dentro de caixinhas de papelão, previamente armadas e coladas, pois elas vinham planas da litografia.

As atividades na fábrica estavam divididas em turnos, isto é, "de manhã era a parte de bater, de fabricar a manteiga; de tarde então era o tempo que se empacotava ela, botava nas caixas". Um efeito disso era que quase não havia especializações, "porque qualquer uma pessoa fazia isso, fazia aquilo, né; às vez um pouquinho mais experiência, coisa e tal, mas.. todos sabiam fazer aquilo; eles faziam a mesma coisa, né" (operário). Havia, evidentemente, "serviço lá que tinha que ser feito por um homem", assim como a montagem das embalagens de papelão estava a cargo dos meninos e o deslocamento de adultos para esta tarefa estimulava aqueles a superar estes em produção.

Tanto na *cervejaria* como no *engarrafamento de água mineral* – que pertenciam ao mesmo proprietário – existiam máquinas elétricas para engarrafamento dos líquidos e lavagem dos frascos; e a que realizava esta última operação era uma espécie de tambor, guarnecido de gavetas onde ficavam as garrafas, que rodeava imerso em água fervente. Para completar a lavagem, alguns operários passavam água limpa nas garrafas, depois que estas tivessem esfriado.

Como o engarrafamento da água mineral era próximo à fonte e distante da cidade, os 12 homens responsáveis pelo serviço ficavam, durante a semana, alojados lá, junto com a família do chefe daquela unidade produtiva, de quem recebiam alimentação. Além de “ajudante”, “operário” e “lavador de garrafa”, a *cervejaria* contava com o “*cervejeiro*”, responsável pela fermentação da cerveja que ocorria em enormes pipas. Afora *cerveja*, este estabelecimento produzia gasosas e, como ambas bebidas são mais consumidas durante o verão, o número de trabalhadores podia ultrapassar duas dezenas durante alguns meses e baixar para menos de uma em outros.⁵³

Algumas características da *fábrica de carnes e fogões de ferro* lembram uma oficina artesanal. A produção era toda manual; os instrumentos mais complexos mencionados eram uma prensa para “estampar”, imprimir a forma de determinadas peças, e uma “maquininha” para tramar os lastros das carnes. A variedade de artigos era grande: além de carnes e fogões, fabricava-se chaminés, estantes para painéis de cozinha e dezenas de acessórios de objetos de ferro. Os trabalhadores do setor produtivo, num total de sete, segundo um informante, eram todos do sexo masculino, admitidos na condição de aprendizes.

A despeito do reduzido número de operários, havia uma pequena divisão de tarefas que não impossibilitava, porém, que um mesmo trabalhador se exercitasse em mais de uma: “Um fazia uma parte, outros faziam outra parte. Uns faziam fogão, então outros faziam... as carnes, uma parte, né, e outros faziam outras parte [?] Eu, por exemplo, fazia, esticava os lastros: fazia aqueles lastros né, fazia [?] a tela” (operário). Por outro lado, alguns traços comerciais distinguem a produção dessa fábrica da de uma oficina: a marca registrada (“Record”); o viajante comercial; os negócios com revendedores de outras localidades.

Se numa *cervejaria* a obtenção da cerveja a partir das matérias-primas é um processo químico, a fermentação, controlado por um trabalhador qualificado, numa *fábrica de cal* a atuação dos operários durante a calcinação é sobre o forno, alimentando-o e controlando suas chamas. Mas enquanto na fábrica de bebidas as atividades laterais à transformação da matéria-prima estavam mecanizadas, na *caiteira* elas eram totalmente manuais, fazendo desse estabelecimento um local onde “o serviço era muito brabo”.

Como a queima de cal ocorria apenas durante alguns dias da semana, havia também uma divisão temporal do trabalho. Inicialmente era preciso carregar o forno com pedra calcária e armar as barricas para os posterior acondicionamento do produto; para atividades transitórias como o descarregamento do calcário e da lenha, usada como combustível, podiam ser incorporados biscateiros (ver cap. 2). O pessoal permanente não atingia uma dezena e tinha que dar conta das tarefas de rotina: “É, bem dizer, o movimento era um só, né: da barrica pro cal, do cal prá barrica” (foguista 2).

A queima da cal durava 72 horas consecutivas, “três dia e três noites”, sendo o forno continuamente alimentado por três duplas de foguistas que se revezavam a cada 8 horas. O correto manejo da pé e o controle da combustão, que determinava a qualidade do artigo, eram habilidades necessárias:

Digo “não agüento, vou embora”. Então o homem que tava lá junto comigo, que era meu superior, diz “não, tu não vai embora, tu pega assim”. Ele pegou a pá e me mostrou tudo. Pô [?], mas aqui parece que cortou... por metade do serviço. Peguei o serviço e depois... era fácil (foguista 2).

O outro então, os mais velhos, por exemplo, empregado mais velho, então era um encarregado de, de cuidar que o fogo não podia abaixar, né, não podia relaxar. Relaxar, o fogo baixa, daí o cal já não sai, não sai bem, fica muita pedra. É, então aquele fogo sempre tem que tar uma temperatura certa. Aquele... sempre o fogo tem que tar branco! (foguista 1)

O beneficiamento de alguns produtos agrícolas podia ser realizado em unidades produtivas eletrificadas que praticamente dispensa-

vam o trabalho humano; os exemplos que seguem mostram como a produção diária de mil quilos de café e cem sacas de arroz era levada a termo por não mais que três trabalhadores por artigo.

O moinho instalado na *fábrica de café* era considerado "moinho" nos anos quarenta e estava aos cuidados de um membro da família dos proprietários, registrado como "torrefator de café".⁵⁴ O ajudante - no caso, um garoto entre 13 e 15 anos - estava incumbido de diversas tarefas: alimentar o moinho ininterruptamente, pois a falta de grãos de café poderia prejudicar as lâminas; acondicionar o produto, isto é, despejá-lo em latas previamente limpas e depois pesar, fechar e rotular os volumes, ou, no caso de quantidades menores, "fazer pacotes"; montar engradados usados na distribuição local da mercadoria e, por último, fazer a limpeza no lugar. Segundo o entrevistado, esse ritmo de trabalho "era pesado" e "hoje em dia", porque as leis trabalhistas "estragam" o operário, seriam necessárias mais pessoas para executar a tarefa, opinião, aliás, compartilhada por seu antigo chefe:

E era tocado! E aquilo era chupado! Isso se era prá fazer hoje eu.. Eu esses dias falei pro Plínio, diz "olha, se [?] era prá fazer o que... e ainda pacote e tudo". E tinha que deixar tudo limpo, varrer e tudo naquele tempo, né. E aí diz o Plínio "hoje tinha que ter uns 3 ou 4" (ajudante na torrefação de café).

O *descascador de arroz* instalado numa repartição de uma grande casa comercial, realizava operações minuciosas. Conduzido entre pedras, para ter o grão desprendido da casca, o arroz entrava num classificador que dava saída a três materiais: o arroz limpo, a casca e o arroz não descascado; este último era reconduzido às "pedras", para ser novamente operado após um reajuste na máquina, enquanto o arroz limpo seguia para os polidores. Assim como na fábrica de café, aqui o trabalhador mais antigo "só cuidava ali, regulava a máquina, cuidava a máquina" (ajudante) e o ajudante tinha que, de um lado, abastecer a máquina, isto é, despejar o arroz e, de outro, retirar os sacos que recebiam o arroz beneficiado da máquina, pesá-los e costurá-los manualmente. De forma semelhante a outros estabelecimentos, o desembarque da matéria-prima reunia um número maior de trabalhadores, que eram deslocados do armazém da empresa.

De acordo com Marx (p. 428), em atividades desse gênero, o homem, antes da mecanização, atuava como "simples força motriz" e por isso, a introdução de máquinas, ainda que precoce, não alterou profundamente o modo de produção.

É possível pinçar das descrições anteriores algumas recorrências que circunscrevem as fabricquetas diferenciando-as de sua similar, a fábrica. Destacar que o número de trabalhadores era pequeno, sem relacionar com outros elementos, é sugerir que as fabricquetas são apenas, como propõe o vocábulo, fábricas em menores dimensões. Há via também uma menor divisão de tarefas e os empregados presentes podiam facilmente ser deslocados de uma para outra.

O ambiente de trabalho lembra o das empresas familiares, descritos no capítulo 2. A presença cotidiana do empresário e/ou seus familiares, num local de trabalho que praticamente não tinha comparativos, junto ao pequeno grupo de trabalhadores, dava às relações de trabalho um cunho bastante pessoal, principalmente no caso de instalações distantes da cidade, que obrigavam a permanência do operário na propriedade fabril. Outra faceta dessa predominância de relações sociais tradicionais sobre as modernas relações de trabalho capitalistas é a ausência de mulheres na produção, aliás, justificada, mesmo para locais em que o serviço não era brutal:

Na produção não, era só homem, porque não tinha serviço prá.. assim prá.. era só prá.. homem [maior] parte. [Q] Lógico, a Sra. vê.. um, uma cama, um fogão, o que tinha mais pesado era um fogão. Quer dizer, prá carregar assim, mas o serviço em geral não é pesado não. Era leviano tudo (operário da fábrica de camas e fogões).

Ao contrário de algumas empresas que na década de vinte era pequenos estabelecimentos semi-artesanais e entraram na de quarenta com equipamentos importados, estas fabricquetas se caracterizam pela manutenção dos métodos produtivos, mesmo após os anos enfocados pela pesquisa. A existência de outra empresa na cidade, que produzisse o mesmo artigo, fornece elementos para a avaliação do grau tecnológico da fabricqueta, pois informa a possibilidade de modernização do processo de produção no ramo:

Lá fora haveria necessidade de muita modificação, porque, já naquela época, começou a entrar em vigor exigência sanitária e essa coisa toda, porque, de fato, tudo lá era meio por conta lá, funcionava de qualquer jeito e a Laticínios aqui estava já mais modernamente instalada (operário da fábrica de manteiga e técnico em refrigeração na indústria de laticínios).

O proprietário da fábrica de manteiga comprou a indústria de laticínios, transferindo para esta alguns empregados; outras fábricas sucumbiram, décadas depois, ante a concorrência de artigos produzidos fora de Ijuí (ver Weber, 1987). Os fogões de ferro eram vendidos "prá fora", em locais de difícil acesso na época, evitando a concorrência da "Wallig" e da "Geral", instaladas em Porto Alegre e com vendas em Ijuí.

Considerações gerais

• Arte, conhecimento, destreza, ou força: quais eram as virtudes do mundo do trabalho?

Feitas as descrições de processos de trabalho de diversos estabelecimentos fabris ijuíenses, as informações são reagrupadas com o objetivo de demonstrar que a habilidade ou a desqualificação do operário não estão adscritos a determinados estágios do processo de industrialização, podendo existir, com conotações variadas, em diferentes momentos do universo fabril.

Em princípio, considerando que essa industrialização se dá num lugar de incipiente urbanização, imerso em um mundo colonial e que, ao mesmo tempo, é atingido pela tecnologia dos países europeus é compreensível que ela se caracterize pela justaposição de tecnologias desenvolvidas em diferentes momentos históricos. Por exemplo extrapolando os limites cronológicos da pesquisa, vemos que algumas

fábricas percorreram o caminho "clássico" de modernização, isto é, de uma produção manual passaram à aquisição de máquinas que executavam determinadas operações e, por último, à automação; enquanto outras mantiveram tarefas sendo executadas manualmente até o momento em que introduziram uma mecanização na forma de linha de montagem. Entretanto, estas características podem ser vistas de outra forma que não a de peculiaridades de uma industrialização local se lembrarmos que o próprio paradigma inglês do século XIX já foi relativizado. A referência são os estudos do historiador britânico Raphael Samuel, particularmente seu texto "Workshop of the world: steam power and hand technology in mid-Victorian Britain" (Samuel, 1977).

Uma das questões teóricas tocadas pelo autor na introdução é a dos "estágios" marxistas de desenvolvimento capitalista. Criticando filósofos e economistas por estarem mais preocupados com a consistência teórica dos textos de Marx do que com a realidade industrial que ele tentava analisar, Samuel afirma que o próprio Marx deixa claro que a moderna indústria incorporou antigos sistemas de produção; logo, historiadores têm contribuições a fazer à discussão teóricas. Já o debate que relaciona mecanização e luta de classes é apenas enunciado pelo historiador inglês, que prefere antes privilegiar o estudo das mudanças tanto na tecnologia como na organização capitalista do trabalho, reduzindo, assim, a importância atribuída à maquinaria na formação da indústria moderna. Este artigo do autor é apenas uma primeira parte dos seus estudos, mas é o que mais interessa a este estudo, porque seu principal argumento é justamente que a força de trabalho foi muito mais importante que os equipamentos no processo que fez da Grã-Bretanha, na metade do século XIX, "a oficina do mundo".

Depois de demonstrar que o capitalismo no século XIX cresceu de diferentes maneiras e que a introdução da máquina teve efeitos diversos, ele afirma que, mesmo onde esta foi extensamente aplicada, ele não reduziu os trabalhadores à condição de meras mãos. O progresso da mecanização foi desigual; muitos ramos, nos tempos vitorianos, continuavam divididos em setores mecanizados e setores artesanais. Essa dupla tecnologia existiu inclusive sob o mesmo teto nos grandes estabelecimentos. Na última parte do artigo, quando ele

estuda as características desse desenvolvimento combinado e desigual do capitalismo, a importância da força de trabalho no processo é consistentemente confirmada pelo autor.⁵⁵ Alguns de seus argumentos interressam diretamente à discussão em pauta neste capítulo: havia a possibilidade de aumento da produtividade mesmo no terreno da tecnologia manual, as atividades podiam ser incrementadas com divisões de trabalho e simplificação das tarefas individuais; tarefas delicadas não eram executadas pela máquina; os consumidores podiam ter demandas bastante específicas e efêmeras.

Raphael encerra seu artigo relativizando a interpretação tradicional da revolução industrial, concentrada no surgimento da energia a vapor e da maquinaria e na expansão do sistema de fábricas. Ele afirma, por exemplo, que no século XIX o capitalismo criou um número maior de habilidades artesanais que as por ele destruídas e que o setor manual da economia era tão dinâmico quanto a alta tecnologia industrial e igualmente sujeito a desenvolvimento tecnológico e a mudanças.

Se, segundo Samuel, são os historiadores que podem iluminar certos ângulos da temática da industrialização, ignorados por filósofos e economistas, no Brasil um economista é um dos que fornece referenciais para discutir a problemática da classe operária e da mecanização:

Deste proletariado industrial crescente – 293.673 operários em 1920 e 781.185 em 1940 – quantos estariam ocupados em manufaturas e quantos em indústrias propriamente ditas? Na verdade, a formação “sucessiva” de um proletariado manufatureiro primeiro e de um proletariado fabril depois só se dá – de maneira pura – na pátria da Revolução Industrial, na Grã Bretanha. Nos países que se industrializaram posteriormente, a formação da classe operária se dá simultaneamente, em atividades manufatureiras e industriais. Isso se explica pelo fato de que a mecanização das diferentes atividades – manufatureiras, assim com agrícolas, de transporte, etc. – se dá apenas gradativamente e ao mesmo tempo o desenvolvimento do capitalismo suscita a criação e expansão de empresas, que empregam assalariados, cujas atividades não são mecanizadas ou só o são em parte (Singer, 1986, p. 58).

Diante destas colocações, a realidade fabril ijuiense de anos em que um pequeno parque industrial estava sendo gestado, perde um pouco seu sabor de particularismo local.

Dentre as *atividades manuais*, algumas tinham um cunho artesanal; isto é, produziam artigos individualizados em cujas, confecção o trabalhador se demorava um certo tempo até produzir a forma desejada: balas “rocks”; moldes para fundição (de acordo com o tamanho da peça, serras ou lixadeiras elétricas eram usadas, mas o preparo do molde era manual); cabides especiais para casacos; objetos produzidos por seleiros e sapateiros; etc. Outras, eram operações parciais dentro da produção de um artigo, com maior repetição de gestos por parte do trabalhador, mas que ainda necessitavam de uma especialização deste pois sua ação influía na qualidade do artigo produzido: encaenação de impressos (blocos, livros); estiramento da massa de certas balas; abate de suínos; descarnamento de couros; extração do osso dos quartos de suínos; montagem de chinelos e tamancos, etc.

Um terceiro grupo de tarefas manuais é aquele em que o artigo permanecia apenas segundos nas mãos do operário e este executava naquele transformações com gestos maquinais: selar e carimbar pacotes de banha; anexar cabinhos às chupetas; embrulhar balas; enrolar salames; rotular mercadorias; etc. A comparação de seu trabalho com o rendimento de uma máquina é feita pelos próprios trabalhadores, como a embrulhadeira que disse (ver acima) “nessas eu era uma máquina prá enrolar” e por uma operária da seção de banha que relembra: “Quando eu fui falar de sair, ficaram triste, porque eu dava uma produção, de trabalho de selo, de selar e carimbar... ali horror. A gente pega prática, né”. “Pegar prática” ou “ser prático(a)” são as expressões mais comuns dos entrevistados para definir habilidades adquiridas pelo exercício de determinadas funções. Elas são especialmente recorren-tes quando se trata de referir-se à automatização de determinados movimentos.

Por último, podemos agrupar as tarefas para cuja execução o trabalhador precisava apenas de algumas instruções e, se havia algum modo especial de executá-las, eram os próprios operários que o desenvolviam para facilitar seu trabalho. Uma ou outra atividade do gru-

po acima foi descrita como pesada (puxar massa) ou violenta (carnear), mas é aqui que, além do trabalho inespecífico ("qualquer serviço"), encontra-se o "trabalho pesado" ou "sujo": quebrar ferros; carregar mercadorias para os vagões frigoríficos; rolar toras de madeira; limpar tripas de suínos; parafrinar salames; descascar toras de árvores; encatixotar mercadorias; serviços de limpeza; etc.

Os *engenhos mecânicos*, aqueles acionados por nenhuma outra força motriz que não a humana, acabaram sendo substituídos por máquinas eletrificadas após algumas décadas, mas, enquanto foram utilizados, requeriam a atenção do trabalhador, como as maquininhas de aprontar pacotes de banha e de manteiga.

O trabalho junto às *máquinas* não significava desqualificação para os operários. Por exemplo, quando chegaram as primeiras máquinas à fábrica de caramelos, elas foram manejadas pelo proprietário ou por pessoas de sua confiança; na década de quarenta, "pegar na máquina" era uma possibilidade para as embrulhadeiras mais robustas de continuar empregadas depois da maioridade trabalhista. Mesmo em situação em que a máquinas abreviou esforços, continuava a ser requerida uma certa experiência do trabalhador e por isso os operadores de máquinas, por mais parcial que fosse sua função, eram melhor remunerados que outros operários incumbidos de alguns serviços manuais. Essas habilidades adquiridas com a experiência variavam de acordo com os mecanismos, mas podem ser agrupadas em dois conjuntos. Quanto mais a máquina fosse responsável pela forma a ser dada ao artigo, menos complexos eram os gestos do operador e maior a atenção despendida no acompanhamento dos movimentos mecânicos; conhecimento acerca do funcionamento do mecanismo auxiliavam o operário na tarefa de manter o ritmo da produção (impressão; fabricação de balas; produção de pentes; moagem; etc.). De outro lado estavam os movimentos, executados pelos operários, que efetivamente transformavam a matéria com o concurso da máquina e que podiam variar desde sustentar uma lixadeira contra um objeto, ou este contra aquela, produzir desenhos com os pontos invariáveis de uma máquina de costura até o trabalho artístico dos torneiros de ferro e madeira.

Do exposto fica claro que a introdução de máquinas no processo de trabalho tanto pôde simplificar as tarefas executadas pelos trabalhadores quanto requisitar destrezas até então inéditas, que podiam, por sua vez, ser suplantadas por uma mecanização adventícia. Por outro lado, subsistiam atividades manuais mais simples que o manejo de máquinas. Como observou R. Samuel, a incorporação da máquina teve conseqüências distintas conforme o processo de trabalho em que ela foi inserida.

A presença de técnicos trabalhadores responsáveis pelas características das mercadorias produzidas ou pela manutenção dos equipamentos que as produziam, só foi constatada na Sociedade de Laticínios Ijuense Ltda. e no Frigorífico Serrano de Rosalvo Scherer, empresas que nos anos 30 já apresentavam ares de indústria (ver Weber, 1987, p. 108 e 127). São citados como técnicos: o refinador de banha; o laboratorista que analisava o grau de gordura da nata colonial; o encarregado das máquinas de refrigeração; o responsável pelas conservas frigoríficas; o responsável pela salamaria; o encarregado do sistema de pasteurização do leite. Em outras empresas foram encontrados precursores dos técnicos: cervejeiro, confeitoiro, torrefador de café, etc.

• A formação da mão-de-obra

Numa época em que não havia cursos de formação de mão-de-obra industrial, mesmo porque não existia na região um mercado de trabalho capaz de absorver periodicamente um certo número de pessoas treinadas para exercer determinadas funções, é compreensível que esse aprendizado se desse no próprio local de trabalho:

Eu tratava meus empregados bem. Não me arrumei, em vinte anos que estava lá na seção daquele presunto... centenas de pessoas passaram por minha mão, não me arrumei nenhum inimigo. Não deu. Chegava na mesa, chegava gente que nunca viu frigorífico; então tinha a mesa, tinha que destrinchar aquela carne lá, arrumar. Eu chegava lá, pegava a faca, ensinava. Sempre com boas maneiras (chefe da presuntaria).^{5,6}

No capítulo 2 foi sugerido que a manutenção da categoria aprendiz em fábricas era uma forma da empresa transferir ao trabalhador a responsabilidade por sua profissionalização. Por outro lado, algumas empresas se beneficiaram da experiência obtida por alguns operários em outras firmas locais do mesmo ramo. No ramo do couro, acompanhou-se parcialmente (ver cap. 2) a trajetória profissional do rapaz que, ao chegar à cidade com uns 16 anos, trabalhou como auxiliar de um fabricante de pelegos trabalhados durante dois ou três anos e, depois do intervalo de tempo em que esteve no Exército, foi procurado pelo proprietário de um pequeno curtume; quando este encerrou suas atividades, empregou-se no curtume da maior fábrica de calçados da cidade. Outro exemplo, no setor de calçados, é o do romeno que ficou quatro anos como aprendiz de sapateiro com um tio na cidade vizinha de Três Passos; de volta à cidade trabalhou em duas sapatarias antes de ingressar como chineleiro em uma indústria de calçados em 1940. Um entrevistado conta que uma fulilaria, ao adquirir feições de fundição, incorporou conhecimentos da mais antiga fundição da cidade ao empregar seu irmão:

Ele era um rapaz novo. Foi trabalhar antes que eu; eu fui servir, ele já foi trabalhar.. no Reimann. Rapaz de 16 anos. E aprendeu a profissão.. no Reimann. Fazer, fazer.. tornar no torno, [?]. Então, quando o Fuchs abriu.. a firma lá, de fundição [?], ele foi trabalhar lá como especialista já, mais sabido um pouco. Porque eles não tinha.. então tinha que pegar um saa, profissional para trabalhar lá. Então meu mano foi lá; ele já, ele sabia trabalhar bem (ajudante de torneiro-mecânico).

Na principal atividade produtiva local, a suíno-indústria, um imigrante bessarábio percorreu os principais estabelecimentos no gênero. Em 1927, com 18 anos, ele limpava as latas de gasolina e querosene, que serviam para acondicionar a banha, na mais antiga refinaria da vila. Anos depois ele trabalhou noutra refinaria de banha, construída com capital de vários comerciantes, que já possuía dimensões de fábrica; e em 1936 ele é admitido no Frigorífico Serrano como ajudante de refinador.

Mesmo chefes de seções, responsáveis pela qualidade dos artigos produzidos afirmam ter adquirido conhecimentos na "prática" ou "com os anos", sem ter "estudo" ou "diploma de curso" e que "era a experiência que valia". Esse localismo da formação do pessoal fabril tem um correlato na tecnologia desenvolvida no próprio local de produção, que foi objeto de estudo de pesquisa anterior (Weber, 1987, p. 140-150), destacando a participação dos próprios trabalhadores neste processo.

Contudo, houve muitos trabalhadores que serviram de veículo para que uma tecnologia desenvolvida em centros industriais regionais, nacionais ou mesmo do exterior atingisse o pequeno município de Ijuí.⁵⁷ A vinda de empregados especializados de outras cidades riograndenses para Ijuí já foi ilustrada nos capítulos anteriores; retomando uma narrativa, tem-se a descrição dos conhecimentos adquiridos por um trabalhador que, no Frigorífico Serrano, foi admitido como "técnico em conservas e chefe de seção de conservas":

E o começo com o seu Rosalvo aí, a maioria do pessoal que... fazia o andamento da indústria era o pessoal que veio de Lajeado, do antigo frigorífico da Oderich, de Lajeado. A fábrica de conservas Oderich que tinha em Lajeado. Então, esses trabalhadores de lá, a maioria veio prá lá. Veio o seu Benno, veio o... meu irmão, veio o Antônio Souza, veio ooo... Ih tanta gente, eu não me lembro mais!

E o Benno naquela época, lá na Oderich, já se formou em.. Se formou não, ele estudou como... químico; químico em indústria, químico industrial, não sei como é que é naquele tempo. Mas ele aprendeu a fazer presunto... afinal, esses frescais (apontador).

Alguns dos técnicos das duas mais modernas empresas citadas no item anterior eram europeus. Alguns estrangeiros que trouxeram conhecimentos às indústrias ijuenses aqui chegaram por motivos curiosos, como um jovem alemão que viajara como cozinheiro nos navios e que resolveu permanecer em Buenos Aires, quando estorou a 1ª Guerra, para fugir da incorporação às tropas bélicas alemãs, passando a trabalhar em fábricas argentinas até sua vinda a Ijuí, onde, entre

outras atividades, tornou-se o responsável pela produção de conservas vegetais fabricadas pelo F. Serrano nos primeiros anos de seu funcionamento. Este outro não permaneceu no município:

Mas eu devo a um tal de Barreiro, um castelhano que me deu as instruções. Ele era técnico mesmo; ele era um castelhano que [?] prá cá; alguns anos só ele estava aqui. Depois nunca mais vi; diz que até, notícia que me deram, diz que foi morto ali na costa. Não sei, não há nada concreto. [?] tinha um conhecimento extraordinário em matéria de refrigeração, de maquinário. Ele me deu assim... digamos um, uma base, né (técnico em refrigeração).

A permanência de ijuenses em indústrias de outras cidades também era uma forma de trazer inovações após seu retorno: de uma fábrica de chocolates de Cruzeiro do Sul (RS) foram trazidos métodos de confecção de artigos de Páscoa e Natal para a fábrica de balas. Podia se tratar de uma viagem mais demorada ou de uma visita (incôgnita ou não) para acompanhar mudanças tecnológicas:

Ele já aprendeu aqui, mas ele foi viajar um pouquinho prá fora [São Paulo], prá aprender mais. Depois ele voltou e aí o cunhado dele já tinha esse oficina aqui com a fundição, então ele entrou aqui como gerente, chefe de serviço (torneiro-mecânico 2).

É prá ver como é que eles, como é que sai, desde quando mata o porco até que [desmancha] tudo. Então nós fomos de um frigorífico prá outro. Nós não dizia nada, não é (chefe da presuntaria).

• Observações quanto à divisão de trabalho

Cada uma das tarefas parciais nas quais estava decomposto o método de produção dos objetos industriais nem sempre era a única função de um operário, mesmo quando requeria uma certa especialização para ser executada. Essa diversidade de ocupações em estabelecimentos aqui catalogados como "indústria", unidade fabril que pressupõe intensa divisão de trabalho e especialização do trabalhador, precisa ser matizada.

É comum os entrevistados afirmarem que no início de sua vida de empregados fabris faziam "de tudo" ou "todo serviço", mas, na verdade, eles devem estar se referindo àquelas tarefas genéricas, que prescindiam de período de treinamento, predominantemente manuais. Contudo, para os que permaneciam na empresa, sempre havia a possibilidade de especialização em determinada função:

De saída eu trabalhei em toda fábrica, todo serviço. No fim eu fiquei um chefe do presunto (chefe da presuntaria).

Então a gente fazia de tudo, de todo serviço. Depois a gente foi já se fixando nalguma coisa (sangrador).

[Q] De tudo. Ele começou lá de baixo até lá no fim. [RW] Últimos anos ele só entregava serviço e pegava serviço (costureira, esposa de chefe de chinelaria).

Para os trabalhadores já alocados numa seção, o deslocamento de funções ocorria porque o ritmo de produção nestas seções não era constante, permitindo que os operários fossem remanejados para executar tarefas gerais ou mesmo para outras seções:

[Q] Trocava. Que... eu trabalhava, vamos dizer, naquele serviço, mas que tinha outro lugar, outro serviço, daí caía prá um serviço outro. Isto prá botar lâmina pro estaleiro; tinha um estaleiro prá secar... laminado. Tinha prá serrar com serras, torar, fazer as toras, prá botar dentro do tanque d'água prá ferver.. a madeira. Isso aí não tinha. Quando faltava... uma pessoa, se eu não tinha o que fazer, daí eu ia lá. E se faltava alguém no depósito, ali prá embrulhar.. (contramestre da seção de colagem).

Porque às vezes não tinha serviço na nossa seção, a gente tinha que ir para outra. [...] Nós ia na funilaria, na expedição, na salamaría. [...] Lá a gente tinha que enrolar salame. Na expedição botar rótulos nas... latas; limpar lata também. Isso tudo a gente fazia (operária 1 da seção de banha).

Dos serviços gerais certamente o embarque das mercadorias para exportação era a que mais absorvia pessoal. Viu-se que a laminadora ficava "limpa" em dias de transporte; já no Frigorífico a existência do ramal frigorífico e das câmaras frias tornava essa atividade

de mais constante, mas, mesmo assim, havia concentração de esforços: "Tinha que carregar às vez 4, 5, 6, 7, vagon, por dia! Na base daquele peso". Algumas dessas interrupções e retomadas já estavam previstas na rotina de serviço, pois certas etapas de trabalho eram cíclicas, só acontecendo em alguns dias na semana, como a fundição (ver acima) e a impressão, ou em algumas horas no dia, como a matança e a carneação:

Porque não é sempre que tinha serviço. Quando tinha, era segunda, quarta e sexta que nós fazia jornal. E depois, outros dias, então trabalhava nos blocos (impressora 2).⁵⁸ em duas horas nós concluía a matança. Ai então nós passávamos a trabalhar no outro setor, segundo o que necessitasse [...] Nós ficava.. de manhã cedo abria o trabalho picando os porcos; picando desossando, mas quando chega na hora da matança, nós deixava tudo aquele serviço nas [?] Chegava lá, fazia a matança (sangrador).

Outras vezes, a demanda comercial das mercadorias causava uma irregular liberação da mão-de-obra:

E às vez também, se não tinha muita... assim encomenda, então tu ajudava nos mandolates, ou tu ajudava nessas de ovo de chocolate [...] Senão enrolava bala ou ajudava a escolher amendoim... pros mandolates. Assim [?] porque tu não tinha sempre encomenda [d]esses chupetinhas (carameleiro 1).

P: E na sua seção trabalhava muita gente?

R: Depende como precisava, conforme os pedidos, né. Porque a fábrica era grande, tinha muita seção. Se eu tinha gente demais, meu pedido era menos, então passava meu pessoal prá outra seção onde tinha mais serviço. E se eu precisava... arumava pessoal de outra seção que me ajudava (chefe da presuntaria).

Narrado resumidamente décadas depois, esse cotidiano operário parece ser animado e multifacetado, nada parecido com o trabalho monótono e alienante do trabalhador parcial descrito por Marx. Porém, o mesmo trabalhador que descreve ao pesquisador atividades que podem parecer plurais ao serem compactadas em parágrafos deixa

transparecer, em seu discurso, o caráter repetitivo e rotineiro de suas funções. Assim, em meio a descrições das diversas tarefas do pessoal do matadouro e da possibilidade desse contingente ser deslocado para outros serviços, um operário faz o seguinte comentário sobre sua especialização numa das operações da matança: "Eu fui cinco, cinco anos sangrador; na matança era meu trabalho, era só sangrar, cinco anos e meio. Só isso... só isso". A trabalhadora que informou que, quando não havia serviço na seção de banha, eles iam para outras seções o fez minutos depois de ter declarado que "sempre o meu serviço foi esse", referindo-se enchimento dos pacotes com banha. Igualmente, a responsável pela confecção das chupetas, que enumerara uma série de ocupações alternativas quando não havia encomendas, afirmou em seguida que "fazia só aquilo lá dentro". A alternância de tarefas, dentro de uma mesma seção ou com uma seção próxima (como imprimir blocos e imprimir jornal; empacotar banha e rotular e selar os pacotes; encadernar blocos e imprimir jornal) não mudava o caráter invariável dessas funções para suas executantes que assim se expressaram acerca delas: "sempre a mesma coisa" (impressora); "era só aquilo ali" (operária da seção de banha) e "único serviço que eu fazia lá" (impressora).

Havia um limite no tempo de exercício que habilitava o operário ao trabalho especializado na produção de artigos em série que era o período que ele levava para aprender a produzir na matéria-prima, num certo intervalo de tempo, com máquinas ou ferramentas, transformações determinadas pelo padrão industrial que a mercadoria deveria adquirir. Quanto mais simples a transformação, menor o tempo de aprendizado; portanto, é compreensível que trabalhadores que permaneceram em uma empresa por mais de alguns anos tenham se dedicado a diversas tarefas sem prejuízo da qualidade da sua execução:

Lá dentro ele passou por tudo. Lá não tinha um serviço que ele não sabia fazer. Estragava uma máquina, uma coisa, ele arrumava e... assim Tudo! Desde cortar salto, cortar corte... depois as... caturno, esse foi cortado tudo à mão. Esse tudo ele fez, né. Já na último tempo também. Ele passou por tudo. Ele era um dos primeiros (costureira, esposa do chefe da chinelaria).

Diversos, passei por diversos [serviços]. Entre [?] matadouro e picada eu passei por todos. Inclusive depois eu auxiliava noutras seções embaixo, seção de conservas, funilaria, caixaria, enfim, expedição, tudo isso a gente passou. Eu, tudo, tudo, desde... da maneira do animal até lá prá conserva lá, isso tudo eu passei (sangrador).

Para as empresas, a mobilidade dos operários permitia um reescalonamento interno da mão-de-obra de acordo com as necessidades do ritmo produtivo e a possibilidade de escolha de chefes de seção com prévio conhecimento das tarefas sob sua supervisão. Para os trabalhadores, principalmente para os homens, era uma forma de se manterem empregados ao mesmo tempo em que escapavam da rotina de certas ocupações fixas, e, no caso de certas "profissões", o conhecimento de outras atividades fundamentais do processo de trabalho possibilitava a reprodução, pelo trabalhador, da unidade produtiva, como este moldador que instalou sua própria fundição: "por exemplo, o moldador, ele pertence prá fundição, né; mas eu aprendi tudo. Tem cara que é só moldador e não fundidor" (moldador). Este narrador certamente não é um trabalhador expropriado dos conhecimentos do processo produtivo de que participou.

• O trabalho feminino

A forma como se dava a inserção das mulheres nas fábricas ijuienses é bem ilustrativa dos efeitos de uma industrialização que tem um curso modernizante no contexto de uma sociedade tradicional e conservadora, pois os discursos que circunscrevem a presença feminina a um espaço bem delimitado dentro do mundo fabril, correspondente ao lugar social que lhes é destinado, ao mesmo tempo que retratam uma situação efetiva, não dão conta da alteração desta mesma realidade, qual seja, a da ampliação constante desses espaços.

Alguns elementos permitem destacar o trabalho feminino do conjunto dos trabalhadores. As mulheres inexistiam no setor produtivo de determinados estabelecimentos (laminadoras, fundições, fábrica

de pentes, etc.), não eram encontradas em algumas seções (curtume, selaria, tipografia, etc.) e costumavam estar alocadas em funções distintas das dos homens. Ainda que elas auxiliassem seus maridos ou pais a montar chinelos em casa, nos estabelecimentos que transformavam o couro, elas só eram admitidas para as tarefas de costura. Na Livraria Serrana elas "monopolizavam" a encadernação, dividiam a impressão com os rapazes, mas não participavam da produção de chapas tipográficas ou litográficas. Mesmo na fábrica de balas, um ambiente predominantemente feminino, algumas funções (cozinheiro, confeitoiro) estavam restritas aos homens, enquanto que o embrulhamento de balas era "puro guria". No Frigorífico Serrano, ainda que a presença feminina estivesse mais espalhada, podiam haver seções que a concentrasse:

nossa seção era muito enxuta, muito bom, muito preferida. Nós, nossa seção trabalhava mais com meninas, senhoras aí [?] empacotamento (refinador).

Sim meninas. [...] Porque o serviço era muito leve, né. Como aqui no Frigorífico também. A seção que eu trabalhava era um serviço bom [?] não forcejava nada; só enchia banha ali, ajudava fechar... por rútu-los... (operária I da seção de banha).

Essa associação das mulheres às tarefas finais de produção de um artigo (acabamento, empacotamento), geralmente manuais, é bastante recorrente: "Montagem, por exemplo, de brinquetes, essas carrocinhas assim. E ali... trabalhavam gurias [...], pintura" (moldador).

A divisão sexual do trabalho era tão vertical que quase não havia ocupações próprias à mão-de-obra infantil; meninos e meninas se inseriam em atividades já demarcadas para seu sexo. O exemplo da fábrica de caramelos é muito significativo: quando o estabelecimento era apenas uma fabricueta, foram admitidas moças adultas para embulhar balas; mais tarde, para esta função, passaram a ser recrutadas meninas de 12 a 15 anos de idade (ver cap. 2). As citações que seguem exemplificam a afirmação pelo lado masculino:

eu tinha uma prática coisa de louco. Por isso logo comecei a administrar. Era menino, mandava toda a fábrica lá, com os homens de trinta anos; manobrando lá com os homens de trinta anos e era um menino (gerente da fábrica de pentes).

dai já tinha profissão, com doze anos eu tava moldando, moldava. Fazia molde de de... engrenagem, de telha, prensa de cana. [Q] Moldador. Moldava e fundia, né. Com 15 anos ali eu pá! Eu era reforçado... (moldador).

Esse alinhamento das funções conforme o sexo fica visível quando se analisam os registros de admissão de trabalhadores. Por exemplo, os rapazes, na Livraria Serrana, eram admitidos para cargos específicos como litografia, tipógrafo, compositor ou, quando novatos, como aprendizes dessas ocupações; já as mulheres ingressavam em atividades "femininas" como encadernação e, quando iam para seções "masculinas", era como auxiliares, jamais como aprendizes. Independentemente de seus talentos, uma mulher não teria uma "profissão" (ver cap. 5) como a que o garoto obteve aos 12 anos de idade; mesmo uma trabalhadora que atuava como impressora aparece registrada como "operária", a despeito de existir, na sua versão masculina, o "impressor". No Frigorífico Serrano as ocupações de "magarefe" ou "operária" eram as únicas anotadas para as mulheres e essas categorias nada esclarecem acerca da variedade de tarefas que lhes era destinada; já os homens, além de magarefe, podiam ser funileiros, mecânicos, técnicos, etc. Generalizando pode-se concluir que havia uma tendência do trabalho feminino restringir-se às tarefas menos qualificadas.

A impressão que se tem ao ouvir os relatos e ler os documentos é que a fábrica era um território masculino que, ao franquear a entrada às mulheres, o fez com cautela e controle. Em alguns casos, sua presença é justificada unicamente pelos dotes naturais que lhe são atribuídos. Mas, a despeito dessa resistência, o fato é que as mulheres foram crescentemente ocupando novas funções e disso o Frigorífico Serrano, o estabelecimento industrial de maior porte, fornece vários exemplos. Considerando-se que as mulheres foram encontradas junto às

máquinas logo depois destas deram entrada nas fábricas, é possível sugerir que a mecanização facilitou o emprego feminino, não apenas porque reduziu as exigências de qualificação da mão-de-obra, mas porque criou novas ocupações diferentes daquelas tradicionalmente dominadas pelos homens; assim se uma mulher dificilmente seria admitida como tipógrafa, mais facilmente o era como impressora. Ademais, a condição feminina não livrou as mulheres de graves ferimentos, como será visto no próximo capítulo.

As conclusões alinhadas nesse item corroboram em parte as de Maria Valéria Junho Pena em seu estudo sobre a presença feminina na constituição do sistema fabril brasileiro. A proximidade é bastante estreita quando a autora justifica a concentração setorial da mão-de-obra feminina: de um lado, a sua exclusão de alguns setores, quais sejam "ramos baseados em habilidades profissionais historicamente masculinas" e ramos que "se organizavam, ainda no Brasil, sob a forma de oficinas, muito mais que de grande indústria"; de outro, sua concentração "nos setores que produziam bens de consumo final", que, aliás, "detiveram o poder de comando do crescimento industrial da economia, até a década de 50" (Pena, 1981, p. 141-142). Da mesma forma, a presença de mulheres e crianças nos trabalhos fabris de fiação e tecelagem tão logo são fundados os primeiros estabelecimentos têxteis pode dever-se a que "a indústria têxtil que aqui se instala já nasce como grande indústria; seu processo de trabalho está organizado sob as características do sistema de máquinas" (Ribeiro, 1980, p. 25 e 150). Maria Valéria J. Pena (1981, p. 139) também concluiu que as mulheres foram alocadas "nas tarefas mais rotineiras e no nível mais baixos da hierarquia fabril", porém sua discussão do conceito de desqualificação, associando-o à restrição imposta às mulheres de ter acesso, em condições de igualdade com os homens, a cursos profissionalizantes e à preservação da capacidade feminina de reproduzir a força de trabalho, se distancia da realidade ijuiense, pois tais fatores – controle das condições sanitárias das fábricas locais e cursos técnicos – não estavam ainda presentes na localidade nas décadas trinta e quarenta.⁵⁹

• O trabalho “em casa”

Generalizando, pode-se dizer que o trabalho fabril executado fora das indústrias, na residência dos trabalhadores, era uma extensão do processo de trabalho desenvolvido naquelas.⁶⁰ Normalmente eram os próprios empregados dedicados a tarefas não mecanizadas e passíveis de ser remuneradas por peças que levavam para casa material para operá-lo à noite, prolongando sua jornada de trabalho como uma forma de aumentar seus vencimentos; em outras situações, as operações parciais que o operário realizava em sua residência eram precedidas por outras mecanizadas e executadas por ele mesmo na fábrica:

Eu cortava lá, então ele dava.. balde também montei em casa.. balde de madeira. Ele dava prá gente fazer em casa, então de noite fazia, montava isso em casa, prá ganhar um pouca mais. [...] Em casa eu trabalhava por peça. Daí a gente... a gente ganhava melhor. [...] Eu sei [...] que isso dava mais que o ordenado (montador de artefatos de madeira).

Isso eu cortava lá e de noite eu fazia isso em casa.

Então só o corte na serra-fita que era feito lá e me levavam em casa. Levavam de gaiota! Tinham uma gaiota, levavam prá casa, daí eu ia fazendo em casa (montador de artefatos de madeira).⁶¹

Com a matéria-prima em casa, outros membros da família podiam ser congregados para realizar a tarefa, principalmente as mulheres: “a mãe enrolava também; a mãe já tinha prática [rindo] prá enrolar” (embrulhadeira 2). Pelo relato da produção de chinelos, feito pela filha de uma costureira (ver acima), pode-se dizer que o trabalho a domicílio realizado por assalariados ijuenses não atingia níveis de exploração desumana, como a constatada por Marx na produção inglesa de rendas. Mesmo quando eram incorporadas crianças, isso não se dava porque “os pais, mergulhados na miséria e na degradação, só pensavam em extrair o máximo possível dos filhos” (Marx, p. 538), mas porque em famílias de baixa renda, é comum as crianças partici-

parem das tarefas “domésticas”, sem prejuízo de seus folguedos. O caráter doméstico desse tipo de atividade fabril ficou bem patenteado por um comentário de vizinhos que acompanharam de longe a escola de amendoins, usados no fabrico de mandolates, ignorando do que se tratava: “Bom, os vizinhos disse assim, ‘bá, quanto feijão essa gente comê’ [rindo], porque com a peneira a gente pesava assim... com essas peneiras de bule né. Então fazia barulho, diz ‘bá, a vizinha toda noite tão cozinhando feijão’” (embrulhadeira 2).

No período em estudo, os cartuchos para acondicionar a banha não eram confeccionados no interior do frigorífico (só o foram mais tarde, por meninas), apenas fora deste, igualmente por familiares de trabalhadores residentes próximo ao estabelecimento: “essa vila aí essa rua ali quase todos faziam, né” (refinador).

Em algumas situações, o trabalho em casa feito por trabalhadores que já haviam abandonado a empresa, visando, como sempre, a complementação da renda familiar:

depois eu embrulhei bala em casa, quando eu era casada. Eu já tinha uma menina, né. E nós precisava muito... ou eu tava esperando meninã... [?] precisava de dinheiro, daí comecei ajudar trabalhar né. Daí embrulhei bala, quase um ano... comprar coisas. Ele não era bem de vida, né (carameleira 1).

Para a empresa, o trabalho a domicílio ampliava o contingente de trabalhadores disponíveis à execução de certas tarefas, ao mesmo tempo que exonerava-a de encargos trabalhistas quando estes foram implementados. Em épocas de escassez de mão-de-obra qualificada, o trabalho diário na fábrica podia ser pré-condição para se receber material em casa. Como forma de manter o padrão do artigo e o controle sobre a matéria-prima havia exclusividade ou preferência na entrega desta a trabalhadores empregados na fábrica ou com passagem por esta.

4. Condições de Trabalho

Condições físicas de trabalho

- Acidentes de trabalho

Inicialmente, as notícias mais comuns de acidentes provocados pela força motriz de uma máquina estavam relacionadas aos frequentes desastres nas linhas da Viação Férrea do Rio Grande do Sul ou às mutilações causadas aos operadores de engenhos de cana. Com o aumento do número das "oficinas", crescem também as descrições de acidentes com tornos e outras máquinas.⁶² Os acidentes com máquinas não eram os únicos nos pequenos estabelecimentos fabris da década de vinte, mas contribuíam para fazê-los locais potencialmente perigosos. De novembro de 1922 a março de 1923, uma carpintaria ocupou por quatro vezes as páginas do semanário local, devido aos acidentes que ali ocorriam; o primeiro deles foi com uma "plainadeira", que decepou os dedos de um menor que era empregado da oficina. Em menos de dois meses, um dos proprietários esmagou também dois dedos da mão direita "quando trabalhava com um pesado toco de madeira". Mas não eram apenas as pessoas engajadas diretamente na produção as vítimas, pois em janeiro de 1923 o guarda-livros da firma "teve a mão atravessada por uma cabeça de prego". O último desta série de sinistros ocorreu com outro garoto, filho de um dos proprietários, que, "quando lidava num depósito para ferver avelas, recebeu várias queimaduras pelo corpo".⁶³

Nesse período, os acidentes de trabalho não eram caracterizados como tais pelo principal periódico local, o "Correio Serrano", e parecem servir muito mais como notícias de algum interesse em momentos pacatos da Vila Ijuhy; assim manchetes como ESMAGOU OS DEDOS, ACCIDENTES, QUEIMADURAS não aparecem nos anos seguintes (1924 a 1927), quando então são frequentes reportagens sobre a passagem da Coluna Prestes e suas seqüelas no município. A primeira vez que o jornal usa a expressão "acidente de trabalho" é no final de 1934, como epígrafe de uma notícia de acidente que tiveram lugar durante uma derrubada de árvores (CS/1º. 12.1934/96). Que a expressão passasse a ser veiculada no momento em que estava sendo articulado o primeiro sindicato de trabalhadores fabris ijuíenses não é mera coincidência, mas a relação entre os dois eventos é dada por um terceiro que é a legislação trabalhista que visava fazer frente ao movimento operário nacional, mais precisamente, às agitações nos grandes centros industriais do país, pois certamente não são os horizontes de Ijuí que forneciam argumentos para os articulistas como o citado abaixo, comentando a morte de um maquinista na vizinha cidade de Cruz Alta:

Poucos são os que sabem das tragédias que se desenrolam no trabalho de todos os dias nas oficinas, nas estradas de ferro, nos campos ou em qualquer ramo de trabalho. [...] O operário é ainda um pária social. E só ao peso tremendo das ameaças constantes de um convulsão social vai o mundo cedendo pouco a pouco à compreensão da grandeza do trabalhador alicerce de toda sociedade humana.⁶⁴

A despeito da generalização de um discurso que se mostra preocupado com as condições de trabalho e com a saúde do trabalhador e da organização nacional, ainda nos anos trinta, de um serviço de assistência médica aos operários, estes continuavam expostos a acidentes e a ambientes insalubres, ou melhor, tais situações se diversificaram com a ampliação do número e do porte dos estabelecimentos industriais ijuíenses nos anos seguintes. Para as décadas trinta e quarta existem diversas fontes que contêm informações sobre o assunto: os depoimentos, os arquivos fabris (anotações, por exigência legal, nas fichas de registro empregatício) e as descrições de acidentes que servem de texto para propaganda de seguradoras.⁶⁵

Lesões com instrumentos de trabalho quase sempre atingem dedos, mãos ou braços, membros que manejam os instrumentos de trabalho, manuais ou mecânicos.

No Frigorífico Serrano, as facas afiadas que matavam e carneavam os animais também sangravam os que as manipulavam. Na presuntaria, no momento da desossa do quarto, podiam ocorrer "talhos" nos dedos dos executantes, mas certamente no matadouro a possibilidade da ocorrência de cortes era muito maior. Essa possibilidade é relatada de forma diferente por dois empregados que ocuparam posições distintas na hierarquia de trabalho: o que fora chefe de seção" (matanças) afirma que, às vezes, quando "pegava a faca" e "mostrava pro empregado", "também se cortava", mas isso "era coisa mínima"; por sua vez, um antigo operário é bastante enfático ao afirmar que está todo "assinalado de corte", pois naquele serviço, em que se trabalhava sempre com facas bem afiadas, com animais pesados e em piso escorregadio, era difícil escapar de acidentes. Usando os mesmos argumentos do segundo narrador, o primeiro realinha sua opinião num comentário posterior, em que fica clara sua concepção de acidente de trabalho:

Agora, um frigorífico deve ser, em média geral, campeã de acidente. Em primeiro lugar é a construção civil, mas eu acho que em segundo lugar, em pequenos acidentes, é o frigorífico. Por que quase todo serviço ele é feito, quando se toca prá carne, é com faca, né. Então sempre aí acontece [...] Mas, assim, acidentes nós tivemos...em todos meus anos de vida, houve dois acidentes fatais (chefe das matanças).

As anotações nas fichas empregatícias do Frigorífico, as mais completas, são bastante precisas no registro dos dias em que o trabalhador esteve afastado da fábrica, pois se destinavam a um controle, por parte da firma, de um período em que a remuneração do empregado não era de sua responsabilidade, mas pouco esclarecem acerca da natureza do ferimento:

Em 2.9.40 feriu-se no dedos, voltou em 21.10.40 ao serviço por ter ficado bom do ferimento.⁶⁶

Em 15.(7).43 sofreu um acidente no serviço da firma, entrando em tratamento médico. Em 10.10.43 obteve alta, entrando novamente em serviço.⁶⁷

Entre as anotações mais precisas, poucas esclarecem o setor onde se deu o evento, o instrumento causador do ferimento ("feriu-se com uma faca") ou os órgãos atingidos ("feriu um dedo da mão esquerda, na seção de conservas").⁶⁸ O instrumento de produção de mais sinistra lembrança para alguns entrevistados é uma máquina que existia na funilaria para produzir grampos usados no encaixotamento a partir de pedaços de lata:

Aqui, na máquina de fazer grampo eu tirei a ponta do dedo. Isso muita gente tirou, não foi só eu. Aquilo lá, a gente tinha que colocar uns pedacinhos de lata assim. [...] Colocava e a máquina baixava. Tinha que estar com o pé sempre em cima; se descuidava um pouquinho, onde passou [?]. Muita gente cortou os dedos ali, não fui só eu [rindo] (operária I da seção de banha).

Essa máquina trabalhava assim; ela empurrava... e de tanto empurrar numa daquelas ia o dedo, então muita gente pitoco ainda por aí hoje, que perderam a ponta... do dedo naquela comedora de dedo (chefe das matanças).

É pungente no primeiro relato a narração da guilhotinação do próprio dedo com uma culpa mesclada de gaiatice. Para evitar as decepções era necessário ter uma treinada coordenação motora entre braços e pés ("às vez tu pensava de tirar o pé e..."). O segundo narrador emprega o mesmo tom gaiato, mas, certamente porque adquiriu uma visão mais ampla do funcionamento fabril, pois chegou a ser superintendente da empresa, situa o problema ao nível da tecnologia empregada na época: "era uma máquina.. antiga; hoje em dia não acontece mais isso. Depois, com o decorrer dos anos, também foi mecanizada, moderna. Foi modernizado tudo, daí não havia mais acidentes" (chefe das matanças).

Em duas fichas há referências explícitas a acidentes na funilaria, mas igualmente não fornecem detalhes quanto ao modo como ocorreram: em agosto de 1940, o chefe da funilaria acidentou-se, "per-

dendo um dedo da mão"; dois anos depois, uma senhora de 40 anos "feriu-se em serviço na funilaria". Outro acidente com máquina no Frigorífico aparece numa notação de outubro de 1940: "feriu a mão esquerda na máquina de cortar toucinho".⁶⁹

Também dois antigos trabalhadores da fábrica de artefatos de madeira emitem opiniões diversas acerca de acidentes e que podem ser associadas às posições por eles ocupadas dentro da firma. Aquele que em poucos anos de serviço assumiu a chefia da tornearia negou que nesta houvesse problema de acidentes e então foi novamente indagado sobre acidentes com máquinas: "Ah, bom, isso tem, né. Eu.. tenho colegas aí que se cortaram os dedos. Uns se cortaram os dedos, outros se machucaram assim... Acidente sempre pode haver, mas não é tão fácil" (chefe da tornearia). O outro, empregado subalterno (montador de artefatos de madeira), na própria descrição do processo de confecção de brinquedos, enfatiza o perigo de se operar uma máquina, uma espécie de frevo, munida de um par de facas, pois havia a possibilidade das facas se desprenderem ou de saltarem lascas de madeira e, com isso, "muita gente se machucou".

Perder dedos também era acontecimento relativamente frequente na principal firma de laminados e compensados da cidade e, na maioria das vezes, isso se dava com aqueles que trabalhavam junto à serra circular. Essa informação é confirmada por uma notícia com a manchete "Mais um caso de Acidente de Trabalho": "O operário João Machado, trabalhando na serra circular, num momento de descuido, foi atingido pela mesma que decepou-lhe, pela metade, quatro dedos da mão esquerda" (CS/1943/89, p.9).

Nas fábricas que industrializavam o couro também existia uma máquina - de cortar solas - cujo manejo continha grande probabilidade de perda de pontas de dedos: "Saiu uns quantos, lá, pitoco".⁷⁰ Em outra empresa do ramo, a lesão ocorreu com o filho do proprietário: "O Sr. Willy Geiss, filho do Sr. Gustavo Geiss, por ocasião que trabalhava em uma máquina de prensar sola, foi pegada sua mão esquerda, tendo ficado com o dedo polegar estacelado" (CS/1938/70, p. 1).

No momento de lixar os pentes, era preciso segurá-los com firmeza contra a lixadeira, pois, se eles "escapassem", os dedos podiam ficar em contato direto com a lixadeira e então "cortava, fazia sangue" (gerente da fábrica de pentes).

Os ferimentos com máquinas descritos até agora são por decepamento ou atrito, principalmente dos dedos. Em uma impressora, o perigo está no seu poder de arrastar, para dentro de sua engrenagem, elementos externos, num movimento que lembra, mas que causa danos em menores proporções, o de um engenho de cana:

Bom, a Sra. conhece impressora? [RW] É, em geral.. às vez deixa o dedo lá dentro, amassa o dedo, né. Eu vi um rapaz que arrancou fora acho que dois ou três dedos; deixou a mão na engrenagem, né. [RW] É, e puxou, acho que arrancou dois dedos (tipógrafo 2).⁷¹

Na fábrica de caramelos, o problema mais freqüente eram as *queimaduras* por contato com a massa ou com as formas aquecidas. Conceramente a queimaduras, a fusão de metais era a atividade que mais expunha os operários:

Eu hoje não vou te mostrar, mas a perna tenho tudo queimado. Os braços tão tudo cheio de pingo de ferro. Ficá 15 dias num hospital, tudo queimado.. da fundição (torneiro-mecânico 1).

Queima barbaridade. É um perigo muito grande. Sai faísca assim, nas costas. A gente tem que ficar, não pode largar aquela panela com ferro.. ferro derretido. Não pode.. tem que agüentar a mão. Se ele vai largar [?] queima os outros. Então era... na fundição é perigoso.. trabalhar (ajudante de torneiro-mecânico).

Em termos de periculosidade, a ferraria, outra seção das fábricas de máquinas, rivalizava com a fundição, a ponto de um operário considerar "sorte" ter sofrido apenas um ferimento que o deixou hospitalizado por uma semana:

Não! Nunca me machuquei lá. Tive sorte, que, todos esses anos que tive lá, só machuquei o pé. [Q] O pé, virou um ferro, do tipo dum trilho. Uma beirada, caiu assim, era pesado; virou assim, caiu em cima. Tive 7 dia no hospital. Mas foi só a única vez que vi hospital (auxiliar de fundição).

Alguns acidentes "em serviço" nem sempre ocorriam durante as rotineiras atividades de transformação da matéria-prima ou de manutenção de equipamentos, mas em momentos que os trabalhadores estavam, por exemplo, se locomovendo dentro das instalações ou preparando a matéria-prima, como selecionar pranchas de madeira para a produção de artefatos. Cortes profundos podiam ser provocados pelo deslocamento de trabalhadores entre certos materiais: pilhas de tampas de latas de banha;⁷² maravalhas de ferro resultantes do torneamentos; retalhos e folhas de ferro presentes na confecção de fogões e camas; etc. O contato dos tipógrafos com o chumbo pôde ocasionar um tipo de ferida que não é reconhecida como acidente pelo lesado:

Não, acidente mesmo não. Bom, isso não pode ser considerado um acidente; uma vez cravei um fiapo de chumbo ali debaixo da unha. Ai inflamou, tive que ir no médico, médico me tirou a unha e... mas isso não era acidente.. (tipógrafo 2).

Além da possibilidade de resvalar no piso do matadouro, outros tipos de quedas estão registradas nos documentos do Frigorífico Seriano: em 1941 um magarefe "caiu [em] umas caixas de ferro"; em 1942, o "foguista e chefe da seção de máquinas [...] levou um tombo, quando carregava lenha para a fornalha, ficando impossibilitado para trabalhar temporariamente"; também neste ano uma operária "destroncou um pé no matadouro" e entrou em tratamento.⁷³ Na fábrica de balas, uma operária caiu de uma escada e contendeu-se à altura do pulmão, o que deu origem a um processo inflamatório que só se manifestou posteriormente. A queda de um caminhão que transportava areia para a fundição provocou o afastamento do trabalho e o falecimento precoces de um operário.

O último gênero de acidente descrito revela a ausência de um projeto racional de ocupação da planta fabril; de qualquer forma, tanto estes como os que acontecem no ato produtivo podiam deixar de existir com a introdução de equipamentos mais modernos, como máquinas mais aperfeiçoadas, elevadores, carrinhos de transporte, etc.

Os registros de acidentes de trabalho, principalmente do F. Seriano, deixam claro que a mão-de-obra feminina não estava restrita aos

serviços leves. Por exemplo, uma jovem, admitida em 1939, aos 15 anos, como "magarefe (tarefeira)", "queimou a perna com estanho na funilaria" em julho de 1941 e dois meses depois "feriu-se em serviço numa máquina"; em 1944 novamente "sofreu um acidente".⁷⁴

• Serviços e locais insalubres

A insalubridade atua sobre o trabalhador pela exposição cotidiana e duradoura deste àquele e as conseqüências disto muitas vezes aparecem somente depois da aposentadoria. Algumas condições nocivas de trabalho eram próprias do ramo produtivo, como a umidade de um curtume, a presença do chumbo em uma tipografia; outras resultavam de improvisações na organização do processo de trabalho. Uma destas improvisações foi a "especialização" de um auxiliar em segurar peças para o soldador e, porque "facilitava bem", ele trabalhava sem máscara, ignorando os danos que isso causava à sua visão e que só se manifestaram posteriormente:

É do serviço sim... que eu fiquei ruim das vistas. [?] Chamavam só eu prá ajudar na solda. E não tinha máscara. Então é isso que me arruinou. [...] Ali, depois só eu que chamavam, era mais prático. [...] Então eu sofria mais. Eu era mais velho ali. Chegava um ou outro, não sabia, chamavam eu. Olha, que eu trabalhei (auxiliar de fundição).

Na presuntaria, o empilhamento das formas após a lavagem podia ocasionar uma surdez que só se manifestaria no início da aposentadoria: "Lava, lava aquela forma dentro da água; depois pega e [?] atira num caixão. Então... atirou... aquela pancada. Então no fim fiquei surdo. Tava sempre lá junto. Não é só eu, outros também ficaram surdo" (chefe da presuntaria). Ao narrar de uma forma rebuscada a visita a uma fábrica de máquinas, um repórter deixa entrever que este era um estabelecimento bastante ruidoso: "Ao aproximar-se do local, a barulho aumentava consideravelmente, quase ao ponto de ferir a sensibilidade auditiva" (CS/1943/89, p. 16.).

A posição recurvada em que trabalhavam os tamanqueiros e chineleiros estava causando distúrbios no aparelho digestivo de um operário a tal ponto que o próprio médico trabalhista sugeriu o abandono do emprego:

Eu deixei de trabalhar lá porque o serviço me fez mal. [Q] Sempre sentado. O dia inteiro sentado. Eu trabalhei mais que 8 horas, porque era por peça, né. E eu comecei.. diminuir; cada vez, eu comi cada vez menos. Tava ficando fraco, mal! [...] daí entrei em tratamento com médico, o Dr. Solon aquela vez. [...] E ele estudou, né, ele diz "olha, o Sr. tem que deixar do serviço, faz mal... sentado assim sempre, o dia inteiro sentado". E... apertava o estômago. E bál... Se não deixassem [?] eu já tinha morrido, mas custou até que eu endireitei depois (tamanqueiro).

O transporte manual de artigos frigoríficos das camadas frias até o setor de encaixotamento e deste para os vagões ferroviários acarretava problemas cardíacos; já na caleira o esforço físico excessivo agia sobre a coluna vertebral:

Mas carreguemos peso! Até inclusive nós, todos nós somos um pouquinho descontento, temos problema cardíaco. A gente quase se delatou forcejando no Frigorífico; forcejamos muito, muito, porque tinha que carregar muito longe. [encaixotamento] era longe (sangrador; ver cap. 3).

eu saí, bem dizer, de lá tudo... tudo rebentado.. da coluna. Agora pro pulmão, prá outras coisas foi bom, o cal é bom. Agora prá... o serviço é pesado, fogo, né. Eu tava, me descaderei lá que tava meio até paralítico. É tava encostado, parece que 4, 5 mês. Depois fiquei bom (gerente da fábrica de cal).

Também na fundição o trabalho junto a uma fornalha sujeitava os operários a bruscas mudanças de temperatura e provocava alterações no seu sistema imunológico, o que, num deles, gerava febres e feridas nos lábios, principalmente no inverno. No F. Serrano o choque térmico era sofrido por aqueles que removiam artigos para dentro e para fora das câmaras frias e, portanto, era maior no verão, sendo o resfriado seu efeito menor. Na refinaria de banha trabalhava-se sem

roupas especiais junto aos canos congelados. Convém observar que no sul do país o inverno é muito rigoroso e no verão alguns meses são bastante quentes:

Dava, porque nós lá não tinha proteção também para... O [mínimo] que trabalhava ali mesmo, dentro da câmara, ele tinha proteção. Aqueles tinham japonsa grossas, especial, botas, mas nós que entrávamos e saíamos, rápido, que... não era de demorar muito, não tinhamos proteção. Do jeito que nós tava nós entrava; nós ia de camisa, avental.. (sangrador).

No início, quando eu comecei lá, era um galpão.. velho. Ali a gente quase morria de frio lá. E no verão, calor. Depois foi construído outra fábrica. Ali já melhorou (chimeleiro).

Gripes e reumatismos também poderiam ser causados pelo contato diário com a umidade, como acontecia na triparia de uma suinocultura e nos curtumes:

Única coisa que pode prejudicar é negócio de reumatismo, que tu fica muito molhado, tu se molha muito. A gente se cuida. Depois que tem bota, agora tem bota de borracha, tudo, ninguém se molha mais. Antigamente se molhava. Mas aquele produto químico de cortume, ele quase não é, não é um produto venenoso. É um produto mais manso (operário de curtume 2).

Eu não sei, agora aí.. até nessa parte eu não sei. Porque eu tive uma vez um reumatismo, fiquei quase paralisado.. dum lado, muitos anos. Mas eu não me cuidava muito também. Depois que me curei... assim outras doenças eu não tive. Tinha alguma doença aí de ficar [?] de quatro, cinco dias às vez.. aí, uma gripe, uma coisa, mas assim doenças brabas aí eu.. (operário de curtume 1)

Os trabalhadores de tipografia entrevistados referem-se às condições da permanência nesse local sobre sua saúde não tanto pela experiência deles e de seus companheiros, porém mais por conhecimentos adquiridos provavelmente através de sua proximidade com meios de comunicação impressos: "Bom... a tipografia é considerada insalubre, né [?]; por causa do chumbo, né. A partir de agora, os mais novos se aposentam com 25 anos de idade, né. Eu trabalhei... quase

40, 41 anos" (tipógrafo 2). Um tipógrafo que na década de vinte trabalhou em Ijuí e Porto Alegre afirma que o ambiente na tipografia da capital era mais nocivo, pois o prédio só possuía ventarolas na parte superior, enquanto que, na tipografia ijuicense, o espaço era bastante arejado por janelas que permaneciam abertas. De qualquer forma, o falecimento precoce de um colega é atribuído ao "envenenamento" pelo chumbo. Intoxicação também é apontado como causa da morte de um fundidor:

A fundição tem que tomar um litro de leite por dia. Lá não tinha, e nós fundia, o que nós fundia de bronze, que fica um gás forte. Aquilo, Deus o... esse Caetano Verri também, mais faleceu por causa disso. Atacou o peito, asma... (moldador).

Há pelo menos um caso em que a loucura é atribuída ao excesso de trabalho mental. Um jovem profissional em tornearia mecânica passou a ser o responsável pela produção de máquinas laminadoras em uma firma que estava se instalando no ramo e, segundo seu irmão, a constante preocupação com as tarefas que estavam a seu cargo debilitou-o:

Então ele trabalhava demais, sabe. E serviços grande, importante, né. Então ele quebrou aquela cabeça. [...] E ia dormir, em vez de pegar no sono, pensava aquele serviço, que fazer no outro dia. [...] Porque ele era... muito sabido; aprendeu muito ligeiro. [RW] Muito novo ainda, então o... cabeça não suportou.. aqueles trabalhos [...] Não era tanto trabalhar, como pensar e.. estudar como que ele fazia. [...] Aquele interesse... aquele interesse de aprender as coisas, né. [RW] E fazer cumprir aquela obrigação dele, né (ajudante de torneiro-mecânico).

Em diversos registros empregatícios aparecem observações como as que seguem: "ficou suspenso do trabalho para fins de tratamento de saúde, passando a perceber auxílio do I.A.P.I."; "adoeceu"; "doente"; "enfermo por oito dias".⁷⁵ A relação desses adoecimentos com o local de trabalho fica como possibilidade. Com a reforma da lei de acidentes, no início da década de trinta, passam a ser considerados acidentes do trabalho as doenças adquiridas como resultado do exercício da profissão (Gomes, 1979, p. 231). Aliás, incômodos por questões traba-

lhistas com os patrões podiam somatizar-se de uma forma assaz prejudicial ao trabalhador, como será visto no capítulo sobre relações de trabalho.

• De vítima a "réu": a atribuição das responsabilidades

Permeando as descrições das condições materiais em que eram produzidos os artigos fabris, aparecem imputações de responsabilidades pelas marcas negativas que o labor deixava nos operários. Evitando induzir respostas, nunca foi perguntado aos entrevistados de quem era a responsabilidade por tais acontecimentos desagradáveis; destarte, como quase não há declarações explícitas, é preciso analisar seus discursos, levando em conta as contradições.

Um primeiro agrupamento pode ser feito com as afirmações que desconhecem qualquer responsável, pois o processo de trabalho é visto como possuindo uma dinâmica própria e interna ou, em outras palavras, há uma "naturalização" das condições de trabalho que se expressa em frases como "acidente sempre pode haver", "sempre aí acontece" ou na transmissão de uma experiência de que é preciso "acostumar-se" com o serviço, como fazem esses antigos operários de curtume:

E a gente acostuma, a gente não sente nem o cheiro... mais nada (operário de curtume 2).

Mas o serviço não era tão ruim como... como servente de pedreiro, ou outras coisa naquela época. A gente acostuma o serviço; o ruim, o bom, acostuma.

P: O problema ali era a umidade?

R: Era umidade, mas a gente acostuma (operário de curtume 1).

O aparecimento de feridas nas mãos dos meninos que lavavam as chapas de impressão com produtos cáusticos é atribuído aos rigores

do clima e não, por exemplo, à ausência de luvas: "mas isso foi negócio de inverno; [?] dava, com negócio de lavar as chapas, etc. Aparecia um vento frio, então.. chapas, etc., dava freira" (tipógrafo 1). Também diversas operárias da fábrica de caramelos desconsideraram as queimaduras enquanto acidentes de trabalho, situando-as como um acontecimento corriqueiro.

Como vários trabalhadores acompanharam mudanças no processo de trabalho, os ferimentos e danos à saúde passaram a ser associados ainda a uma lógica interna deste, porém adstrita ao período histórico em que viveram, à "época", como pode-se ver nesses destaques de citações das páginas anteriores: "agora tem bota de borracha, tudo, ninguém se molha mais", "era uma máquina.. antiga, hoje em dia não acontece mais isso", "mas nós pegamos na época daquele, daquela dificuldade". Ou em outras: "Hoje o pessoal tá isolado da umidade aí; tem luvas, aquela época não existia luva" (operário de curtume 1); "fundição lá [...] não finha, como tem agora, capacete, luva" (moldador).

É pouco provável que nos anos quarenta não existissem no mercado nacional luvas, botas, capacete, carrinhos, etc. de consumo industrial ou que os proprietários ijuienses desconhecessem meios de adquiri-los. O mais plausível é que, não sendo pressionados -pela legislação ou pelos trabalhadores - a incorporá-los como material permanente, os patrões se abstivessem dessa despesa. O proprietário da fábrica de cal chegou a comprar máscaras para serem usadas pelos seus empregados durante atividades que produziam muita poeira de cal; diante da ineficiência das mesmas, os próprios operários se encarregaram de desfazer-se delas: "mas, sabe, no fim, ali em roda, assim, sapecava ali, a gente botava máscara prá um lado, achava que era melhor sem máscara" (gerente da fábrica de cal). Maiores investimentos nas instalações também teriam sido benéficos aos trabalhadores.

Um terceiro conjunto de afirmações é decorrente dos anteriores: se o processo de trabalho regulava-se por uma organização predefinida, se as máquinas possuíam um mecanismo que lhes era imanente, qualquer imprevisto só poderia ser de autoria dos operários. Na imputação das culpas, os entrevistados não poupam nem a si, nem a seus colegas: "cravei um fiapo de chumbo ali debaixo da unha",

"deixou a mão na engrenagem", "eu tirei a ponta do dedo [...] muita gente tirou", "eu não me cuidava muito também", "o cara só ficava dormindo um pouquinho ali, podia então entrar com o braço" (técnico em refrigeração), "se a gente facilitava, né" (carameleira 2), "sempre quem não cuida pode acontecer coisas" (torneiro-mecânico 2). Eis a descrição de um acidente com mais detalhes:

Aí o cara às vez se descuidava, botava a mão ali, ficava papeando às vez, o... coisa. Tinha um velho lá, uma vez, um homem velho, duns setenta anos quase, tava trabalhando lá. Não sei como é que foi lá outro [limpou]... Aquele que pulava a serra era culpado, e o véio também era culpado, porque ele botou os dedos lá. Pegou a chapa, seguiu assim, o outro pá [?], atorou tudo fora. (contramestre da seção de colagem).⁷⁶

Poucos são os trabalhadores que tiram de seus ombros o difícil encargo de evitar qualquer acidente, seja lembrando que o descuido é uma característica humana ("às vez a gente pode se descuidar um pouco, né"), seja alertando para as determinações da probabilidade: "Então a gente tinha que ter muito cuidado; e mesmo dentro desse cuidado acontecia... muitas coisas" (sangrador). Na verdade, o trabalho com algumas máquinas, mais que cuidado, requeria temor: "Prá quem se cuidava igual a eu... Enquanto trabalhava numa máquina, eu trabalhava... com medo, me cuidava, eu não... não fechava os olhos" (operário de curtime 1).

Mesmo dubiamente, alguns trabalhadores esboçam uma tímida tentativa de encontrar responsáveis para seqüelas tão graves quanto a morte e a cegueira:

E outros trabalhadores, tiveram problemas de saúde, de acidente lá? R: Não, não tiveram. Um que morreu, também ele sofreu da coluna lá. [?] pesado, né. A gente que era... queria trabalhar, queria fazer bem pro patrão. Como é que se diz, ele dava tudo que tinha (gerente da fábrica de cal).

Não tinha, não compravam porque ninguém decerto pedia. Tinha só o soldador tinha, mas o outro que tava segurando a peça... [...] O relâmpago! O relampa [go] que dá, aquilo cegas as vistas. Diz que tem

que ter uma máscara, uma coisa... atacá. Eu não tinha, só fechava as vistas. Mas facilitava bem né. E ele soldando... (auxiliar de fundição).

A julgar pela própria interpretação dos operários ijuenses acerca delas, as "tragédias" que se desenrolavam "no trabalho de todos os dias nas oficinas" estavam muito longe de trazer à cidade "ameaças constantes de uma convulsão social". Um típografo dos anos vinte, que depois tornou-se comerciário, sugere que alguns machucados poderiam ser provocados pelos próprios operários "prá eles tirar um dia de folga". Vários entrevistados associam o aumento de acidentes, por eles observado, com a implementação da cobertura médica, mas o fazem em relação aos operários atuais, de quem se distinguem.

Jornada de trabalho

O discurso dos entrevistados acerca do tempo que eles permaneciam no espaço fabril é sempre pontuado por referências à legislação trabalhista, cuja implementação dependia do nível de organização e atuação dos órgãos governamentais e sindicais regionais e locais. Portanto, quando os narradores historiam o período em antes e depois das leis, certamente estão se referindo a décadas anteriores e posteriores ao tempo que eles foram convidados a rememorar, isto é, revivem os primeiros tempos do município e os anos mais recentes, quando, segundo eles, as regulamentações trabalhistas se tornaram bastante complexas. Na verdade, eles são contemporâneos de uma época em que o mundo do trabalho estava sendo normativizado de uma forma globalizante em nível nacional e as normas atingem essas regiões interioranas quase como algo externo. É essa característica de "transição" que aparece refletida na fala dos entrevistados.

• O tempo da fábrica

A principal recorrência nas narrativas é que o tempo de trabalho diário era determinado, em última instância, pelo "serviço", seja

porque era necessário conduzir em tempo a transformação de produtos perecíveis, seja porque os exemplares do artigo precisavam ser produzidos e distribuídos nem certo lapso de tempo, seja ainda porque houvesse a pressão do pagamento por peça sobre atividades encadeadas, enfim, era necessário dar conta de uma demanda de trabalhos que aparentemente justificava-se por si própria:

..na safra era muito aumentado, por exemplo, nós éramos poucos, era pouca gente, poucos trabalhadores, o Frigorífico era pequeno e se matava bastante porco; naquele tempo então era um trabalho... [...] a gente tinha que dar conta da picada de carne, tinha que se dá conta no caso da... da conserva, lingüiça, fabricação daquilo; tinha que dar conta da banha, do derretimento de banha, desossamento e o que tinha, tinha que deixar feito. E durante... por exemplo, até 6 horas nós não conseguia, então teria que fazer serão. Dez, onze hora da noite fazia serão (sangrador).

Horário havia. Às vez a gente passava um pouco, por causa que fazia uma massa... às vez o cozinheiro cozinhava a massa muito em cima da hora, depois das onze e meia, então não ficava pronto até o meio-dia (carameleira).

É, a noite também nós fazia, trabalhava até às 9 horas, imprimia. Depois, no outro dia, nós despachava pelo trem, né... outros lugar (impressora 2).

Que eu ganhava por peça, né. Então.. mais cedo eu pegava, melhor era prá mim. E de noite os outros tudo foram embora, eu fez ainda meu serviço, que eu tinha [luns] prá aprontar, né. De manhã cedo, os trabalhadores veio, eles queriam também, eles também por peça (costureira).

Se tinha serviço, tinha que terminar; ia até às 8 horas às vez, né (esposa do operário de curtume 1).

Se fazia muita hora-extra de noite. [RW] Eles tinham muito movimento (capataz de laminadora).

“Se havia necessidade, até domingos, pela manhã, então se trabalhava” (operário da fábrica de manteiga). Afirmações como esta dizem respeito à indústria alimentícia, cujos imperativos do processo

de trabalho justificavam a presença de operários na fábrica também nos fins de semana. Assim, no Frigorífico, a manutenção das câmaras frias era realizada por um adventista:

Tinha esses grandes compressores e tinha que ligar por causa [dele] de domingo. Muitas vezes sábado de noite eu fui lá também, porque nós temos... porque dia não finda à meia-noite, mas na entrada do sol; por isso muitas vezes, sábados de noite, quando tinha carcaça e quando matavam para exportação, então a câmara estava cheia com suíno [...] eu fui lá sábado de noite; limpei a máquina até meia-noite, uma hora da madrugada, fechei, [foram] dormir. No outro dia de madrugada, outra vez, para não ficar azeda essa [coisa] lá dentro (refinador).

Referindo-se às indústrias têxteis do início do século, Maria Alice R. Ribeiro (1980, p. 166) afirma que “a determinação do tempo de trabalho pertencia exclusivamente à fábrica, que por um simples aviso do gerente, do mestre ou do contramestre alterava-o para mais ou para menos”. Quando os entrevistados juienses recordam a época anterior à regulamentação, o tempo de trabalho é retratado por sua longevidade e, inclusive, com traços de exploração:

Trabalhava aqui, trabalhava ali e depois é que veio as leis trabalhistas. Então aqui no Geiss, quando eu comecei em... 1936, aí não tinha horário prá [...] O sol nascia e quando o sol... depois que ficava escuro, que não se enxergava mais, então... ia prá casa (operário de curtume).

P: E tinha horário de trabalho?

R: Tinha sim, tinha.

P: E vocês faziam sobre-hora?

R: Sim, mas ninguém não pensou em cobrar essas horas. Mesma coisa como aqui no Frigorífico Serrano; às vezes trabalhamos até 10, 11 horas da noite (refinador).

Antes que veio essas leis, o Frigorífico fazia o que queria. A metade do tempo o pessoal trabalhava de graça aí dentro. Pessoal precisava, não achava outro serviço, tinha que ir lá e agüentar o tirão. Não ganhava sobre-hora pago, fazia horas, trabalhava, não ganhava pago. Mas, para não perder o serviço, ele fazia e noutro dia cedo tava lá de novo. Tudo isso aconteceu (chefe da presuntaria).

Além da extensão das atividades depois do anoitecer, existem comensais, principalmente para indústrias alimentícias, de que "se começava a trabalhar às quatro horas da madrugada". A julgar por uma afirmação relativa ao Frigorífico, tais estratégias patronais em torno ao tempo de trabalho estavam relacionadas com o grau de tecnologia industrial das empresas locais, porque a situação alterou-se décadas mais tarde: "Então era uma equipe da madrugada, onde eu fazia parte. [...] Só um caso de exceção assim, mas não, serviço não. Normalmente... aí também já tinha muito mais gente, já tinha maquinário, não tinha porque ir noite adentro" (sangrador).

No caso do F. Serrano, é preciso distinguir os mensalistas dos horistas. Como estes recebiam por hora trabalhada, um maior tempo de serviço significava uma remuneração proporcional, pois o valor da hora de trabalho era invariável, mesmo que as atividades fossem realizadas de madrugada ou nos fins de semana; por outro lado, eles não tinham nenhuma garantia de continuarem ocupados (ver cap. 2). Já os mensalistas, trabalhadores permanentes com salário fixo, tinham seus esforços reconhecidos por gratificações no final de ano. Considerando que os chefes de seção eram todos mensalistas, o não pagamento de suas horas adicionais de trabalho, no ponto de vista de um deles, era uma tática da empresa para forçá-los a manter o rendimento de sua unidade: "Negócio de hora-extra pro chefe, sabe que o patrão pensa? 'Ele espicha...ele espicha prá fazer uma hora mais, com tudo aquela gente que tem lá dentro, ele não faz questão'" (chefe da presuntaria).

A rememoração que tem por base cronológica a implantação da legislação trabalhista conta que antigamente também se trabalhava sábados à tarde e que possíveis alterações com relação ao horário habitual da semana não significavam diminuição na quantidade de trabalho:

Naquela época, sábado era até 6 horas também. [RW] Prá não trabalhar até 6, então iniciava, em vez de da uma e meia, iniciava a uma hora, prá poder sair a cinco e meia. Quer dizer que tinha.. meia hora antes.. de sábado (tipógrafo 2).

Não tinha sábado inglês, não tinha nada. Sábado então às vezes se pagava uma hora prá largar às 5, pode ir fazer alguma compra. Mas a gente nunca conseguia largar às 5 mesmo, não terminava o serviço. O patrão tava em cima, "é temos que fazer isso, temo que fazer aquilo" (operário de curtume 1).

As peculiaridades do processo de trabalho manifestavam-se também nas formas de controle do tempo de trabalho dos empregados. A semelhança da remuneração por hora trabalhada, o pagamento por peça dilatava o tempo que os operários dedicavam-se a ocupações fabris, nem sempre necessitando de medidas explícitas da empresa nesse sentido. Esse prolongamento podia ser realizado na residência do trabalhador, como foi comentado no capítulo anterior, ou na própria fábrica. O tamanheiro que sofreu disfunções no aparelho digestivo (ver acima) devido à postura durante o trabalho explica: "eu fiz até 12 horas, os patrão tinham que mandar embora de noite [ri], eu queria ganhar mais né". Ao descrever a relação dos trabalhadores com esses períodos de trabalho sem limites fixos, uma operária revela os detalhes comportamentais a que se apegava a demarcação das diferenças étnicas nesta sociedade:

Nós começava a trabalhar cedo. [...] Não, não tinha horário, podia começar a hora que queria né. A fábrica não tinha. Naquele tempo não tinha lei nada, né. [...] Tinha.. uns entravam.. as brasileirinhas assim às oito e meia, nove horas (embrulhadeira 2).⁷⁷

Se a empresa dispensava o controle do horário dos empregados que recebiam por produção é porque confiava no mecanismo de autocontrole gerado por este sistema; pois, em outros setores da fábrica de balas, operários retardatários não entravam no estabelecimento e a empresa não contabilizava como tempo de serviço os minutos necessários ao trajamento do uniforme próprio das indústrias alimentícias: "Inclusive a gente entrava 5 minutos antes prá vestir o guarda-pó, vesti o boné, tudo, né" (carameleira). A mesma diferença de vigilância quanto ao horário aparece num relato sobre os problemas que podiam enfrentar trabalhadores da indústria do couro que fazia parte de um banda de músico que tocava "prá fora" domingos à noite em

bailes que se estendiam "até clarear o dia": "Nós que trabalhava por peça [?], quando atrasava uma hora, ou duas, não queria dizer, prejuízo era nosso, né. Mas ele, meu cunhado, trabalhava em máquina, ele tinha que tá lá na hora" (famanqueiro).

O controle da presença dos empregados é descrito a partir das especificidades das empresas. Por exemplo, no F. Serrano, não se "batia cartão" e para registrar as horas trabalhadas pelos diaristas existia o apontador; na laminadora aproveitava-se a matéria-prima:

aqui na entrada do portão tinha uma casinha com uma janelinha; então nós tínhamos a ficha de trabalho, como hoje é o cartão que marca as horas, mas naquele tempo era a ficha de trabalho. O empregado, dacordo como ele vinha chegando, ele entrava. Então eu marcava... 7 horas" (apontador; ver tb. cap. 2).

E lá nós não tinha sirene, nem apito. Então tinha uma barra de ferro grande, então a gente batia com ferro lá na [?], chamava a atenção que tava na hora; tava todo mundo esperando, que não tinha relógio de ponto, não tinha nada. Então eu ou o L. F., nós pegávamos um lâmina de madeira e ia marcando a presença de todos e levava pro escritório. [RW] Uma lâmina de madeira de pinho, era branca (capataz).

• O tempo da lei

Segundo Ângela M. C. Gomes (1979, p. 233), dentre as questões trabalhistas, o estabelecimento de um horário para o trabalho sempre foi um assunto difícil para o patronato: "Os entraves para a aceitação de uma jornada de trabalho de 8 horas eram ainda maiores no setor industrial, que defendia a necessidade de sua extensão até 10 e mesmo 12 horas diárias. Esta demanda acabaria por ser satisfeita pelos decretos de março e maio de 1932, que regulamentam o horário para o comércio e para a indústria em 8 horas, sendo permitida a elevação do dia normal de trabalho para 10 horas, desde que com maior retribuição".

Mesmo para as empresas locais que adaptaram-se à legislação, o ritmo de produção continuava a ser o indicador da jornada de trabalho, isto é, fazer hora-extra era uma obrigação descrita sem esse caráter pelos entrevistados, que, da mesma forma, enfatizam o respeito da empresa quanto à remuneração do tempo adicional com afirmações como "passou de 15 minutos era sagrado, ele pagava tudo" (gerente da fábrica de cal) ou "nesse ponto eles cumpriam corretamente" (capataz da laminadora). Nos registros dos mensalistas do F. Serrano pode-se constatar que a primeira anotação nas "Observações" é "passa para 10 horas efetivas" ou "aumento para 10 horas" ou "acordo para trabalhar 10 horas" ou ainda "acordo para [trabalhar] mais duas horas", sempre conforme uma "convenção" que tem por base o decreto 22.033 de 29.10.1932, no seu artigo 10^o.⁷⁸ A natureza de obrigação desse prolongamento da jornada fica bem ilustrada pela justaposição de dois momentos da narrativa de uma operária do Frigorífico, pois ela descreve a possibilidade de opção de prosseguir ou não trabalhando em outra seção, enquanto na sua própria era o "serviço" que, como sempre, retinha o empregado:

E quando tinha bastante serviço, aí nós trabalhava todos até meia-noite. No inverno às vez tinha serviço que era coisa horrível. Olhas às vez a gente dormia só quatro, cinco horas por noite.

Quando tinha demais serviço naquela seção, né, e nós tava folgado, eles vinham, diziam, "olha, se vocês já vão embora, se vocês querem fazer uma hora ou duas, podem ir lá". Era sobre-hora, né. Aí às vez, quem queria, né... Agora, se eu tinha outro compromisso em casa, eu não ia! Mas...se a gente tinha tempo, ia. Quanto mais tu trabalha, mais tu ganha (operária 2 da refinaria de banha).

Outros entrevistados recordam a intensificação do trabalho ante às novas disposições legais, evitando assim a extensão da jornada:

Enfim, a gente... não alterou grande coisa, o sistema de trabalho continuou o mesmo, só, por exemplo, esse.. o horário era mais cuidado um pouquinho, procurava-se agilizar mais um pouco alguma coisa porque tinha... tinha aquele horário e, claro, quanto mais mudava o horário, quanto mais tarde, mais caro saía a hora prá firma (sangrador).

Só que tinha melhor o empregado tinha direito a férias, sobre-hora, mas também tinha que se virar então durante o dia (confeiteiro).

Alguns entrevistados situam no mesmo plano a determinação legal das 8 horas e a praxe existente, na época, de se trabalhar 9 horas por dia. Certamente isso relaciona-se com sua visão das normas governamentais, entrevista pelo pesquisador: bastante distanciado deles e que os atingiam quando a empresa nelas se enquadrava. Por sua parte, os documentos fabris são incompletos nesse ponto e as anotações que existem, para as décadas de trinta e quarenta, oscilam efetivamente entre 8 e 9 horas de jornada diária, podendo, entretanto, totalizar a mesma jornada semanal, pois a jornada de sábado é regulada pela limitação da jornada diária e pelo descanso semanal.⁷⁹ Abaixo estão transcritos extratos de entrevistas que abordam o assunto e reproduzidos os dados de horário de trabalho de duas folhas de pagamento de uma mesma empresa:

... quando ao horário de trabalho.. quando eu iniciei [1937], era 9 horas... diárias, né (tipógrafo 2).

Primeiramente, quando entrava lá, pegava lá, então ia, trabalhava 9 horas por dia. Trabalhava 9 horas por dia. E... depois trabalhava até.. quando, mas daí eles pagavam uma porcentagem mais. Era hora-extra, um pouquinho mais pagavam. E depois então foi indo, foi indo, quando veio aquela lei, depois, de 8 horas por dia só. Daí... então trabalhava 8 horas; depois.. se eles queriam que trabalhasse, daí eles tinham que pagar aquela porcentagem, hora-extra, um tanto mais (contramestre da seção de colagem).

Sábado de tarde até 6 horas, quando eu comecei. Depois então começou melhor, sábado de tarde até às 4 horas. Nós já largava às 4 horas. Depois mais adiante então veio o sábado inglês. Ali às... sábado inglês trabalhava até meio-dia só (tipógrafo 2).

Folha de Pagamento Janeiro de 1941	HORÁRIO	De manhã das 8 às 12 horas De tarde das 2 às 6 horas Sábado <i>idem</i> horas
Folha de Pagamento Abril de 1942	HORÁRIO	De manhã das 7 ½ às 12 horas De tarde das 1 ½ às 5.45 horas Sábado 7 ½ às 11.45 horas ⁸⁰

Conseqüências de fenômenos locais ou regionais podiam não se enquadrar em nenhuma das cláusulas de exceção previstas pela legislação federal, dando origem, destarte, a soluções localmente improvisadas. Na primeira metade da década de quarenta, ocorreu uma seca na região que teve seu ponto crítico em 1944. Como em Ijuí a energia hidroelétrica provinha da Usina Municipal, um paliativo para o problema é decidido numa reunião entre o Governo Municipal e as "classes produtoras", à qual comparece um líder sindical representante do SIP (Serviço de Identificação Profissional).⁸¹ As contingências da decisão tomada, a de dividir em dois os turnos de trabalho das empresas, aparecem na fala de duas operárias, não como referências à conjuntura daqueles anos – eles não mencionam nem a seca, nem a guerra – mas como a subordinação máxima de hábitos cotidianos aos imperativos da fábrica:

..então apagava a luz, né, então os rapaz, era só eu mulher lá dentro, um dos rapaz parava na porta, prá ir prá casa pouquinho né; até que chegou o luz, eu fui de novo trabalhar [...]

P: A Sra. tava contando que trabalhava à noite aí também...

R: Quando não tinha luz. Oito dia essa parte da cidade, e outra parte da cidade tinha de dia então, né. Da praça prá lá tinha... um 8 dia. E, da praça prá cá, só de noite, né (costureira).

Na época que não tinha... falta de luz, eu ia às vezes às 3 da madrugada prá, prá encher banha. [RW] Mas o meu cunhado mandava um operário lá me buscar, na minha casa né. Prá mim não ir sozinho; como é que podia caminhar de noite sozinho? [Q] Por... por não ter força; porque não tinha força, prá nós trabalhar (operária 2 da seção de banha).

A normatização do tempo de trabalho também implicou na concessão regular de férias e feriados. Para duas indústrias alimentícias há informações sobre os feriados. No primeiro caso, um empregado adulto reclama junto à gerência da fábrica de manteiga, porque não quer trabalhar no dia 1º de Maio; no segundo, trata-se de uma anotação no Livro de Atas do F. Serrano. Mesmo sendo difícil precisar a data do primeiro acontecimento, é flagrante que está-se diante de dois estabelecimentos com diferentes níveis de autonomia produtiva face à fiscalização:

Ele brigou uma vez porque dia 1º de Maio ele queria folga. "Primeiro de Maio no mundo inteiro é feriado". E lá não tinha feriado! [...] E, e eles sempre alegavam, "não, porque é laticínios, né"; não pode deixar porque é um produto, sabe, perecível, aquela coisa toda né (operário da fábrica de manteiga).

Feriado Nacional: Por não termos licença, ainda, para trabalhar nos feriados, fui obrigado a fechar a firma neste dia.⁸²

Considerando que desde janeiro de 1934 existia um decreto que regulava a concessão de 15 dias de férias aos operários fabris, a afirmação de alguns trabalhadores ijuienses, admitidos em fábricas em meados dos anos trinta, de que trabalhavam muitos anos sem direito a férias, deixa dúvidas se o informante está carregando para sua história de vida experiências de companheiros mais idosos ou se as empresas locais puderam protelar para a década seguinte o cumprimento da lei. Nos poucos documentos fabris em que aparece registrado o pagamento de férias, o mais comum é a notação existir a partir de 1939 e, eventualmente, a partir de 1938.⁸³ Contudo, a lembrança mais frequente relativa ao período é a de 15 dias de férias, que coincide com a regulamentação legal.

As atas do F. Serrano mostram que, assim como a jornada diária, as férias de seus funcionários eram, na medida do possível, adaptadas ao ritmo produtivo. Como o verão o tempo da "safra seca" e a matação, ainda não mecanizada, dependia de alguns "magarefes" habilitados, a empresa pressionava para que a maior parte do pessoal tirasse suas férias nos primeiros meses do ano:

O pessoal entrará todo em férias conjuntamente e regressará ao serviço, decorridas as férias, também, conjuntamente. Ficarão apenas trabalhando a seção de refinaria-conservas e funilaria. [...] Far-se-á uma limpeza geral e todos os concertos necessários.⁸⁴

Temos de fazer empenho para todo pessoal entrar no gozo de férias, afim de ficarem pronto o mais cedo possível.⁸⁵

Do ponto de vista dos operários, as normas delimitaram a quantidade de trabalho que os empresários podiam extrair deles, porém eles deixam claro que o processo produtivo foi rearranjado de forma a

satisfazer as exigências em vigor da legislação trabalhista, mantendo os interesses da empresa. À primeira vista, os industriais dispunham de mais expedientes que os operários para apropriar-se do tempo da lei, convertendo-o em tempo da fábrica.

Remuneração

Para a redação desse item foram elaboradas tabelas salariais respectivas a estabelecimentos, cujos registros forneciam um número suficiente de informações. Alguns aspectos da forma irregular e descontínua com que aparecem as informações nos documentos fabris foram descritos na Introdução; outros surgiram no momento de montagem das tabelas, como por exemplo, a existência de diferentes formas de pagamento dentro de uma mesma empresa e até para uma mesma função. Isso tudo faz com que as recorrências, que permitiriam ao pesquisador estabelecer alguma definições, sejam escassas. De qualquer modo, formulações quanto ao módulo dos salários só fazem sentido quando servem de elemento comparativo, por exemplo, com o custo de vida na época ou com o valor do salário em outros locais do país, o que não está no escopo deste trabalho. Aqui eles são usados como um dos referenciais determinantes da opção dos trabalhadores por certos empregos fabris.

• Valor relativo e retribuições não-monetárias

"Toda vida baixo", "reduzido", "mixaria", "coisa séria", "triste" são expressões que traduzem a tônica dos discursos quando os trabalhadores são sugestionados a falar sobre o valor do salário. Um dos raros comentários positivos, de uma trabalhadora a domicílio (embrulhadeira de balas), é o de que "pode comprar bastante coisa prá mim", porque antigamente "dava melhor". Mesmo alguns trabalhadores que afirmam que o salário era baixo observam que ele tinha

poder de compra ou que o custo de vida também não era alto: "grande coisa não era [o salário], mas naquele tempo era tudo mais barato" (encadernadora).

"Dava prá ir quebrando o galho; sempre pagaram pouco" é a opinião do operário que se empregou em dada empresa por ser a que melhor pagava e através dele e de outros trabalhadores sabe-se que certas atividades domésticas (criação de animais, horticultura) não apenas reduziam o custo de vida, como podiam aumentar a renda familiar. Por outro lado, há quem lembre que, não havendo crediário comercial ("se tu queria comprar uma coisa era à vista, não tinha as prestações como hoje em dia") que possibilitasse a aquisição de certos bens domésticos ("uma panela, mais não dava"), o salário "dava nada" (embrulhadreira 2). As afirmações mais radicais definem concretamente aquilo que em termos econômicos é denominado salário de subsistência:

Óia.... Como eu vou te dizer, nem prá morrer nem prá... nem prá viver, nem prá morrer! Assim...prá comida né (costureira).

Bom, o salário tu sabe como é que é, né. Ele sempre dá prá viver! (operário de curtime 2)

A situação dos horistas podia ser mais difícil ainda, como a daqueles sujeitos à "safra seca" da suíno-indústria, quando não havia "serviço seguido".

Uma entrevistada descreve práticas da empresa que lhe aparecem como uma compensação ao baixo salário: permissão de abandonar o serviço, sem prejuízo de vencimentos, para atender a mãe acamada e adiantamentos em dinheiro em caos de necessidade. Para outra trabalhadora, uma carameleira, seus patrões "não pagavam tanto, roubavam um pouco no horário, roubavam um pouco ali, um pouco lá; mas em compensação eles eram bons patrões", porque, por exemplo, no período de Natal e Ano Novo, quando o serviço se intensificava, os empregados jantavam na casa dos proprietários: "vivia-se mais uma família, né". Essas descrições lembram as características da "empresa familiar" descritas no capítulo 2, e a manutenção dessas práticas por parte dos empresários produzia o efeito de atenuar demandas salariais.

Algumas formas de retribuições não-salariais pelo trabalho operário também podiam reforçar os laços pessoais entre os diversos membros do estabelecimento fabril. Na fábrica fora do perímetro urbano, quanto ao salário, "eles exploravam de fato", por outro lado "comer bem todo mundo comia" e "de vez em quando também davam um corte de fazenda, prá algum traje, coisa e tal" (operário da fábrica de manteiga). Noutra empresa, alimentos da granja dos proprietários eram servidos aos empregados:

Nós começava de manhã às 6 horas, lá no jornal, e às 8 horas nós tomava café. Vinha, eles tem uma granja aqui fora, vinha o leite, nós esquentava o leite, fervia o leite, a merenda nós levava de casa. Ai cada um tomava uma xícara de leite, né. [RW] Agora isso eles eram bom. E também fruta, que eles tinham bastante arvoredo lá fora, eles traziam; assim, de tarde, pruma merenda. Época de fruta, quando eles tinham também bastante. Claro, quando não tinha, eles não traziam (impressora 1).

Nos ambientes predominantemente masculinos não podia estar ausente a cerveja, paga, por exemplo, a trabalhadores que faziam o carregamento de vagões "de tardezinho", isto é, muitas vezes além do expediente normal. Situação mais curiosa era a de fábrica de máquinas, onde ocorria "três, quatro churrasco por semana", acompanhando a divisão temporal das tarefas: "Então cada fundição que saía era um churrasco e cada um.. quem quisesse tomar cerveja, tomava cerveja; [se] era guaraná, era guaraná. Quando tinha peça pronta assim" (moldador). Mais que anunciar que as firmas fabris tomariam a seu cargo a alimentação de seus operários, esses hábitos pareciam querer perpetuar um ambiente familiar nas fábricas. O único refeitório industrial de que se tem notícia, nesse período, foi construído pelo Frigorífico Serrano no final da década de quarenta.⁸⁶

Um outro tipo de benefício dispensado pelas empresas era relativo à moradia. Em geral, tratam-se de medidas pontuais: rapazes solteiros que "param" (moram ou apenas dormem) no próprio estabelecimento; trabalhador recém-casado que recebe casa para morar, sem cobrança de aluguel; gerente da fábrica de cal que reside com a família no pátio do estabelecimento, podendo também usufruir de lenha e

água. Nesse ponto também, o Frigorífico Serrano parece ser a única empresa que possuía uma "política habitacional" já naqueles anos. A moradia podia estar incluída no contrato de trabalho, quando se tratava de trabalhadores com posições-chave na indústria, como um encarregado das câmaras: "Tomou alugada a casa da A. N. por 60\$000 mensais, que conforme a oferta de emprego que lhe fora feita, deverá ser pago pela firma".⁸⁷ Para com os empregados mais antigos e permanentes, a prática passou a ser a de financiar a construção da casa com descontos parcelados no salário.⁸⁸ Para alguns entrevistados, isso significa "ganhar" a casa do Frigorífico; com outros, o vínculo era mais complexo, uma vez que a casa era construída nos terrenos da firma:

A. G.: Muito bom funcionário chefe das câmaras. Ao invés de dar lhe uma gratificação, convencionei que ele comprasse uma casa de madeira usada, a desmanchasse, e a montasse em qualquer parte do nosso terreno, por conta dele. Nós lhe adiantaremos o dinheiro para ele fazer a compra da casa - madeiramento - que ele pagará em prestações mensais de cem mil réis.⁸⁹

No final da década, já como Sociedade Anônima, a empresa resolve ser proprietária de residências para alojar seus empregados e em 1951, o conjunto dessas residências é denominado "Vila Operária".⁹⁰

Quando se analisa a atitude patronal vis-a-vis à relação dos empregados com as matérias-primas e os artigos da fábrica, emergem os limites que as relações capitalistas de trabalho acabam por impor ao "ambiente familiar". A tematização da apropriação de artigos da fábrica pelos empregados obrigatoriamente remete aos estudos de Peter Linebaugh (1983) sobre a criminalização de práticas, baseadas no costume, de apropriação pelos trabalhadores de sobras de materiais das manufaturas; a restrição legal dessas práticas costumeiras visava impedir que os trabalhadores tivessem outras formas de renda que não o salário monetário. Mas as comparações precisam ser examinadas com detalhe, pois, à primeira vista, os operários ijuienses apossavam-se de objetos de consumo ou, mais raramente, de comércio que não davam origem a uma microeconomia como a descrita por Linebaugh para a Inglaterra do século XVIII.

Em várias situações, as empresas explicitavam o caráter prioritariamente comercial dos artigos fabricados. Calçados defeituosos podiam ser doados para festas comunitárias ou vendidos a menor preço para os empregados. Salames rachados, que caíam da estante de cura, eram vendidos na venda do Frigorífico "por menos preço" e os couros de porcos, ainda que fossem uma mercadoria barata na época, estavam sujeitos ao controle da empresa: "*Couro de porco*: Chamo atenção que nossos empregados não podem fazer nenhum negócio para eles e sim somente para a firma onde ganham seu ordenado".⁹¹ Nas indústrias alimentícias, entretanto, o consumo de produtos durante o período de trabalho podia ser justificado como "merenda":

Comer a gente podia. Inclusive às vez tinha moças que moravam longe, traziam merenda, pegavam manteiga, pegavam leite, porque cozinham leite também. [RW] Isso podia, isso eles não... nesse caso não tinha problema. [RW] Bala comia, porque sobrava os restos, né, então aquilo. Chocolate também, vinha cada barrona grossa assim, a gente tirar um pedacinho e comer (caramelreira 1).

Nós às vez nem ia prá casa almoçar. Nós levava pão, meio-dia às vez, se chovia, aí nós se ia pro patrão e diz "óia, nós vamos pegar um pedaço de salame". "Podem pegar!" E nós fazia presunto sabe, então ele dizia [?] tirar lasca bem certinho prá não fazer buraco (operário da salamatia).

Era com a tolerância dos chefes de seção e com a cumplicidade dos colegas que os operários do Frigoríficos se nutriam com artigos produzidos, pois retalhos ou produtos defeituosos poderiam, de outra forma, ser reaproveitados ou vendidos com desconto:

Cedo a gente tirava aquelas formas, onde tava o presunto, [de] dentro da... geladeira lá, câmara fria, né. Então tirava aquele presunto fora, a tampa em cima. Então no lado da tampa, apertava aquela tampa em cima, que a carne quente às vez saía um pouco prá fora, assim né. Ceddo tinha que tirar isso e arrecortar, então dava aquele mundo de retalho. Eu tinha lá uma porção de gente; eu que não queria ser ruim... deixava eles comer (chefe da presuntaria).

Mas olha nós comia paio. Ainda mais se não tinha homem prá buscar lá no... onde fumaceiam lá. Então iam duas gurias, nós pegava uma padiola assim. Claro, que nós não ia carregar muito né, mas nós ia lá prá comer [rij]. Quentinho, quentinho, olha, era bom.

Então se nós era duas gurias, três, quatro ali. Ah nós, [se] tinha um pedaço caído, a gente limpava assim, daí quebrava no meio, "tu come um pedaço, eu outro". E assim ia, né (operária 2 da seção de banha).

Essa tolerância da empresa acabou por ser explicitada na autorização de comer "um pedacinho" na "hora da merenda" e anos depois salgados da indústria passaram a ser servidos no refeitório. O consentimento crescente do Frigorífico com relação à merenda, foi contrabalançado pelo aumento do controle sobre os empregados à saída do estabelecimento:

Agora últimos tempos diz que era ruim, minha nossa. Ai sim começaram cuidar. Mas também tem gente que se provalece, botavam nos bolsos, levavam junto prá casa (operária 2 da seção de banha).

Resolveu-se também exercer severa vigilância pacotes e cestas que na hora da largada o nosso pessoal costuma trazer da fábrica, contrário às ordens em vigor que proíbe isso. O V. J. e B. F. foram destacados para servirem de porteiros, exigindo, na saída do portão, a abertura de pacotes ou embrulhos que o pessoal trouxer da fábrica.⁹²

Também na fábrica de caramelos a permissividade para com o consumo de artigos acabava às portas do estabelecimento: "eles revisitavam os bolsos da gente, mesmo os guarda-pó, tudo. [...] Você não podia levar nem uma bala prá casa. Só se tu pedia, comprava" (caramelreira). A fábrica também verificava se os volumes de balas e amendoins deixados na residência dos trabalhadores (a domicílio) eram os mesmos que retornavam, pesando-os nos dois momentos, por isso era necessário mandar o amendoim "sujo e limpo de volta", isto é, "mandar a sujeira de volta, né" (embrulhadeira 2).

• Formas de pagamento

Tanto a unidade de tempo de trabalho que servia de base para a atribuição de um valor a este, quanto o período em que estes valores eram repassados, monetariamente, aos trabalhadores variavam de empresa a empresa e entre diferentes categorias de trabalhadores dentro de uma mesma empresa.

O cômputo do salário pelas horas trabalhadas era muito frequente, mas, aparentemente, não é característico de nenhum grupo de fábricas, pois aparece em indústrias de diferentes ramos, muitas vezes coexistindo ou se alternando com o pagamento de diárias para funções semelhantes. Também não era, necessariamente, peculiar a conjuntos de trabalhadores: na fundição tanto os "auxiliares" como os profissionais especializados tinham os seus salários registrados em hora. É no Frigorífico Serrano que os "horistas" constituíam um grupo distinto dos "mensalistas", como foi descrito anteriormente, podendo ser chamados de "diaristas", pois as horas trabalhadas eram registradas diariamente, como narrou o antigo apontador (ver cap. 2).⁹³ A despeito da afirmação de um entrevistado de que quando "veio essa lei [...] se tivesse serviço não tivesse era compromisso as 8 horas e o repouso remunerado" (sangrador), pagamentos "por hora" são encontrados até o final da década de 40.

Os pagamentos "por dia" também eram recorrentes, podendo ser convertidos em "por hora", e, em geral, coexistiam com as remunerações "por peça", atribuídas a outras atividades da mesma empresa. O pagamento em diárias não significava que se tratava de uma mão-de-obra flutuante, que aliás, não recebia a denominação de "diarista", como os horistas do frigorífico. Pela Folha de Pagamento de uma fábrica de calçados, confirma-se que a tendência era desses trabalhadores comparecerem ao trabalho o máximo de dias úteis por mês; de um operário do curtume, seção em que a remuneração era em diárias, que trabalhava "três dias, três dias não", foi dito que "dava trabalho" (chinelheiro). O pagamento por dia significava, certamente, que fins de semana e feriados não eram remunerados.

Considerando que essa forma de pagamento também consta nos documentos até, pelo menos, os últimos anos da década de quarenta, parece haver um descompasso entre a legislação trabalhista e a situação fabril jiuíense revelada pela pesquisa. Previsto pela Constituição de 1934, o salário mínimo é instituído por uma lei de 1936, regulamentados dois anos depois (Gomes, 1979, p. 299 e 304-306). José S. L. Lopes mostrou que nas usinas de açúcar, distantes das cidades, direitos trabalhistas relativos à jornada de trabalho e salário foram conquistados pela resistência dos operários frente à relutância dos usineiros em cumprí-los e referiu-se a esse período, posterior à promulgação, em 1943, da Consolidação das Leis Trabalhistas, como "conjuntura de transição em que implantava a CLT" (Lopes, 1978, p. 70-77).

O pagamento "por mês" existia praticamente em todas as firmas. Em pequenas fábricas ele podia aparecer mesclado com o pagamento por dia, qualquer que fosse a atividade desempenhada pelo operário. Nas firmas maiores, o salário mensal era privilégio dos chefes de seção; no Frigorífico, tornar-se mensalista significava passar a pertencer ao quadro de empregados mais permanentes, para o que era preciso gozar da confiança dos chefes: em 1941 um operário do Frigorífico foi convertido em diarista "visto suas continuas e não justificadas faltas no serviço".⁹⁴

A remuneração dos "empregados" ou o pagamento "por peça" ou "por tarefa" eram característicos, como foi visto nos capítulos anteriores, de algumas atividades em certos estabelecimentos, e essa forma de pagamento também é encontrada em notações de fichas de empregados admitidos no final da década de quarenta.⁹⁵ Como as tarefas remuneradas por peça dependiam da destreza do trabalhador e da automatização de seus movimentos manuais, podia-se acreditar que o salário percebido era de responsabilidade do trabalhador, desde que este se resignasse a adquirir a "prática"; para outros trabalhadores, os limites do rendimento humano e do retorno salarial do pagamento por peça estavam claros:

Quem não tem prática... Olha que fazer uma escova não é fácil. E ali a gente tinha que fazer a escova. [...] Acho que é o serviço mais custo-

so que tem, prá quem começa. [...] Tinha que fazer a peça e ganhar por dúzia. Quem era prático, ganhava um dinheirão! [operário da fábrica de escovas].

Ai até, quando eu comecei, então aprendi, eu caprichei né. Antes que ele [o instrutor] tava lá, eu já tava lá e quando ele saía eu tava lá metendo [pregos]. Em pouco tempo eu fazia bem o meu serviço, só não rendia né. Serviço, quando a gente não tem prática, não rende. Eu fazia o serviço tudo como... igual como ele, mas não rendia. E ele, como era empregado velho, bá, ele fazia dois, três par até que fiz um. A prática, né! Então, quando eu comecei por conta, eu fiz uns 10, 15 par por dia e os outros, esses véios, davam risadas. E eu quase matei trabalhando assim, prá fazer mais, né, ganhava por peça. Esse era um, ele fazia 30, 40 par. E eu trabalhava mais que ele e não consegui, porque não tinha a destreza né. Então os empregados, eles mesmo, eles me disseram, você vai trabalhar um ano assim, até que aumenta o serviço. E eu fiquei pensando "mais será mesmo? Isso não pode!" E de fato! depois dum ano de trabalho, mas trabalhando... Eu fiz até 12 horas, os patrão tinham que [me] mandar embora de noite. Eu queria ganhar mais, né. Eles ganhavam duas, três vezes mais e o mesmo serviço né. [...] Então de fato, depois de um ano eu comecei a aumentar, foi alto, aí foi subindo, foi 30, foi 40 por dia também. Mas só depois de trabalhar um ano. Isto é mais ou menos como um... aprender música. Sabe tocar tudo, mas não ligeiro, devagarzinho, né. Depois com a prática, aí começa correr, né. E assim era o serviço (tamanqueiro).

...então aqueles lá em cijmal, que trabalhavam no... selaria, chinelaria ali, tamanqueira, aqueles sempre tiveram mais porque trabalhavam por peça. Mas mesmo tinham que dá muito, trabalhar, meter muito... martelo ali prá conseguir também chegar num salário que... desse prá... [operário de curtume I].

"Assim era o serviço". Que descrição tão pessoal de um fenômeno que Marx já observara nos trabalhadores europeus do século passado:

Dado o salário por peça, é naturalmente interesse pessoal do trabalhador empregar sua força de trabalho o mais intensivamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade do traba-

lho. É também interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, a fim de aumentar seu salário diário ou semanal (Marx, p. 640).

Quanto ao período de pagamento pode-se dizer que a regra geral era que fosse mensal, inclusive essa era a forma prevista pelas folhas de pagamento padronizadas da época, pois sobre o "total do mês" incidiam os descontos do I.A.P.I. (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários) e, conjuntamente, da L.B.A. (Legião Brasileira de Assistência) e do Imposto de Guerra. Notações de "semanal" e "quinzenal" aparecem em alguns registros, associadas ao pagamento por hora, por dia ou por peça, mas certamente essas remunerações menos espaçadas tratavam-se de "adiantamentos" ao ordenado, previstos aliás pelas folhas de pagamentos. Pelas Atas do Frigorífico Serrano, vê-se que a empresa distinguia os adiantamentos ("vales") do pagamento quinzenal; contudo, na prática, o pagamento semanal ou quinzenal era a formalização do adiantamento salarial à mão-de-obra mais mal remunerada:

Também da mesma data em diante ficam abolidos os vales em caixa, para ninguém se fará adiantamentos. Todos terão de aguardar o fim do mês ou da quinzena para fazerem jus aos seus vencimentos. Somente em casos excepcionais, como sejam casos de doenças ou falecimentos, poderão ser feitos adiantamentos, com o visto do Diretor que nesse caso fica responsável pelos mesmos, e sempre mediante recibo selado e assinado pelo próprio favorecido.⁹⁶

Vales-adiantamento. Afim de regularizar de vez a questão de vales-adiantamentos, eliminando-os na medida do possível será o pagamento dos diaristas feito semanalmente. Quanto aos mensalistas da indústria, terão de dirigir-se ao Superintendente, que preencherá um vale com a importância desejada, cujo valor deverá ser liquidado em fim de mês.⁹⁷

A prática da concessão de vales, que certamente está associada ao baixo poder aquisitivo do salário, remete, novamente, ao universo das relações pessoais. Em outra grande empresa, a Livraria Serrano, também era comum a concessão de vales: "davam uma por mês, dia 15 davam vales" (encadernadora). Do proprietário da fábrica de cal

foi dito: "Se eles queriam um dinheirinho adiantado, pronto! Ele nunca faltou no dinheiro" (gerente da fábrica de cal). Além de adiantamentos moratórios, os funcionários do Serrano podiam ter o aval da firma para comprar "fiado" em lojas de confecções ou - o que gerou problemas que implicaram na suspensão da medida - no açougue da empresa:

resolveu-se abolir completamente e energeticamente com o sistema de vender no açougue para nosso pessoal mediante vales a serem descontados no fim do mês dos seus salários. Esse serviço causa grandes embaraços à administração da firma, além de dar margem a abusos, tendo acontecido de um retirar gêneros em nome de outrem, o qual, no fim do mês, alega não ter autorizado essa retirada etc. Também a lei trabalhista não permite descontos em folhas, sendo de rigor que o empregado no fim do mês receba seu ordenado integral. Quaisquer descontos, pois, que se fizer, só podem dar causa a embaraços...⁹⁸

Ao informar que já havia uma regulamentação legal desta matéria, o texto acima também diz que o "rigor" da lei trabalhista não era o fator determinante das práticas salariais da empresa.

O "ordenado muito baixo" já foi apontado como a causa da curta permanência de muitos operários nas fábricas em que eram admitidos. Efetivamente, uma alta porcentagem de trabalhadores ficava menos de um ano em alguns empregos, podendo retornar ao mesmo estabelecimento tempos depois.

É possível ver uma relação entre função, remuneração do trabalhador e permanência no estabelecimento. Assim, os operários mais antigos - alguns admitidos no início dos anos trinta, o que para muitas indústrias significa seu começo - se fixam em certas ocupações e posições, enquanto que muitos adventícios permanecem pouco tempo, sendo substituídos por outros. Pode-se supor, então, que essa população "nômade" fosse constituída por operários sem qualificações definidas e que buscavam colocações levando em conta a estabilidade no emprego e o valor da remuneração, além das condições de trabalho, como foi visto no capítulo 2. Considerando a variedade das formas de pagamento, existiam muitos critérios a serem ponderados

pelo trabalhador, no caso de haver opções de trabalho. É possível acompanhar algumas trajetórias, do ponto de vista salarial, através dos registros fabris disponíveis.

J. C. da Silva foi admitido no Frigorífico Serrano, com 25 anos, em 1º de agosto de 1944, recebendo, como magarefe, Cr\$ 1,50 por hora; saiu duas semanas depois, dia 15. No dia 17 entrou na fábrica de cal como operário a Cr\$ 300,00 mensais. Observe-se que para perfazer esse total no frigorífico ele precisaria trabalhar 8 horas por dia e 4 no sábado num mês de 31 dias, sem feriados, o que, na prática, era impossível, pois a demanda de horistas era irregular; exceto se ele aproveitasse o período de safra – era inverno – e trabalhasse nas madrugadas e nos serões. Mas ele não ficou nem um mês na caieira; a data de saída está anotada como 3 de setembro. Porém, dias antes, em 28 de agosto, ele já aparecia como operário da cervejaria, como voltava a trabalhar por Cr\$ 1,50/hora, talvez as condições de trabalho pesassem mais que a forma da remuneração para essa mudança. Aliás, ele deve ter feito um acerto com o empregador, pois a forma habitual de contratação era por diárias ou por mês; de qualquer maneira ele se retirou depois de dois meses, em outubro. Em novembro ele foi admitido em uma fábrica de calçados, provavelmente como auxiliar de curtume, recebendo Cr\$ 12,00 por dia, o que lhe dava a possibilidade, num mês de 26 dias úteis, de ganhar Cr\$ 312,00 mensalmente. Confirmando que o curtume não era um dos piores locais de trabalho, ele permaneceu ali por dois anos, até agosto de 1946.

A. de Lima também deixou de ser horista (Cr\$ 1,50) do matadouro do frigorífico em setembro de 1944 para ser operário mensalista (Cr\$ 300,00) da cervejaria. A. Fano, um estrangeiro da Bessarábia, fez o caminho inverno, mas trocou os Cr\$300,00 mensais da fábrica de bebidas, onde ficou de 15 de março a 30 de abril de 1945, pelo salário mensal do Frigorífico, onde foi admitido em 15 de maio, de Cr\$420,00 a partir de agosto do mesmo ano. Na ficha deste empregado há uma notação de saída datada de 1947.

Em algumas situações parece que o indivíduo ficava na dependência das ofertas de trabalho. De julho a agosto de 1942, A. Villanova, então com 29 anos, trabalhava por Cr\$ 1,00 a hora como magarefe

no frigorífico;⁹⁹ no ano seguinte, de janeiro a fevereiro, meses de verão em que o consumo de bebidas é alto, é operário da cervejaria, pago em diárias de Cr\$ 7,00; em abril volta ao frigorífico, quando a sua hora de trabalho já está Cr\$ 1,05, subindo para Cr\$ 1,25 em junho; em outubro se retira novamente; uma terceira ficha o dá como admitido em novembro de 1943 a Cr\$ 1,30 e numa quarta ele aparece ingressando como mensalista, em junho de 1944, com um salário de Cr\$ 370,00, continuando empregado até o final da década, pelo menos. Lembrando que a hora de trabalho dos magarefe em 1944 estava Cr\$ 1,50, é compreensível que esse último contrato de trabalho lhe fosse vantajoso.

Para as mulheres as opções não eram tão variadas e o valor de seu trabalho não deixava de ser influenciado por sua condição sexual. HI Adolf entrou na Livraria Serrana em abril de 1940, poucos dias antes de completar 18 anos, como operária, ganhando \$300 por hora;¹⁰⁰ ela retira-se em julho e em agosto entra no frigorífico como “operária, magarefe” a \$800/hora. Oitocentos réis era o valor padrão da hora de trabalho de uma operária adulta no frigorífico nesta época, abaixo, então dos novecentos ou um mil réis que os homens chegavam a ganhar. A solução de A. Sontag, que trabalhara de setembro a outubro de 1941 no estabelecimento, foi tornar-se carameleira na fábrica de balas, em março de 1942, por uma diária de 6\$400, equivalente portanto a 8 horas de uma magarefe.

• Aumentos e gratificações

As variadas formas de pagamento e de retribuições não-monetárias podiam diversificar na aparência vencimentos homoganeamente descritos como “baixo”. Um outro fator de diferenciação eram os aumentos individualizados, que constituem assunto tanto das condições como das relações de trabalho. Um dos modos pelos quais ocorria esse aumento personalizado era o empregado pressionar diretamente o patrão, solicitando-o, e há quem tenha associado essa forma de obter aumento salarial com a ausência de legislação sobre o assunto:

aquele tempo não tinha [?] da lei ainda. Cada um pedia e... se o patrão achasse que poderia dar, ele dava; e se ele achasse que não dava, não poderia dar, então não dava. Então o empregado se mandava, né (tipógrafo 2).

Mas é provável que o salário mínimo legal, quando aplicado, não tenha sustado as demandas salariais dos operários. Uma encadernadora, colega deste tipógrafo, disse que "nós só ganhava o salário, né; então quando vinha outro, então todo mundo ganhava o mesmo ordenado". Segundo ela, esse salário era "pouca coisa".

O argumento mais comum destas reivindicações estava baseado nas características da atividade desempenhada ou do executante, sendo que o segundo argumento era mais "convicente" quando havia oferta alternativa de outra empresa. Para o primeiro caso, o fato dos empregados entrarem um por um no escritório no dia do pagamento propiciava esse procedimento:

Nós fazia assim. Eu quando mudei de serviço, que eu vi que o meu serviço era mais... forçado, né... então esperei até o fim do mês, quando ia receber, então eu recebi o meu dinheiro, daí quem confortou me quem dava dando o dinheiro pra gente né, "está pouco... né, ordenado, isso, aquilo". Então, né, "é, nós vamos ver", diziam. Às vezes davam, às vezes também não. Ficavam por aquilo, né, até que a gente dava outra cutucada de novo (impressora 1; ver cap. 3).

Às vezes a gente pedia né. Às vezes conforme eu... Tinha ocasiões onde tinha firmas que me ofereceram mais pra mim; outra firma né, queriam que eu fosse trabalhar com eles. Ai claro, a gente então aproveitava a chance, né, diz "olha, tenho oferta prá tanto, né. O senhor que me ajudar, pagar um pouco mais, eu vou. Fico! Se não eu vou trabalhar com outro". Claro, isso são oportunidades que aparecem, mas então... nunca ele me deixou sair (chefe da tornearia em madeira).

Numa outra versão, o aumento individual era atribuído conforme o rendimento do trabalhador. Este tinha que caprichar, "fazer produção" e por isso se dizia que "na época cada um tinha que fazer o seu salário" ou que "antigamente o patrão fazia o salário", isto é, a correspondência entre a produtividade e a remuneração, tal como na defesa do pagamento por peça, era vista como algo natural, revelando uma determinada representação do trabalho:

O aumento de salário? Depende a vontade do camarada, né. Trabalho. Depende do rendimento do trabalho. [RW] Quase não se precisava pedir aumento. Aquele tempo não se precisava pedir aumento. Que a firma quando achava que, que o camarada merecia então eles aumentavam (montador de artefatos de madeira).

Ainda que em situações mais raras, esse sistema tinha o seu reverso perverso que era o de rebaixar o salário quando havia queda no rendimento, como aconteceu com a carameleira que retomou suas funções ainda debilitada pelo longo período em que esteve com tifo. Num outro caso, o rebaixamento do salário decorreu do rebaixamento de função: um empregado do Frigorífico teve seus vencimentos mensais reduzidos de 480\$000 para 400\$000 (referente a 10 horas, em maio de 1941) "por ter sido rebaixado de técnico de matadouro para operário-magarefe, visto não ter demonstrado o necessário aproveitamento nas funções que lhe estavam confiadas".¹⁰¹

As atas do Frigorífico Serrano mostram como eram implementados esses retornos, que eram, na verdade, prêmios à produtividade na forma de aumentos salariais:

Aumentos de salários: Só podem ser feitos por sugestão dos chefes de seção e do capataz geral sendo aprovado em definitivo pelo chefe da firma.¹⁰²

[...] ficou resolvido fazer-se uma elevação dos salários dos diversos mensalistas e horistas da fábrica, de acordo com o merecimento.¹⁰³

As mesmas atas mostram que os aumentos coletivos, que também existiam, estavam condicionados à contabilidade da empresa. Assim, em junho de 1943 foi registrada a instrução de que "este ano não se farão aumentos em salários do nosso pessoal. Todos terão de aguardar o ano que vem" e os generosos aumentos concedidos logo após a transformação da empresa em sociedade anônima só entraram em vigor na "entrada da safra".¹⁰⁴ Essa forma de aumento coletivo a reboque dos sucessos da empresa é confirmada numa entrevista:

[...] nós não conhecia... de chegar e pedir aumento pro patrão. Por que quando corria bem o ano, então lá se ganhava um aviso assim,

“óh, tu foi aumentado um centavo; vai ganhar, a partir de tal dia tu ganha um centavo mais”. Isso era um estímulo pros operários. Então todo mundo trabalhava mais (chefe das matanças).

Analisando-se as pressões coletivas por aumento, constata-se que elas manifestavam-se de modo diversos. Num extremo aparecem as “brigas”, que eram, na verdade, queixas de empregados mais velhos em dias de pagamento em fábricas onde as relações pessoais davam margem a tais manifestações. No outro estão as reivindicações dos operários mediadas pelo sindicato da categoria.¹⁰⁵ Considerando que não é raro o número de pessoas que alega que não existiam sindicatos àquela época, a atuação dessas entidades de classe, criadas, para os principais ramos industriais, em meados da década de trinta, não devia repercutir em boa parcela do proletariado ijuiense. As características do movimento sindical local não são objeto de análise deste estudo, que, por sua vez, pretende fornecer elementos para a compreensão do comportamento político-sindical dos trabalhadores ijuienses. Assim, interessa registrar nesse momento a forma coletiva de pleitear aumento intra-fábrica, que possivelmente era a mais usual. O procedimento era basicamente este: não recebendo os aumentos desejados, os operários de uma dada seção não compareciam ao trabalho durante alguns dias. É compreensível que fosse a seção ou unidade de produção que ensinasse a mobilização, seja porque a forma de remuneração variava de uma seção para outra, seja porque o processo de trabalho, a despeito da gradativa mecanização, ainda se ancorava na habilidade manual, adquirida na “lida”, de alguns trabalhadores. A menção a esse tipo de atitude surgiu um pouco por acaso em raras entrevistas e um estudo da atuação de classe desses operários não poderá deixar de recuperar essas experiências, que, aparentemente, eram mais comuns em seções que preparavam a matéria-prima para o restante da fábrica, como o curtime de uma fábrica de calçados ou o matadouro de um frigorífico.

As gratificações já foram escritas como benesses da empresa e poderiam ser assemelhadas aos aumentos por reconhecimento do bom desempenho do empregado. Mas, analisando-se o ponto de vista do capitalista – e aqui as atas do F. Serrano são uma fonte providencial – fica claro que os lucros da empresa é que norteariam tais medidas:

B. S.: Prometi lhe para o fim deste ano, se nada estragar por culpa sua, a gratificação de 10 contos, dez contos de réis.

Também não recebeu [o refinador] ainda a gratificação de um conto de réis que lhe prometi no ano de 1942, e a gratificação da confecção da banha de 1943. Tendo ele organizado o aparelho de encher banha e a banha bruta é merecedor de gratificação. Portanto deve dar se lhe uma nota promissória de 2.500,00 cruzeiros ao juro de 6%.¹⁰⁶

Conceder um mês de vencimentos a todos nossos empregados mensalistas sem faltas e que trabalharam o ano de 1945 em cheio, a título de gratificação pelos seus bons serviços prestados.

Também resolveu se conceder a gratificação de dez mil cruzeiros ao Superintendente B. S. e igual quantia ao mecânico chefe e refinador H. W., pelos bons serviços prestados a firma.¹⁰⁷

Pessoa!: Época de doenças e de recrutamento, vai acentuar-se cada vez mais a falta de braços. Por isso, não deixemos nenhum empregado prático sair de ns. [?] no período de safra. Façam-lhes aumentos, sem constar, gratificação que abonarão no fim de cada mês, e o que se pagará só em quanto a nos convier. Peça muita prudência nesse assunto.

Aumento Pessoal: O aumento que se tiver de fazer, para segurar nos práticos, deve ser feito em forma de gratificação no fim do mês, e só durante a safra cheia. Quando vier a safra seca devem cortar esse gratificação.¹⁰⁸

O último extrato mostra que mesmo em épocas de mercado de trabalho favorável ao operariado, a empresa agia de forma a garantir suas conveniências. As instruções deixam claro que os “bons serviços” eram mais valorizados pela direção da indústria quando executados nos meses de intensificação da produção e por operários, cuja atividade influenciava diretamente na qualidade do artigo; isso significa que havia uma parcela de trabalhadores, cujos serviços não produziam efeitos notáveis se executados com maior dedicação.

As gratificações ou abonos de Natal por "bons serviços" podiam ser registradas nas atas do "Serrano" como "presente"¹⁰⁹ e reconhecidas como tal pelos empregados: "No fim do ano nunca se deixava, todo tempo do seu Rosalvo, nunca deixou dele no Natal dar aquele presentinho de Natal; os encarregados de serviço ganhavam naquela época lá um mês de salário de gratificação" (chefe de matanças). Em fábricas menores, tais brindes natalinos podiam efetivamente tratar-se de presentes materiais, como cortes de vestido para moças.

A concessão de ações do Frigorífico, que contribui para cristalizar a reputação de humanitário de seu fundador, então Diretor Presidente, não eram um presente unilateral; em retorno, os operários precisavam manter o processo produtivo em bom funcionamento:

Também resolveu-se conceder uma ação da firma, como presente, a todos nossos bons empregados mensalistas que se acham em serviços ininterrupto a mais de três anos sendo que eles passarão a gozar desde já do lucro que essa ação lhes conferir, mas só entrarão de posse dela após decorridos mais de três anos da data de doação, se nesse interim se tiverem comportado bem.¹¹⁰

Outras empresas locais também concederam ações a empregados antigos, quando constituíram-se em sociedade anônima a partir dos anos cinqüenta.¹¹¹

Outra forma de incentivar a produtividade, evitando desperdício de matéria-prima, eram as comissões sobre a produção ou porcentagens nos lucros da firma, atribuídas a chefe de seção, que precisavam controlar os serviços de seus subordinados para obtê-las.

5. Relações de Trabalho

O relacionamento com os proprietários: a figura do patrão e a do capitalista

Certas relações entre patrões e empregados que aqui serão analisadas podiam efetivar-se devido à presença constante do proprietário – ou dos proprietários – da empresa no local de trabalho. Para compreender essa administração direta é preciso lembrar que a maior parte das fábricas foram instaladas com capital familiar e que nas empresas constituídas por um número limitado de sócios sempre havia um que trabalhava no estabelecimento; mesmo quando algumas destas firmas transformaram-se em sociedades anônimas, a maior parte das ações ficou em mãos dos ex-proprietários e seus parentes (Weber, 1987). Alguns proprietários trabalhavam, inclusive, diretamente na produção e em seções de trabalho relativamente árduo, como um curtume, o que é gabado por um antigo empregado; outros granjeavam a admiração dos operários por seus conhecimentos técnicos:

Porque tinha o próprio patrão, o seu W. aí, finado Geiss, [que] trabalhava. [O velho Geiss] fez 92 anos aí e sempre trabalhou. Nos últimos anos que não deixaram ele trabalhar, senão ele sempre trabalhava junto com os empregados. [...] Não ficavam sentado lá atrás numa mesinha com uniforme vermelho ou branco. Trabalhavam (operário de curtume 1).

E o velho Reimann, então vou te dizer, em fundição, torno, na mecânica [?] entendia mesmo (moldador).

Então aquilo... era tudo fundido no Fuchs... fabricado. [Por isso] que o Fuchs se fez, porque ele, ele era um homem inteligente. Inventava cada uma, estudava as [coisas] [ajudante de torneiro-mecânico].

Mas é compreensível que, com o aumento e modernização da empresa, o proprietário e seus familiares passassem a ser dedicar a setores como contabilidade, comercialização, contato com fornecedores e à supervisão geral.

"Homem muito bom", "muita boa gente", "alma muito boa", "sempre me dei com eles", "gente boa", "eles foram bons para mim" são respostas bastante frequentes quando os entrevistados são indagados sobre seu relacionamento com os antigos patrões. Isso, em parte, é justificável porque alguns entrevistados foram operários quando garotos ou então foram daqueles empregados de confiança que permaneceram muitos anos na fábrica, e também porque a pergunta é um tanto diretiva. Entretanto, as justificativas que acompanham as respostas, as contradições internas destas falas e a contraposição de opiniões diferentes sobre o mesmo patrão revelam matizes desta figura estereotipadamente definida como "boa".

Várias das lembranças situam no tratamento familiar o seu conteúdo positivo; retomando passagens já comentadas no capítulo anterior, tem-se a impressora que fala das merendas servidas durante intervalos de trabalho e a carameleira que relembra os jantares e presentes da época natalina. Outras tantas podem ser citadas:

[...] a gente tinha um relacionamento bom mesmo com eles; eles eram compreensivos também e sabiam tratar o pessoal. Principalmente o chefe, esse seu Ricardo. Seu Ricardo era jóia de criatura (empacotadora de banha).

É que eu nunca tive problema com seu Rosalvo. E a minha irmã até trabalhou na casa dele, era companheira da filha dele. E eles eram muito bons (operária 1 da seção de banha).

O Geiss foi uma firma muito boa, gente muito boa, muito justa, muito direita, não é como hoje. Lá era... gente de casa... gente boa... (operário de curtime 2).

Ah ele se dava muito bem bá, se dava muito com a família Löw. Mas se dava com família mesmo (esposa do laminador).

Como se pode deduzir de algumas narrativas acima e de outras, a acolhida do empregado podia adquirir contornos de amizade, com as relações se estendendo além das paredes do estabelecimento.¹¹² Ou então, essas pessoas muito próximas do patrão podiam ficar encarregadas de tarefas que expunham a segurança do estabelecimento, como as assumidas pelo adventista, responsável pela manutenção das máquinas de refrigeração do Frigorífico nos fins de semana (ver cap. 4): "Eu era lá sozinho, eu tinha as chaves; eu era de muita confiança" (refinador).

O sentimento de familiaridade tem seu apogeu na identificação do patrão com a figura paternal. Tratando-se de crianças, esse tipo de relação pode parecer até óbvia, mas é uma obviedade que tem que ser explicitada para marcar uma diferença com o tipo de tratamento que os menores recebiam em outros lugares do país, principalmente no setor têxtil (Pinheiro, Hall, p. 56, 112 e 124; Foot, Leonardi, p. 180) pois, mesmo em situações de reconhecida exploração salarial ("pagavam uma mixaria") e longa jornada de trabalho, não há registro de maus tratos em Ijuí:

Mas eles eram como pais, prá mim. Precisava uma coisa, dava um puxão de orelha, qualquer coisa ali, digamos né. Ai eles orientavam né. E a gente obedecia assim, como pai. E eram bons mesmo né. Se é uma coisa que eu não posso ter queixa nunca, durante todos esses anos que eu tive com eles lá é queixar que eles me maltratasse. Nunca... eles eram bons né. Gostavam da gente, a gente era quase assim como da casa, e tava na casa (operário da fábrica de manteiga).

Em uma empresa maior como Frigorífico, onde o contato com o chefe não era tão direto, a atitude paternal é reconhecida pelos benefícios concedidos aos operários, sejam auxílios em casos de necessidade, sejam oportunidades de lazer. A figura do proprietário do Frigorífico Serrano também despertava nos empregados um sentimento misto de temor, respeito e admiração:

que o Seu Rosalvo foi um homem muito humanitário, era nosso patrão, dono da firma, mas era um pai para nós. Precisávamos de qualquer coisa... (sangrador).

Fu ia trabalhar domingo, porque guardo o sábado, ele me dizia: "Hilde", ele me chamava de Hilde, "precisamos segurar isso, é o nosso sustento". Ele era uma pai para gente. Em 1º de Maio fazia churrasco para todos operários e para as famílias.

Mas o Scherer queria fazer uma grande coisa ali, ele queria uni tudo como um família. De noite chegar lá e orquestra de sopro tocar e brincar e conversar e [?] dançar também (refinador).

ah não, o Seu Rosalvo Scherer era um homem bom. Não dá prá se queixar dele não. Ele é assim, sabe [imita o andar]. [...] Mas ele era um homem possante, óia. [RW] Alto! E daí então ele vinha assim, com o peito prá fora, assim, com aquela pose. Ele chegava assim, se parava e olhava prá todo mundo, assim, não dava uma risadinha prá ninguém [rj]. Mas sério assim ele parava; de repente ele se ia prá outra seção. Daí já um cutucava o outro "óia o véio" (operária 2 da seção de banha).

Agora era um homem dinâmico, correto, e durão ele era. Uh! Ele pisava.. todo mundo tinha respeito por ele. Todo mundo tinha assim um respeito... era um... português bem claro, eles tinham medo dele, mas não era um medo dele ser uma pessoa ruim! Era a energia que ele [levava]. Com ele... a pessoa tinha que ser correta com ele e trabalhar. Mas nada fora do além. Ele era uma pessoa... muito bem quieta (chefe das matanças).

Em uma das raras descrições negativas desse industrial ("estúpido"; "nervoso"), o narrador ressalva "também, ele tinha muito em cima dele; todo esse Frigorífico, todos negócios por fora" (chefe da presuntaria).

Existem outras tantas práticas pontuais que podem ser caracterizadas como paternas: dar presente em dinheiro pelo nascimento do filho de uma antiga operária; buscar, na segunda-feira, operários presos na delegacia por "encrencas" de fim de semana; fazer crer aos empregados que ele, o patrão, podia enxergar "na cara" aquele que estava mentindo.

Em algumas situações o bom tratamento é associado ao desempenho do trabalhador em sua função e, em mais de uma passagem, a permanência num mesmo local de trabalho até a aposentadoria é atribuída ao reconhecimento e respeito com que o trabalhador era tratado por seus superiores:

Seu Rosalvo me queria bem. É, o dono da firma, me queria muito bem... considerava bá. Quando eu fui falar de sair, ficaram triste, porque eu dava uma produção de, de trabalho de selo, de selar e carimbar ali horror (operária 3 da seção de banha).

E daí eu cheguei lá, pedi um serviço e o patrão me deu. Naquele tempo eu era magrinho, fraquinho [?]. Então ele disse "ehh, esse não vai aguentar esse serviço". Mas eu trabalhei um mês, dois mês. Disse, "mas que homenzinho" ele disse, "nunca vi um homem trabalhador como esse; parece que é tão fraquinho e trabalha tanto". E com aquilo fiquei trinta ano e meio lá e, se não me engano, dez dias (gerente da fábrica de cal).

Também são frequentes as afirmações de entrevistados que atribuem ao próprio empregado a responsabilidade pelos problemas que surgem no seu relacionamento com os empregadores, ou, pelo menos, a possibilidade de evitá-los. A segunda informante, que ora dá razão ao empregado, ora à chefia, reflete a dubiedade com que eram vivenciadas as relações fabris:

Bem bom os patrão. Não tenho queixa deles. Agora depende né, tinha gente lá que não se dava muito mas também davam motivos né. Ou faltavam muito na serviço ou... Isso eles não gostavam a gente faltar no serviço (encadernadora).

P: E como é que eles eram? Com vocês, os patrões.

R: Eram bom assim. Só tu sabe, conversam... A guria que conversava... mas a gentetava enrolando igual! Era por quilo também né. As vez a conversa era um pouco demais né; eles tinham razão. Ele queria que trabalhasse né (embrulhadeira 2).

O ponto extremo dessa responsabilização do empregado é a idéia, repassada por octogenários que deixaram de ser operários fabris quando ainda eram trabalhadores ativos, de que "o empregado faz

o patrão", concepção que tem parentesco com a idéia de que o empregado faz o salário: "O bom empregado faz o bom patrão também né. Bom empregado faz bom patrão. Bom patrão, bom empregado" (confeiteiro).

Contudo, principalmente quando são descritas relações adstritas ao momento produtivo aparece uma outra faceta desses bons patrões. Nessa perspectiva, o processo de trabalho surge como um "locus" privilegiado de expressão das contradições que regem as relações capitalistas de produção, dada sua dupla natureza: de ser um processo, simultaneamente, de fabricação de mercadorias dotadas de utilidade social (valor de uso) e de produção de valor excedente (processo de valorização). No primeiro sentido, todas as sociedades produzem através de processos de trabalho, mas a característica específica do processo de produção capitalista é que nele a segunda domina a primeira, isto é, o processo de fabricação de mercadorias é apenas um meio para o processo de valorização ou de criação de valor excedente (Peireira, 1979, p. 20; Ribeiro, 1980, p. 20).

Um trabalhador de curtime que definiu o relacionamento com os patrões como "amistoso", alegando haver espaço para solicitar "alguma coisa" quando precisava, já contara (ver cap. 4) que não conseguia sair mais cedo nos sábados à tarde, porque o patrão não os dispensava enquanto não terminassem certas tarefas. A mesma narradora que elogiava a vida familiar no emprego, a despeito do baixo salário e das extrapolações de horário, afirmando também que "eles eram muito bons, se vivia muito bem lá", é a que teve seu salário reduzido quando estava em período de convalescença (ver cap. 4). Destes mesmos patrões, outras operárias, que ocupavam funções mais desqualificadas, lembram atitudes menos bondosas como gritos quando havia muita conversa, licenças para ir ao banheiro só com autorização do chefe e formas de vigilância bastante esdrúxulas:

Eles eram bem bruto mesmo, bá. Inclusive também [quem] tava ali, tinha que se cuidar lá, porque qualquer coisa que... ia prá rua. [RW] Tinha que se cuidar, porque tavam atrás da porta; muitas vez se escondiam atrás da porta, atrás das montanhas de lata. [RW] Prá cuidar a gente, prá ver se quando eles saíam, faziam de conta que saíam né.

e a gente parava de trabalhar então. Eles cuidavam né. E a gente já sabia isso, então a gente se cuidava né, prá não... (caramelleira 1).¹¹³

Um dos "muito bom", recebidos como resposta à pergunta sobre o relacionamento com o patrão, partiu de um trabalhador que tornara-se gerente do pequeno estabelecimento daquele e que complementou, talvez eximindo-se de fazer uma avaliação: "se fosse ruim eu não agüentava tantos anos, né". Na mesma entrevista, momentos depois, quando sua esposa lembra que "o velho era enérgico, era brabo" e que "a gente güentava porque ficava quieto", ele contrargumenta e, por fim, o casal registra os benefícios materiais concedidos pelo patrão. Outro operário, que fora foguista, referiu-se ao mesmo proprietário como "um homem muito brabo, assim; era mais ou menos tempo da escravidão".

Há pelo menos um caso, do qual só foi colhida uma versão, em que o excesso de dedicação ao serviço por parte do operário foi visto como uma ameaça ao patrão. Trata-se de um torneiro de peças de madeira que, enquanto fazia experimentos de torneação além do medida, foi trancado no estabelecimento pelo patrão. Considerando que essa atividade era um "ofício", as precauções do proprietário teriam algum fundamento; saindo da fábrica, o operário montou sua própria oficina e fez concorrência a seu antigo patrão: "A máquina que eu fiz... eu tirei o freguês... de fazer o casco de cuia... deles, porque eu fazia melhor do que eles" (torneiro em madeira).

Agora, o lado menos amigável dos industriais ijuenses os trabalhadores ficaram conhecendo quando reivindicaram direitos legalmente defensáveis. As situações mais trágicas passaram-se quando o trabalhador estava para desligar-se da firma e, portanto, em geral, fora do período aqui analisado, entretanto sua descrição é importante, pois os comentários positivos acerca dos patrões, feitos a despeito desses acontecimentos, torna a relação capitalista-operário ainda mais complexa aos olhos do pesquisador.

"Aquela época tava boa", principiou um entrevistado a tratar o tema, já anunciando eventos desagradáveis que tiveram lugar décadas

depois. Poucos anos antes dele se aposentar, a firma em que trabalhara mais de 30 anos encerrou suas atividades e ele concordou em receber sua vultosa indenização em ações na nova firma aberta sob outra razão social, com a promessa de que elas lhe seriam compradas de volta; com a falência desta nova firma, o acordo não foi cumprido e o desgosto foi tamanho que lhe provocou uma úlcera no estômago. Num outro caso, o narrador contou a transferência da firma para outra cidade no início da década de cinquenta, o não pagamento da indenização para os empregados que não aceitaram transferir-se, mesmo com ganho de causa na justiça do trabalho, para, então, arrematar "mas talvez nem convém contar".

O caso mais extremo de dubiedade na relação patrão/empregado é o de uma operária do Frigorífico que permeta sua narrativa dos problemas que ela e o pai tiveram que enfrentar ao aposentar-se, que inclusive causaram a esse último distúrbios cardíacos que o levaram à morte, com elogios e reconhecimentos ao chefe do estabelecimento:

[...] eu já estava passando do meu tempo de me aposentar e eles diziam que eu não tinha tempo de serviço.

Olha, para falar a verdade, ele era muito enérgico, mas se a pessoa andava na linha, ele era muito bom. É que eu nunca tive problema com seu Rosalvo. [...] Agora a única coisa que ele foi um pouco ruim... Uma coisa que ele fez muito errado foi quando ele, quando meu pai quis se aposentar, ele negou tempo de serviço. Isso foi a causa da morte do meu pai. E meu pai trabalhou anos ali e quando foi para se aposentar, ele negou tempo de serviço.

Um dia eu falei prá ele, "Seu Rosalvo, o Sr. fez uma grande injustiça com meu pai". E daí ele disse assim que ele tava arrependido de ter [feito isso]. Mas é que ele não tinha registrado meu pai na firma e faziam o pagamento tudo como mensalista e ele ia ter uma multa muito grande.

E assim, se eu precisava de dinheiro, sempre ele mandava [?]. Eu não posso me queixar.

Que quando eu me aposentei até o fiscal, o fiscal do sindicato queria que eu botasse ele na junta, pedindo [?] Eles me tapearam muito; mas eu pensei que ele tinham sido muito bons prá mim (operária 1 da seção de banha).

Concluindo, pode-se dizer que os primeiros industriais ijuienenses eram, em geral, pessoas amáveis, solícitas, que não negavam auxílio aos operários em situações difíceis, sujeitavam-se à dureza do processo de trabalho ao lado de seus empregados, mas, por outro lado, queriam determinar o valor do trabalho e a duração da jornada conforme suas conveniências, queriam que o ritmo produtivo seguisse um curso de forma a garantir a melhor produtividade para a empresa e, na eminência do operário deixar de ser seu empregado, a velha solicitude cessava de existir. Eram, portanto, então um misto de patrões paternos e empresários capitalistas.

Relações entre trabalhadores

• Diferenciações entre os trabalhadores

As diferenciações nascidas do processo e das condições de trabalho descritas nos outros capítulos estão sendo entendidas como componentes da textura das relações que se dão no próprio local de produção e que são permeadas por diferenciações de outra natureza, como a étnica, por exemplo. Partindo da fala dos trabalhadores, pode-se acompanhar as delimitações de categorias de operários desde aquelas que se esboçam com contornos tênues até as fixadas em registros empregatícios. Uma primeira distinção, bastante ampla, é a que separa os trabalhadores em geral daqueles que estão em posição de chefia, e talvez não seja fortuito que ela tenha sido enunciada por quem tenha ascendido a essa posição:

Sim, isso mais tarde então começou... a se fazer, se unir mais os empregados simples com os chefes, com os capatazes; então foi formada uma associação recreativa e a sede era em cima do escritório velho (chefe de matanças).

O empregado não sabe levar... Ele tem que trabalhar prá ficar... um chefe, vamos dizer. Ele não pode sempre ficar um simples empregado (chefe da presuntaria).

Na seqüência de sua fala, esse último narrador alega que a ascensão à chefia era uma possibilidade aberta a qualquer trabalhador e se isso não ocorria era por responsabilidade deste. A idéia de que a promoção na hierarquia funcional da fábrica era mérito do promovido deve ter contribuído para cristalizar algumas diferenças entre os operários:

E qualquer um pode fazer se ele tem a cabeça no lugar. Ele tem que ir prá frente! Lutar! Trabalhar. E no fim [?] "bom, isso é um bom homem [?], vou dar aquela seção prá ele lá". Então já ganha mais; já ganha o dobro, mais ainda, né. E assim a gente vai crescendo. Mas quem só faz o que a Sra. vai mandar, ele ainda faz mal feito... ou não quer trabalhar, esse sim tá na [merda] (chefe da presuntaria).

Bom, entrei como aprendiz [?]. Depois [subi] no torno e segui no torno. Eu tinha boa mão prá torrear, eu peguei muito fácil né, e... em poucos anos... Em três anos já era oficial! Eu já era profissional. E daí então eu assumi a tornearia do Schmidt (chefe da tornearia em madeira).

Afirmações como "depois aquela uma saiu, fiquei eu de gerente (caramelreira) ou "depois ele saiu e fiquei como encarregado da banha" (refinador) comprovam que a ascensão de certos trabalhadores a cargos de chefia dependia, em primeira instância, da necessidade das empresas de preencher seus quadros de pessoal. A relativa facilidade com que alguns operários assumiram postos superiores é devida, também, ao ingresso em firmas que estavam estruturando como empresas fabris (ver cap. 2). Contudo, há quem não tenha atribuído ao cargo de chefia um significado maior: "eu tinha a seção, meio chefe ali, mas... nunca vi vantagem nenhuma" (operário de curtume 1).

É oportuno avaliar as acepções que vocábulos como "operário", "ofício", "profissão" podiam assumir. Genericamente, operário significava trabalhador fabril ou, mais precisamente, o empregado alocado no setor produtivo de uma indústria. É esse o emprego do termo por um entrevistado que qualificou de "operário simples" sua condição de ajudante de construções (ver cap. 2), de "operário" sua atividade numa fábrica de transformação de manteiga e de "operários velhos" os empregados antigos e de confiança do Frigorífico. Mas, via de regra, "operário" era a designação do trabalhador não identificado por nenhuma ocupação específica. Isso pode ser constatado nos registros de empregados de diversas fábricas.

Nos arquivos do Frigorífico vê-se que alguns empregados ocupavam funções ímpares, como técnico em conservas, cortador de carne, foguista, etc.; mas a grande maioria aparece registrada como manegarefe, vocábulo em geral acompanhado de complementos como operário(a) ou tarefeiro(a). Que esses termos designavam a mão de obra de fácil reposição é confirmado por uma ata da empresa onde os diaristas são chamadas de "operários" e distinguidos dos mensalistas.¹⁴ Nas fichas da Livraria Serrana, a denominação só aparece no gênero feminino e o fato das mulheres serem, na sua maior parte, admitidas como "operária" ou "auxiliar", enquanto os homens o eram como "aprendiz" foi analisado no capítulo 3 como um fator que permitia aos homens adquirirem melhores qualificações na empresa. Nas escassas informações encontradas em um livro de registros, que sobrou do processo de falência de uma fábrica de artefatos de madeira, o termo operário só aparece uma vez, quando é admitida, em 1946, uma moça de 14 anos, com as seguintes notações: "categoria: operária"; "função: auxiliar".¹⁵

Nas fábricas menores, excetuando-se o profissional responsável pela produção do artigo em função do qual existe o estabelecimento (cervejeiro, fabricante de sabão, torrador de café, oleiro), os outros trabalhadores ou já eram ou passaram a ser denominados predominantemente "operários". Na cervejaria, de "comerciário" esses trabalhadores passaram a ser registrados como "ajudante" e, em 1942, "lavador de garrafas" e, principalmente, "operário". Nas unidades

produtivas da família Michaelson, as primeiras anotações dos registros trazem variações como "ajudante de...", "jornaleiro ou "operário na fábrica de telhas", mas na década quarenta o termo "operário" torna-se mais comum.

Na lista nominal dos sócios fundadores do "Sindicato dos Empregados do Commercio e Industria da Cidade de Juiz", operário(a) é uma profissão que aparece listada junto com outras como carpinteiro, pedreiro, funileiro, mecânico, tipógrafo, etc. e refere-se principalmente a empregados de suíno-indústrias, empresas de maior porte da cidade na década de trinta.¹¹⁶

Classificando os trabalhadores conforme a função desempenhada, têm-se em oposição aos "operários", aqueles que possuíam ocupações definidas e importantes:

Olha assim de.. de, trabalhador, como era naquela época, era considerado magarefe. Era magarefe; depois passou prá indústriário. [...] Eu não... não, nunca era um trabalhador magarefe assim, sabe. Eu, eu sempre tinha, como apontador eu era um... como eu vou dizer, eu era um pouquinho grau mais do que os outros. Eu nunca fui um simples trabalhador (chefe das matanças).

H. W.: Técnico bom, exemplar operário, homem de maior responsabilidade dentro da fábrica. Entretanto, ganha menos do que simples operários. Fica aumentado deste mês de junho em diante em cem cruzeiros por mês.¹¹⁷

Em outros estabelecimentos, principalmente naqueles que evoluíram de antigas oficinas, essa demarcação relativa à função era definida pela aquisição ou não de uma "profissão". Há uma equivalência entre os termos "ofício" e "profissão" na fala dos entrevistados: podia-se aprender o ofício de torneiro e podia-se aprender a profissão de tornear: havia o ofício de tipógrafo ou profissão de tipógrafo. Mas há muitas evidências de que o termo "profissão" foi açambarcando o significado de "ofício" ao mesmo tempo que este caía em desuso. Uma das características deste mantida por aquela foi a do tempo de aprendizado não-remunerado, conforme viu-se no capítulo 2, e deve ser por este motivo que o vocábulo "aprendiz", pertencente à mesma taxinomia

que "ofício" e "oficial", permanece mais tempo em uso, acompanhando "profissão"; mas, nos registros de estabelecimentos nos quais estas categorias eram empregadas (fábrica de máquinas; fábrica de calçados), é bem visível que o termo "aprendiz" foi substituído paulatinamente por "ajudante" ou "auxiliar" no início da década de quarenta.

O significado de ter uma profissão – ou ofício – é descrito de uma forma breve e clara por alguém que não a possuía, por um "auxiliar": "Eu fazia tudo que era serviço; eu era ajudante! Eu não tinha ofício... Ajudava a fazer tudo que é serviço que eles queriam, que eles mandavam, lá, fazia" (auxiliar de fundição). Um colega deste trabalhador, por sua vez, diz que entrou na firma para "aprender profissão", no caso, torneiro-mecânico. Assim, profissão é uma atividade específica que exige de seu possuidor aquisição de conhecimentos e tempo de experiência.¹¹⁸ Nesse contexto, é interessante examinar os sentidos que a palavra "profissional" pode adquirir. Inicialmente, profissional é o substantivo que designa o indivíduo habilitado para exercer determinada atividade; com esse significado o termo apareceu em citações como "profissionalmente não tinha ninguém", "em 3 anos eu já era oficial! eu já era profissional". Entretanto, quando o indivíduo executava trabalhos, dentro de sua profissão, que o destacavam de seus colegas, a denominação passa a ser um adjetivo, um elogio, como na menção do moldador ao torneiro-mecânico que torneava pistões de automóveis como ninguém e que por isso era "um baita* dum... torneiro, profissional".

Podia-se ter uma profissão, um ofício, executando-se uma atividade parcial componente da fabricação de um certo produto (um lustrador numa fábrica de móveis; um fresador ou um laminador numa fábrica de máquinas; o operador de lastros e chaminés numa fábrica de camas e fogões de ferro), mas são as ocupações em que o trabalhador produz peças acabadas ou semi-acabadas que garantem as profissões que possibilitam a instalação autônoma e que permitem o reconhecimento como um "baita" profissional e até, no limite, como um "artista":

Lá, no centro, ali, da praça... uma [bomba]. Tá em 8 partes. Mas todo mundo ficou apavorado como é que eu fiz. Eu fiz coisa ai de artista. Eu fiz uma peça de cilindro de motor [estacionário] também. Ali foi que eu alevantei, quando eu fiz a fundição (moldador).¹¹⁹

• O relacionamento entre os trabalhadores: colegas e chefes

Lembranças agradáveis também estão presentes quando os entrevistados falam de antigos capatazes ou chefes de seções, como a empacotadora de banha que lembra que "eles eram tudo muito assim legal com a gente". "Ele era muito bom" é uma afirmação que segue a descrição da tolerância de um chefe de seção ante o consumo de artigos alimentícios por parte dos operários. É preciso lembrar que, no Frigorífico, esses encarregados tinham uma margem de poder para dispensar essas regalias (ver cap. 4). Por outro lado, referências negativas dos capatazes são proporcionalmente bem mais recorrentes que as feitas aos patrões: "Essa aqui era a nossa capataz. Esta aqui [aponta numa foto], essa velha aqui. Isso era ruim! Deus o livre. Nós tinha um ódio dela que nem sei" (impressora). A justificativa que a narradora consegue levantar para a ruindade da chefe de seção é que ela era "puxa-saco do patrão", esperando obter vantagens para si.

As práticas de concessão de aumento e gratificações, descritas no capítulo anterior, podem servir para esclarecer porque muitas destas lembranças negativas reportam-se ao desenrolar do processo produtivo. Por exemplo, na refinaria de banha do Frigorífico os trabalhadores tinham que ser executados nos minutos em que a banha se solidificava e, a julgar pelas gratificações que lhe eram concedidas (ver cap. 4), ao refinador cabia evitar perdas de matéria-prima, o que podia levá-lo a ter atitudes pouco simpáticas no ponto de vista de seus subordinados. Assim, um operário da seção de banha descreveu seu chefe como "ruim", "mal-educado" e "bruto"; anos depois esse operário tornou-se refinador e, no exercício da função, segundo uma outra operária, era "muito estúpido" (ver abaixo). Ao tomar a narrativa deste segundo

refinador sobre sua própria atuação, vê-se que, aquilo que para os operários podia parecer brutalidade, para ele era a natureza de sua função:

... Mas eu trabalhei 33 anos ali, eu gostei de trabalhar lá. Eu já está, desde 69 eu tou aposentado, mas até hoje às vezes eu sonho ainda do Frigorífico. Eu faço barulho ali, "abre lá! [fala alto e noutro tom]; olha tá te derramando! fecha ali homem!" É o homem que tava no meu lado, né; [?] empenhado naquele serviço. [...] Porque um dia, todo o meu tempo, era um dia só, nós recebemos, eu puxei, da cozinha para a refinaria 25 mil quilos de banha, foi frito no Frigorífico Serrano num dia só! (refinador).

Nos dois extratos abaixo o narrador está comentando aspectos das atividades do matadouro e fornece outras ilustrações da dureza de um capataz na execução de seus encargos, entre os quais estava o controle da atividade dos magarefes:

[...] e com os capataz a gente sempre procurou ter um bom relacionamento. Tinha às vez divergência, porque às vez alguém não se entendia muito bem; e é um serviço muito, como se diz, meio violento, meio agitado. Então às vez a pessoa já tá um pouquinho... então já às vez alguma divergência mas a maioria dos casos era um relacionamento muito bom, dentro da firma. E quando saia da firma estávamos juntos, fazia festinha, com o capataz, como todo amigo, né.

Meio duro [o chefe do matadouro], sabe, meio duro. Por exemplo, ali... o sujeito pudesse, não pudesse fazer alguma coisa, tinha que poder. Era assim meio... tesco; bastante meio, como é que se diz, comparando, meio ditador, assim meio, pessoa meio... muito autoritária e... meio grão: "Tem que ser, e assim, assim. Tem que fazer!". "Mas agora tou.. com problema". "Não, não, tem que ir!". "Hoje não posso me molhar, tou gripado". "Não, tem que ir, se não vai pro médico, pro hospital". Então tinha esse problema com ele, que acontecia... (sangrador).

Por sua vez, trabalhadores que tornaram-se chefes de seção apontam os problemas que a relação com os empregados poderia

trazer para quem ocupasse o cargo: "É que tem... diversos tipos de empregado. Então alguns não reconheciam isso. [Se] a gente reclamava alguma coisa, ficavam brabos. Ai [?]] problemas" (chefe da chinelaria). Por outro lado, os próprios trabalhadores responsabilizam, muitas vezes indiretamente, seus antigos colegas pelos conflitos com os chefes de seção, de forma semelhante ao descrito sobre a relação com os patrões: "Muito estúpido! Só comigo ele não... Teve poucos arranca-rabo, como diz, porque eu nunca dei motivo sempre gostavam de mim [...] Eu sempre cuidei do meu serviço, nunca dei motivo nenhum" (operária 1 da seção de banha).

Responsáveis pela produtividade do processo de trabalho e detentores de apenas uma pequena parcela do poder empresarial que lhes permitisse manusear favorecimentos com relação aos seus subordinados, é compreensível que os capatazes fossem menos elogiados por estes que seus superiores, os proprietários dos estabelecimentos.

A resposta mais imediata do entrevistado à indagação sobre o seu relacionamento com seus colegas é semelhante à descrição resumida do relacionamento dos operários com patrões e chefes de seção: "mas tudo se dava bem; ali não tinha..." (moldador); "Tudo se dava bem... até tiremos uns foto" (embrulhadeira 1); "os colegas muito bacana; tudo se dava bem, né; não tinha problema" (operário da salamarina); "meu pai se dava bem com eles; ali eles também se davam bem" (empacotadora de banha); "àquela época todo mundo se dava; tanto os empregado, como o patrão" (chineleiro). Aqui também a metáfora usada para definir o bem-estar experimentado na convivência com os colegas é a da "família" ou, mais precisamente, a da "irmandade":

Se davam o que, tudo trabalhava ali junto, né [?] Aquilo era mesmo como uma irmandade [r]. Meus irmãos às vezes não se dão tanto como a gente (auxiliar de fundição).

Parecia uma irmandade tudo: tudo conhecido, brincadeiras de turma [?]] (capataz de laminadora).

Era, tudo era normal, tudo era uma família só. Tudo era muito unido. Naquele tempo não tinha esse... constrangimento, nem com um, nem com outro, tudo era uma coisa só (gerente da fábrica de pentes).

Não há dúvidas que certas práticas das empresas, como fornecer merendas, construir associação recreativa, realizar churrascos, etc., ensejavam oportunidades para que se desenvolvessem laços de fraternidade entre os empregados. Do lado dos operários, os laços familiares eram transportados para a empresa ou ali constituídos, por que vários membros de mesmo núcleo familiar e seus parentes eram admitidos numa mesma fábrica, como foi visto no capítulo 2, e porque havia casamentos entre operários. Entretanto, em alguns casos, a solidariedade entre os operários nascia da resistência à vigilância patronal:

Nós era um grupinho assim junto, né. Eu era, a D^a E., a R., aquela ali, do S., e mais umas outras. Nós então éramos um grupinho, a gente cuidava então né. Porque dentro também duma firma sempre tem uns grupinhos, né, que se... então nós se cuidava né (carameleira 1).
Nós tinha que se cuidar [em tom de confissão], né. Tinha que se cuidar. Frente do patrão não dava prá comer. Mas um empregado não entregava o outro, que todos faziam (operária 2 da seção de banha).

Algumas das descrições da harmonia "familiar" deixam entrever os problemas que potencialmente poderiam ocorrer: desavenças entre colegas; desigualdades entre operários; descompasso de produtividade ("todo mundo trabalhava de acordo, né"), que poderia ser mais danoso quando o pagamento era por peça ("tudo foi normal, cada um ganhou o seu"); preconceitos étnicos ("tinha né; brasileiro mesmo, né. Brasileiro de... tinha toda, não tinha problema"). Alguns entrevistados registram a existência de problemas entre trabalhadores na qualidade de rugas próprias da convivência dos indivíduos: "às vez também dava... uns não se dava com outro, mas assim... como acontece em toda a parte" (encadernadora).

Outros, no entanto, descrevem disputas cujo motivo é o próprio trabalho. Um torneiro-mecânico comentou seus incômodos com um ajustador que não assumia a responsabilidade pelas peças defeituosas (ver cap. 3), acrescentando que este colega "era um puxa-saco". Afirmações deste gênero, de que o colega molestador tinha espaço

junto à chefia, são recorrentes. Uma carameleira não suportou a "perseguição" de um antigo confeitiro, que retornou ao estabelecimento e estava "combinado com velho [o proprietário]", e retirou-se da fábrica:

Ele tinha estado ali e foi embora prá P. F., parece. Depois ele voltou, foi bem na época que eu não estava ali. Daí ele ficou no meu lugar, fazia os dois serviços; mas depois ele continuava, eu cheguei e ele não... quis me entregar... a rapadura (carameleira 2).

Dentre as embrulhadeiras também poderia haver umas que provocassem a antipatia de suas colegas: "Uh, aquilo queria enrolar elas.. os melhor tudo prá eles" (embrulhadeira 2). De um outro ângulo da questão, uma operária do Frigorífico sentia-se injustificada porque o reconhecimento de seu trabalho e seu tempo de serviço pelo chefe de seção era encarado com ironia por parte das colegas:

Aqui, sabe que... sempre tinha uma coisa ou outra assim...intriga. Tinha um funcionário quetava mais.. protegido, qualquer coisa assim, que o chefe de seção achava que o serviço daquele tava melhor, aquele então era [?] ofensa pro outro [?]. Comigo mesmo, quantas vezes falaram que... eu era a empregada mais velha que tinha, das mulheres eu era a mais velha. Então eu não ia em seção fria.

.....
Minhas colegas mesmo dizem "Ah, é, essa é protegida". Não é! É porque eu era a mais velha (operária 1 da seção de banha).

Convém lembrar que os aumentos, gratificações e promoções individualizadas de acordo com o desempenho do trabalhador tinham o efeito de alinhar o empregado com a chefia da empresa.

No que tange à desigualdade de tratamento dos empregados, é preciso anotar preconceitos étnicos repassados pelos próprios trabalhadores: "Nós tínhamos lá, no tempo do Rosalvo Scherer, tinha muitos estrangeiros, porque era, ele preferia só [uns], porque eles obedeciam mais. Mas também tinha gente bem preta lá também" (refinador; estrangeiro). Outro exemplo é a referência às "brasileirinhas" que chegavam mais tarde na fábrica de caramelos (ver cap. 4).

Os operários e a empresa: momentos de confronto

Não existem muitas notícias sobre situações em que as relações de trabalho consentidas pelos patrões fossem rompidas ou reestruturadas pela ação dos trabalhadores em momentos que poderiam denominar de enfrentamentos à autoridade patronal. Talvez porque essa situações efetivamente não fossem muito frequentes. É sobre um evento dessa natureza, entretanto, que constata-se uma diferença entre a narrativa do entrevistado e o registro do documento escrito. Nos arquivos de uma empresa foi encontrado um esboço de carta ao Juiz de Direito, datada de agosto de 1953, denunciando o comportamento de um empregado nos seguintes termos: "deixou de trabalhar em nossa fábrica desde o dia 10 do corrente, pleiteando aumento de salário por meios não legais e não dignos, instigando ainda outros empregados a aderir uma greve"¹²⁰ Na entrevista de mais ou menos uma hora, o dito empregado não mencionou o acontecimento que deu origem ao texto acima, afirmando inclusive que sua saída da firma em 1956, devido a uma melhor oferta de emprego, foi lamentada pelo proprietário da fábrica. Talvez o episódio não tenha tido maiores consequências ou faltou ao entrevistado oportunidade para comentá-lo. De qualquer forma o descompasso entre os registros - da memória e do documento - nos permite dizer que os casos analisados abaixo não são exceções, mas exemplos disponíveis.

Uma forma de solapar a autoridade do patrão é subtrair se a ela. Essas atitudes dependem muito da situação pessoal do indivíduo e do mercado de trabalho. Veja-se o contexto de rupturas desse gênero:

E daí...tinha uma cara que eu não topava, o tal de, que era sócio. Aí ele começou... dizer "não precisa pensar que aqui é Ijuí, aqui quem manda sou eu". Diz, "olha, tu não vai mandar nada comigo", digo. Aí eu, eu nem disse nada prá ele. Aprontei minha mochila e o caminho vinha de lá e eu embarquei, vim embora e não fui mais (contramestre da seção de colagem).¹²¹

Eu fiquei poucos dias porque o véio F. ... Eu cheguei de manhã, lá, prá fazer meu serviço. Mas tinha, tinha que chegar no turno, porque nós tava queimando cal, então se trabalha 24 horas, 3 turnos. Então cheguei de manhã, 7 horas lá e não, não tava.. tinha que esperar prá 8 horas, sai aquele prá eu entrar. Ai cheguei lá fora, sentei na pedra. E passa o véio F., veio de casa aí pelos fundos, passa lá e foi lá dizer pro véio Kelm, o véio Kelm que era o chefe lá, perguntou pro véio Kelm, pai do Traugt, "que que esse polaco tá sentado lá, porque que esse polaco tá sentado lá, não tá trabalhando". E ele veio me contar isso aí. Foi só prá mim. Já nem, nem entrei mais naquele turno (foguista).

Observe-se o termo "polaco", empregado pejorativamente pelo patrão, aludindo ao preconceito de que os poloneses, ao contrário dos alemães - grupo étnico do narrador e do patrão -, não são afeitos ao trabalho. Esse trabalhador já havia se retirado de outro emprego anteriormente, não sem antes expor seu patrão ao ridículo. Observe-se que ele atribui a características de sua personalidade o impulso que o leva ao rompimento:

Sai de lá. Não, eu quando era mais novo, eu não... Prá mim não tinha gre gre prá dizer Gregório. É upa e tá! O véio G. vinha lá e tinha costume de tá.. tá rezinhando e.. né. "Ah isso aí não tá bom, porque tem que ser assim". Ah, um dia chegou lá, eu já tava me incomodando, um arroz muito ruim. Então arroz ruim não rende, não descasca direito. Joga tudo junto e não descasca, não dá o rendimento. "Mas tá muito ruim, isso aí, porque essa máquina.." [fala imitando] [?] foi embora. [?] veio de novo. Digo, "seu B., isso aqui é um arroz inferior, um arroz muito ruim; ele não dá rendimento". "Não, mas [?] tem que dar, porque essa máquina eu comprei por, prá dá um rendimento de 100 saco por dia, não sei o quê". Pois bem [?] "escuta Seu B., nunca lhe mandaram?". Ele ainda me olhou bem assim, diz "não". "Então o Sr. vai agora". Peguei meu casaco, fui embora (encarregado do descascador de arroz).

Que esse imigrante russo descendente de alemães que migraram prá Rússia, cujo pai desertara do exército alocado na Sibéria e depois fugira com a família do avanço comunista no sul da Rússia, e que veio a Ijuí escapando de perseguições aos alemães no início da 2ª

Guerra, tivesse predisposições a rejeitar situações opressivas é compreensível. Mas, no contexto ijuiense, o mercado de trabalho favorável também contribuiu para que ele não precisasse dizer "gre gre":

P: Mas arranjou emprego fácil? Outro?

R: Ahh, isso aquele tempo tavam procurando. Pois eu larguei a meia tarde lá, no outro dia de manhã já peguei no Frigorífico (encarregado do descascador de arroz).

Em uma outra situação, em que uma trabalhadora afronta indiretamente o patrão, a possibilidade de sua exclusão da empresa não aparece como uma decisão dela mesma, pois ela precisava do emprego, mas como uma reação do patrão às suas palavras:

Um dia ele me chamou lá prá acertar e falou que ia descontando aos poucos. Eu falei "o Sr. tinha me prometido a casa, mas se mudou de idéia tudo bem; mas eu pago que é melhor, não lhe fico devendo obrigação. Pois olha seu Rosalvo, eu sou mulher, mas minha palavra é um tiro, eu cumprio, mesmo que seja ruim prá mim". "A Sra. tá dizendo que eu não tenho palavra?" "Se o chapéu lhe serviu, [?]. O Sr. é bem capaz disso, depois do [que] fez para o meu pai... Mas pago com prazer, para não dever obrigação". O B. falou prá eu ficar em casa, tomar um chá, ele tava com medo que eu fosse despedida. O Seu Rosalvo disse prá eu ficar em casa de tarde. Falei prá minha mãe, "briguei com o velho Scherer, acho que vão me despedir". Noutro dia fui trabalhar, disse prá minha mãe, "pode esperar, que eu já tou de volta". Fui lá, bati meu ponto e ninguém tocou no assunto. Mas ficaram descontando a casa: paguei tudo (operária 2 da seção de banha).

Realmente, a exclusão, ainda que temporária, era um recurso patronal ante procedimentos dos trabalhadores considerados prejudiciais aos interesses da firma. Na ficha de outro operário do Serrano foi encontrada a observação de que "por insubordinação foi suspenso 3 dias úteis, de acordo com a lei 62, de 5.06.35, art. 5º alinea f".¹²²

O Frigorífico Serrano já forneceu exemplos de pressões coletivas por aumento; é dali também, mais precisamente do matadouro, que chega uma notícia de união dos operários contra a hierarquia de poderes vigentes na empresa. Num ata de 1940 apareceu seguinte registro:

Insatisfação dos Empregados. Diante a notícia que Florisbal Andrade seria demitido, os operários do matadouro convidam-me para uma reunião após o serviço da tarde; na mesma me comunicam que se Florisbal perdesse o seu emprego, eles, cuja causa comum entendem tenha Florisbal defendido, se afastavam da firma; mostrei ao pessoal o errado de sua atitude, porém estando os operários firmes em sua atitude, propus-lhes a volta e continuação pacífica do trabalho, o que aceitaram contra minha promessa de eu me empenhar junto ao chefe, para que seu companheiro Florisbal não ficasse desempregado. Tal pretendo cumprir.¹²³

Quem era Florisbal e qual a causa comum por ele defendida? Florisbal era um líder sindical que no Frigorífico ocupava a função de chefe-geral, sendo muito bem quisto pelos empregados, "inclusive ele era mais de cá do que de lá": "Eu quero dizer mais prá cá, porque ele era mais [?] trabalhadores. Ele tinha mais ligação com o trabalhador. Ele era um elemento assim que ele tava... após o serviço, ele estava nos visitando" (sangrador). Com Florisbal é que os operários do matadouro foram se queixar do "carrasquismo" do chefe do matadouro: "olha, nós tamo sendo perseguido, tamo sendo judiado". O capataz-geral foi então chamar a atenção deste chefe de seção, mas este reagiu. Florisbal resolveu então tirá-lo "meio na marra":

Ele combinou, fez uma campanha na casa dos funcio, trabalhadores como nós, à noite ele fez uma campanha. Diz "amanhã na hora do café, quando gritar 'tu sai não volta mais', vocês avançam e arrancam". E foi justamente o que nós fizemos. Pedido por ele! Ele era o chefe geral (sangrador).

Florisbal Andrade permaneceu na empresa, o que significa que esta teve que, de alguma forma, se adequar às pretensões de seus empregados. Esse evento – segundo o narrador houve "outros tantos casos" – mostra uma outra forma de se articularem as relações entre operários, chefe de seção e patrões. Também vem corroborar a afirmação de Maria C. Paoli (1987, p. 97) de que nos anos 30 e 40 a fábrica era o espaço da história do movimento operário.

Epílogo

O estudo exposto nos capítulos precedentes não deixou de cumprir um dos objetivos do projeto que lhe deu origem, qual seja, fornecer dados econômicos e sociais sobre o processo de industrialização brasileiro e aduziu argumentos para teorias que atribuem à força de trabalho um determinado papel nesse processo. Muitos dos, ainda que não todos, fatores que teriam viabilizado a indústria brasileira segundo Maria Célia Paoli (1987, p. 70-71) podem ser constatados em Ijuí: exploração extensiva do sobretrabalho (as longas jornadas); desorganização do trabalho coletivo, fazendo a produção depender da disciplina sobre o trabalhador; polivalência do trabalhador dito não-especializado, mal pago e utilizado sempre que possível; "dependência do saber operário sobre a máquinas, indispensável nos postos-chaves do processo de produção e aos quais não se permite a menor falha, ganhando-lhes sua permanência e sua perfeição (casa, assistência médica, melhor remuneração por comparação aos outros)"; etc. Por estar operando em bases precárias, no que se refere a equipamentos, maquinário e organização fabril, a industrialização dependia de formas combinadas de exploração da força de trabalho.

As condições da industrialização ijuicense – ainda que esta não convivesse com uma matriz escravocrata da noção de trabalho – vêm confirmar uma outra proposição da autora, a da "visível 'heterogeneidade' da classe operária em formação, o caráter particular e concreto das relações de dominação":

Heterogeneidade nas experiências de proletarianização, vindas de processos de trabalho muito distintos, no interior de uma divisão técnica

de trabalho que vinculava, desigualmente, todos os níveis de qualificação e habilidades; vindas de uma divisão sexual e etária do trabalho industrial, a partir desta divisão técnica, que se acompanhava de uma construção de estigmas de gênero, de cor, de idade, de origem, determinando situações de exploração diferenciadas; vindas de formas de disciplinamento e organização do trabalho também diversas, que se juntavam a noções hierárquicas da própria noção de trabalho, formada na matriz escravocrata.

Heterogeneidade, enfim, vinda também do caráter regional e particular da criação de cada empreendimento industrial, cuja lucratividade dependia da forma como proletarizavam seus trabalhadores (Id., p. 63; grifo meu).

Tomar tal posição no debate acadêmico significa também questionar outras, como as que afirmam que a formação da classe operária no Brasil "deu-se preponderantemente dentro de um contexto onde predominava a grande indústria" (Antunes, 1982, p. 57). Para esta discussão, as contribuições de Francisco Foot e Victor Leonardi (1982, p. 180-183) são importantes. Segundo os autores havia no início do século, por um lado, grandes indústrias modernas, em especial no setor têxtil, que concentravam operários em centros como Rio de Janeiro e São Paulo,¹²⁴ e, de outro, pequenas empresas de base técnica artesanal, nos ramos da construção civil, do mobiliário, gráfico, calçados, etc., dispersas pelo território nacional, o que lhes permite falar do "caráter desigual da formação da classe operária" e da "heterogeneidade da composição dessa força de trabalho".

Para a temática da industrialização este estudo de caso contribui ainda com informações para outras discussões: origem da mão-de-obra; níveis de mecanização; perda (ou não) de conhecimento do processo produtivo por parte do trabalhador; racionalização (ou não) da produção; formas de resistência e negociação ante a dominação fabril; etc.

As variadas situações encontradas no microcosmo juiense dão medida de complexidade que essas questões devem apresentar quando tratadas em termos nacionais. Por outro lado, várias eram as facetas do cotidiano do operariado local regidas por forças (governamentais

ou não) de espectro nacional. Um dos esforços empreendidos neste estudo foi o de mostrar o imbricamento do particular com o geral, através da recuperação da vivência dos contemporâneos.

A clareza com que o estudioso pode visualizar o processo de industrialização "a posteriori" não estava facultada aos que o vivenciam. Obviamente a contabilidade dos empresários, balizada por variáveis externas como preço da matéria-prima, mercado consumidor, valores bancários, servia a estes de referencial na condução de seus negócios. Mas para os trabalhadores juienses a fábrica parece ser o ponto de interseção de trajetórias bastante particulares, que teriam em comum indivíduos em trânsito de um continente para outro, de uma cidade para outra, do campo para cidade, da condição de pequeno proprietário para assalariado, da situação de herdeiro para a de deserdado. Raros são os trabalhadores que cresceram acompanhando a experiência de assalariamento fabril de seus familiares. Talvez por isso seja tão freqüente atribuir ao indivíduo a responsabilidade por acontecimentos próprios ao mundo da fábrica: aumentos de salário, acidentes de trabalho, ascensão na hierarquia funcional. Individuais também eram algumas recusas de certas situações de trabalho: do fio de arame que bate da testa quando se confeccionava uma escova; das trocas súbitas de temperatura; dos chefes agressivos; dos baixos salários.

E as experiências de atuação coletiva dos operários? Elas existiram, como foi visto; mas eram suficientes para selar entre eles alianças próprias à sua condição de assalariados, de empregados? Essa indagação já fora feita, de outra forma, pelo projeto que deu início às pesquisas, cujos resultados estão aqui sistematizados em parte. E a proposta inicial daquele texto continua válida, isto é, uma identidade comum aos trabalhadores precisa ser buscada analisando-se todos os lugares por eles freqüentados – e aqueles dos quais estão excluídos –; destarte, a trajetória palimilhada nestas páginas é apenas uma parte da trajetória dos operários na cidade.

Implícita a esta preocupação está uma hipótese que pode diferir da contida em obras muito manuseadas nesta dissertação e que privilegiaram o estudo do processo de trabalho. Em qualquer unidade pro-

ditiva o processo de trabalho é um lugar, um momento em que o capital exerce sua dominação sobre o trabalho. Porém, em fábricas pequenas, onde as relações de trabalho são construídas com laços pessoais entre empregados e patrões, mesmo porque este estão ali, cotidianamente presentes e acessíveis, a percepção das contradições geradas por esta dominação é bem mais obstaculizada que nas grandes indústrias modernas. Viu-se que a autoria da organização do processo de trabalho não é, via de regra, atribuída aos proprietários, que muitas vezes se submetem igualmente às suas mazelas. O que diferencia, então, o industrial do operário?

Percorrendo as ruas de Ijuí nos anos oitenta, um senhor encontra uma senhora de quem fora colega em uma fábrica, quarenta anos antes e comenta: "ficamos rico lá, não é?". A ironia do comentário faz sentido para a interlocutora porque ambos conhecem a situação econômica recente um do outro e podem contrapor-la à evolução da empresa e dos empresários.

Se era consenso entre os habitantes da "Colmeia do Trabalho", cognome atribuído à cidade em 1944, que um indivíduo precisava trabalhar - e de preferência arduamente - para ser respeitado, não obstante, alguns trabalhadores, ao voltar os olhos para o passado, descobrem que, com igual quantidade de suor, algumas pessoas ganharam bem mais que o sustento de cada dia.

Notas

- ¹ A representatividade retrospectiva dos informantes é discutida por Paul Thompson (1978, p. 122-129).
- ² Ministério do trabalho, Indústria e Comércio, IAPI, Comissão Organizadora, Instruções aos Empregadores, Rio de Janeiro, 10 nov. 1937.
- ³ Algumas informações sobre a história e a economia do município estão sistematizadas em Lazzarotto (1977) e Weber (1987).
- ⁴ A classificação étnica dos municípios, Cidades Luso-Brasileiras (CLB), Antigas Colônias Alemãs (ACA), Novas Colônias Alemãs (NCA), Antigas Colônias Italianas (ACI), foi extraída de Jean Roche (1969). "Outras(os)" refere-se a locais mencionados apenas uma vez; "s/r": sem referências.
- ⁵ Ernesto Werner, Livro para Registro das Fichas dos Empregados, n. I. Sobre a lei dos dois terços, ver Gomes (1979, p. 234).
- ⁶ Geiss & Cia., Relação dos Operários e Empregados, 2 mar. 1938.
- ⁷ Outro informante também narra que russos-poloneses, na época da Revolução Russa, atravessaram a Rússia pela Sibéria e saíram pela China (informação de Willy Beck, 13 jun. 1986).
- ⁸ Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu Americana, Espasa-Calpe S. A., Madrid, 1931; Encyclopaedia Britannica.
- ⁹ "...era 25, 1925. Me lembro, ainda guardemos Natal em cima do navio. Nós viajamos 23 dias em cima do navio. Não era navio de passageiro, mas era navio de carga" (H. Wornath, id.).

¹⁰ Alma F. Schlenker, *idem*. A fuga foi coletiva para diversas famílias que alugaram um vagão num trem que os transportou até Cruz Alta. Nessa viagem também passaram fome. Em C. Alta, lotaram novamente um vagão que os trouxe até Ijuí. Isso teria ocorrido em 1930. Destes acontecimentos, relativamente dramáticos, não foi possível obter outra versão.

¹¹ H. Boger, *idem*. Esse informante contou que eles podiam plantar milho entre os pés de café e criar porcos, o que lhes possibilitava um pequeno comércio com o produto destas atividades. Sobre o assunto, ver Paul Singer (1986, p. 51).

¹² "Até pouco tempo o .. viu a carta que ele ainda escreveu prá nós não trazer nada o que que quebra, né. Trazer só tudo coisa que não quebra, né, na viagem. O Roberto Löw, que... por intermédio do Roberto Löw nós tamos aqui" (Alma F. Schlenker, *id.*). O Sr. H. Boger forneceu informação semelhante.

¹³ Willy Krug, 5 maio 1986. Ele transferiu-se para Ijuí em 1944. As fichas de registro de trabalhadores do Frigorífico Serrano confirmam a presença de vários empregados (do escritório e da produção) naturais de Lajeado.

¹⁴ A narrativa de Evaldo, páginas atrás, sobre Santa Catarina, aponta para a mesma questão.

¹⁵ W. Bartner, *idem*. Outro entrevistado conta que foi morar com tios na colônia porque o alcoolismo de seu pai lhe impossibilitava o sustento dos filhos.

¹⁶ N. S. Reichle, *idem*. Observe-se a comparação com a "Alemanha", lembrando que a narradora nasceu na Romênia e veio para o Brasil com 7 anos.

¹⁷ A. F. Schlenker, *idem*. O pai da entrevistada morreu quando ela estava com 7 anos; acompanhando parentes, a mãe emigrou com filhos para o Brasil.

¹⁸ Relatório 1914, Intendência Municipal de Ijuí.

¹⁹ As demais classificações são: comerciantes, criadores, empregados públicos, agricultores, serviços doméstico e sem profissão.

²⁰ Cf. *Recenseamento do Brasil 1920*, População, v. 4, pt. 5, t. II e *Anuários do Estado do Rio Grande do Sul*.

²¹ Recenseamento do Município de Ijuí de 1932, Profissões. Fonte: *Relatório 1932*, Prefeitura Municipal de Ijuí. O total de pessoas recensadas é 37.718 e o de profissionais é 21.451; todavia não há nota que explique essa diferença.

²² Ilca Schroer Nicoletti, 30 maio 1986. Refere-se a um empregado da salamaria, instalada junto à casa.

²³ J. Agostini, *idem*. O narrador deve estar confundindo algumas datas, pois a instalação do Município ocorreu em 1912.

²⁴ J. Agostini, *idem*. Situação semelhante, na mesma firma e no mesmo ofício, foi vivenciada por um jovem imigrante: "eu recebia aquela época... 15 mil réis por sema, por mês. Não! Os primeiros mês não ganhei nada! Depois eu ganhei 15 mil réis por semana. Trabalhei 4 anos lá; depois de 4 anos eles me aumentaram um mil réis (H. Borger, 3 junho 1986).

²⁵ V. Anholetto, *idem*. Assim como os rapazes encontravam emprego no mesmo ramo depois de cumprido o serviço militar, as mulheres podia ser readmitidas após o puerpério, numa época em que não havia garantias legais de estabilidade de emprego para esses casos.

²⁶ R. Döring, *idem*. Este Sr. foi entrevistado em outubro de 1986, quando um dos efeitos do Plano Cruzado, o de gerar uma procura de trabalhadores especializados, se fazia sentir.

²⁷ W. Krug, *idem*. Sobre atividades "de safra" nos estabelecimentos ijuíenses ver Weber (1987, p. 164). Serventes de indústrias de açúcar também são dispensados durante a entressafra agrícola (Leite Lopes, 1978, p. 11).

²⁸ O trabalho a domicílio, que não deixa de ser uma atividade que compunha o mercado de trabalho local, é estudado no capítulo 3.

²⁹ E. Laureano Neto, 18 fev. 1988. "Atacar", na linguagem regional, significa fazer parar algo ou alguém.

³⁰ N. S. Reichle, *idem*. Segundo outro entrevistado, os empregados do Frigorífico eram encarregados por seus patrões de procurarem outros trabalhadores entre seus conhecidos.

³¹ *Id.*, p. 172; a moeda da época era o conto de réis. Ver tb. Pesavento 1981 (p. 169) e 1983 (p. 77, 199).

³² Ver Weber (1987, p. 28-29). Manuseando dados da Sinopse Estatística do Estado e do Centro de Indústria Fabril do Rio Grande do Sul, Carmen Machado mostra que, em número de estabelecimentos, era muito pequena a proporção das empresas industriais gaúchas que empregavam uma média de 20 operários – ou mais – em meados da década de trinta, tidas como grandes indústrias; no ramo metalúrgico, a concentração de operários por estabelecimento em 1937, era de 19,9 (Machado, 1983, p. 81-86).

³³ A máquina-ferramenta é a parte da maquinaria – as outras são o motor e a transmissão – “que se apodera do objeto de trabalho e o transforma de acordo com o fim desejado” (*Idem*, p. 426 e 427).

³⁴ Ver Pesavento (1983, p. 19, 60, 96, 140 e 199). Nos capítulos manuseados de *O Capital*, na tradução brasileira, a palavra utilizada para designar a perícia do trabalhador é “virtuosidade” (cf. p. 390-391).

³⁵ Eduardo Schmidt & Cia. Ltda., Livro de Registro dos Empregados.

³⁶ Reimann, Gressler & Glitz, Livro par Registro de Empregados, n. 1.

³⁷ Esse operário especializou-se em montar e consertar máquinas laminadeiras (de madeira); observa-se que essa especialização foi induzida pela demanda do produto.

³⁸ Segundo Marx, produzem “mercadorias”: “Mas que é que estabelece a conexão entre os trabalhos independentes do criador, do curtidor e do sapateiro? O fato de os respectivos produtos serem mercadorias” (Marx, p. 406).

* Ver fala do tamanqueiro no cap. 4.

³⁹ Ver FSSA, Livro de Atas n. 93, 8 mar. 1950. A maior parte das informações sobre o matadouro foram colhidas com um operário que especializou-se como sangrador.

⁴⁰ FRSRS, Fichas de Registro de Empregados.

⁴¹ Ver FRSRS, Livro de Atas, n. 15, 28 abr. 1941.

⁴² FRSRS, Livro de Atas, 24 jun. 1940.

⁴³ Amália de Meilo, 14 maio 1986. “Isso tu tinha que fazer ligeiro, se não tu não vencia” (operária 2 da seção de banha).

⁴⁴ Cf. FRSRS, Livro de Atas, 8 jun. 1944.

⁴⁵ “Para a confecção de cartuchos estamos agora pagando 15,00 por milheiro, e ainda fornecendo a cola dextrina. Agora resolvemos cortar a cola que deve ser fornecida pelo colador” (FSSA, Livro de Atas, n. 55, 8 set. 1948).

⁴⁶ FSSA, Livro de Atas, n. 1, 20 fev. 1946.

⁴⁷ Posteriormente foram introduzidos carrinhos para o movimento interno. Com o desenvolvimento das rodovias, o caminhão tomou parcialmente o lugar do trem como meio de transporte de cargas, acarretando a diminuição do tamanho dos volumes a serem embarcados.

⁴⁸ Essas máquinas foram importadas da Alemanha na década de vinte (ver foto da chegada em Weber, 1987, p. 132) e, mesmo em São Paulo, na década seguinte, não existiam melhores, segundo o entrevistado.

⁴⁹ CS/1933/59, apud Weber, 1987, p. 135.

⁵⁰ CS/1938/65, apud Weber, 1987, p. 143.

⁵¹ Gerhard G. G. Wuttfig, 9 out. 1986.

⁵² Vera M. C. Pereira (1979, p. 152-153) afirma que “entre operadores e mecânicos, a máquina é causa de admiração e mesmo de deslumbramento” e segue com uma distinção: enquanto os mecânicos “tendem a demonstrar uma atitude de superioridade em relação à complexidade dos equipamentos”, os operadores revelam reações de medo ante os mecanismos. O relato desse entrevistado mostra uma relação de “simbiose” com a máquina: ele a admira por seus movimentos autônomos, assim como gaba sua própria capacidade de operá-la.

⁵³ Cf. Ernesto Werner, Livro para Registro das Fichas dos Empregados, ns. 1-4. Informações de um antigo operário do engarrafamento de água mineral e, posteriormente, distribuidor de cerveja.

⁵⁴ Theodoro Michaelsen, Fábrica de café e sabão, Livro de Registro dos Empregados.

⁵⁵ A idéia de "desigualdade dos ritmos" já estava presente em Trotsky (1977, p. 25), que postula a existência de uma "*lei do desenvolvimento combinado*", que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas".

⁵⁶ Ver também, acima, descrição do aprendizado de tarefas na "laminadora".

⁵⁷ Antes dos trabalhadores, alguns adventícios trouxeram à cidade certos conhecimentos com os quais organizaram fábricas; posteriormente, alguns enviaram seus filhos à Europa para atualizar esses saberes técnicos (ver Weber, 1987, p. 19, 29, 63 e 170-171).

⁵⁸ Por sua vez, as encadernadoras costumavam "ir prá máquina" – de impressão – quando necessário.

⁵⁹ Sobre o assunto, ver também Ribeiro (1980, p. 138) e Paoli (1987, p. 79).

⁶⁰ Marx (p. 529-530) afirma que a "indústria a domicílio moderna" converteu-se na "seção externa da fábrica" (da manufatura ou do estabelecimento comercial), mas ressalta as características negativas da primeira em relação à segunda: tarefas mais árduas devido à ausência de mecanização; intermediários gananciosos: péssimas condições de trabalho; irregularidade de emprego e maior concorrência entre os trabalhadores.

⁶¹ Ver também a fala do chineleiro na descrição da produção de calçados.

⁶² Sobre acidente com torno, ver CS/1922/29; sobre acidentes na VFRGS, ver CS/1918/79; CS/1920/12; CS/1930/53. Os acidentes com engenhos de cana estão registrados tanto pela imprensa (ver CS/1928/24, p.1; CS/1942/64, p. 3; CS/1943/88, p. 5), quanto pela memória dos contemporâneos.

⁶³ CS/15.11.1922/46; CS/27.12.1922/52; CS/1923/2; CS/28.03.1923/13. Sobre a carpintaria na década de 40, ver Weber (1987, p. 16).

⁶⁴ CS/02.05.1935/35. Observe-se que a "Intentona Comunista" ainda não tinha acontecido. Ver também CS/1936/15.

⁶⁵ Essas propagandas tornam-se freqüentes após 1943 (ver CS/1643/87, p. 6). Na legislação trabalhista as regulamentações relativas a acidentes de trabalho remontam à segunda década deste século e a criação de seguradoras para funcionar nesse ramo foi legislada nos anos vinte (cf. Gomes, 1979, p. 87 e 174).

⁶⁶ FSRS, Ficha de H. Paz.

⁶⁷ Idem, Ficha de F. Ordesto.

⁶⁸ Idem, Ficha de A. Frey, D. Moraes, G. Pereira e S. T. dos Santos

⁶⁹ FSRS, Fichas de A. Audibert, G. Brito e A. Konrath.

⁷⁰ Ver o relato deste chineleiro no capítulo anterior.

⁷¹ Um "acidente no braço", que deixou um operário mais de seis meses em tratamento em 1944, pode ter sido com uma máquina (Livraria Serrana de Löw & Filhos Ltda., Ficha de E. O. Moraes).

⁷² "Feriu o dedo da mão direita com uma lata, em serviço da fábrica" (FSRS, Ficha de A. de Mello, anotação de 1940).

⁷³ FSRS, Fichas de S. Veibert, H. Gronefeldt, I. da Silva.

⁷⁴ FSRS, Ficha de A. Vaginiak.

⁷⁵ Reimann, Gressler & Glitz, Livro para Registro de Empregados; FSRS, Fichas de W. Percoski, A. de Souza e H. Gronefeldt.

⁷⁶ A notícia do *Correio Serrano* transcrita acima, sobre acidente com serra circular em uma fábrica de laminados pode estar se referindo a este episódio; observe-se que enuncia "num momento de descuido".

⁷⁷ Operária admitida em 1941. "Brasileiro" é um termo, com acento pejorativo, que designa os descendentes de luso-brasileiros, por oposição aos descendentes de imigrantes alemães, italianos e poloneses, considerados "de origem".

⁷⁸ FRSRS, Fichas de Registro de Empregados. O funcionário do escritório deve ter confundido-se quanto ao n.º da lei, pois o horário do trabalho industrial era regulado pelo decreto n.º 21.264 de 4.5.1932; o de n.º 22.033 refere-se ao comércio (Nogueira, 1934, p. 49 e 55).

⁷⁹ Ver C.L.T., 1943, Art. 59, § 2º e Art. 67; sobre 8 horas diárias, ver Art. 58.

⁸⁰ Germano Gressler, Folhas de Pagamento, jan. 1941 e abr. 1942; se o "idem" significar trabalhar sábados à tarde, em ambos os casos a jornada semanal é de 48 horas. Em 1942 o Brasil tomou posição no conflito mundial que acarretaram mudanças na política industrial interna; sobre mudanças na jornada de trabalho, ver Paoli (1987, p. 88).

⁸¹ CS/1944/15, p. 6. Ver também CS/1943/21, p. 5 e Weber (1987, p. 156).

⁸² FRSRS, Livro de Atas, n.15, 28 abr. 1941. Sobre os percalços legislativos da concessão de férias aos operários fabris e a resistência dos industriais ante essa questão ver Gomes (1979, p. 179-181, 230-234).

⁸³ FRSRS, Livro para Registros de Recibos de Pagamentos de Férias, 1939/1945; Henrique Bergel, Livro de Registro dos Empregados, n.1; Reimann, Gressler & Glitz, Recibos de Pagamentos de Férias.

⁸⁴ FRSRS, Livro de Atas, Ata n. 10, 15 fev. 1940.

⁸⁵ Idem, Ata 26, 17 fev. 1943.

⁸⁶ FSSA, Livro de Atas, n. 104, 27 set. 1950.

⁸⁷ FRSRS, Livro de Atas, n. 15, 28 abr. 1941.

⁸⁸ Ver fala da operária da seção de banha no capítulo 5.

⁸⁹ FRSRS, Livro de Atas, n. 34, 14 jun. 1943.

⁹⁰ FSSA, Livro de Atas, n. 19, 7 maio 1947 e n. 110, 19 maio 1951.

⁹¹ FRSRS, Livro de Atas, 25 nov. 1943.

⁹² FSSA, Livro de Atas, n. 18, 5 maio 1947.

⁹³ Ver também FSSA, Livro de Atas, n. 76, 13 maio 1949.

⁹⁴ FRSRS, Livro de Atas, n. 14, 21 março 1941.

⁹⁵ Também podiam ser pagos "por empreitada" serviços de descarga da matéria-prima à noite ou sábados à tarde na indústria de laminados; na fábrica de café pregar caixas era "fora de hora" e ganhava-se 200 réis para fazer uma caixa. A CLT previa o pagamento por peça, mas desde que atrelado ao salário mínimo: "Quando o salário for ajustado por empreitada, ou convencionado por tarefa ou peça, será garantida ao trabalhador uma remuneração diária nunca inferior à do salário mínimo por dia normal da região, zona ou subzona" (CLT, 1943, art. 78).

⁹⁶ FSSA, Livro de Atas, n. 9, 9 julho 1946.

⁹⁷ Idem, n. 76, 13 maio 1949. Sobre aborrecimentos anteriores da empresa com vales, ver FRSRS, Livro de Atas, n. 34, 14 jun. 1943 e 25 nov. 1943.

⁹⁸ FSSA, Livro de Atas, n. 9, 9 jul. 1946.

⁹⁹ Nesta data, um funcionário do escritório assina a ficha operário "a rogo"; nas últimas fichas ele assina com dificuldade.

¹⁰⁰ Em outubro de 1942, com a reforma monetária, 1\$000 (mil réis) converteu-se em Cr\$ 1,00 (1 cruzeiro).

¹⁰¹ FRSRS, Fichas de Registro de Empregados.

¹⁰² FRSRS, Livros de Atas, 25 nov. 1943.

¹⁰³ FSSA, Livro de Atas, n. 76, 13 maio 1949.

¹⁰⁴ Ver FRSRS, Livro de Atas, n. 34, 14 jun. 1942; FSSA, Livro de Atas, n. 1, 23 fev. 1946 e aditamento, 26 fev. 1946.

¹⁰⁵ "Sindicato Operário na Fabrica: Pelo Presidente, Mario Machado, fui sabedor que os nossos operários querem pleitear junto ao Ministério do Trabalho a nulidade da convenção para dez horas diárias de trabalho, do ano de 1940 e 1941 com o fundamento de que com o aumento do horário de trabalho para dez horas, não

lhes foi cedido o aumento de salários relativo, digo, respectivo. Por minha insistência o Sr. Mario Machado concordou aguardar o regresso do Sr. Scherer para com o mesmo ter um entendimento a respeito" (FSRS, Livro de Atas, n. 15, 28 abr. 1941).

¹⁰⁶ FSRS, Livro de Atas, 8 jun. 1944. Observe-se o uso do "réis", depois de mais de um ano de reforma monetária que instituiu o cruzeiro.

¹⁰⁷ FSSA, Livro de Atas, 28 fev. 1946.

¹⁰⁸ FSRS, Livro de Atas, 8 jun. 1944.

¹⁰⁹ FSRS, Livro de Atas, 26, 17 fev. 1948. Para contrapor com um outro exemplo de uma auto-imagem "generosa" do empresariado nacional ver Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, "Circular" n. 308, 1º abr. 1924, *apud* Pinheiro e Hall (1981, p. 208).

¹¹⁰ FSSA, Livro de Atas, n. 1, 23 jan. 1946.

¹¹¹ Ver, por exemplo, CS/25.05.1979, p. 22 e cap. 5 adiante.

¹¹² Relações erótico-afetivas entre empregador e empregado, das quais existem algumas notícias, também transcendem os limites das relações de trabalho, mas guardam com estas o alinhamento comum às relações de poder próprias de nossa sociedade: os pólos daquelas relações eram sempre mulheres operárias e homens proprietários.

¹¹³ Há um desencontro de informações sobre a forma de pagamento destas funções entre as entrevistadas (por peça) e os livros de registro (diárias). É possível que o pagamento por peça tenha desencumbido os proprietários de um controle tão arcaico, supostamente necessário quando a remuneração era em diárias.

¹¹⁴ FSSA, Livro de Atas, n. 12, 14 set. 1946.

¹¹⁵ Eduardo Schmidt & Cia. Ltda., Livro de Registros dos Empregados. Outras mulheres são registradas com ocupações explícitas: auxiliar de montagem, lixadeira, armadora; o mesmo para os homens: ajudante de carpinteiro, encaixotador.

¹¹⁶ Sindicato dos Empregados do Commercio e Industria de Ijuhy, Livro de Registro dos Sócios, 15 dez. 1935.

¹¹⁷ FSRS, Livro de Atas, 8 junho 1944.

¹¹⁸ Entre os operários do açúcar, um dos sentidos da categoria "profissão" é também o de uma atividade que se opõe ao serviço executado por ajudantes e serventes (Leite Lopes, 1978, p. 21). Também entre os operários têxteis os profissionais se distinguem dos serventes, mas um ajudante é um aprendiz, isto é, um profissional em formação, que também se diferencia do servente (Pereira, 1979, p. 70-71).

* Grande.

¹¹⁹ "[...] o 'fazer' do artista ressalta o aspecto artesanal de seu trabalho, no sentido de ver sua obra acabada após ter percorrido ele próprio as etapas necessárias à sua realização" (Leite Lopes, 1978, p. 36). A mesma valorização da confecção de peças e sua associação à arte é encontrada entre operários têxteis (Pereira, 1979, p. 105).

¹²⁰ Reimann, Gressler & Glitz, documento avulso, 14 ag. 1953.

¹²¹ Essa empresa transferiu-se com pessoal, equipamentos e administradores para Santa Catarina, próximo à matéria-prima, no início da década de 50. Entendendo que transferiram-se também relações de trabalho geradas em Ijuí na década de 40, o exemplo é pertinente.

Igualmente a saída de outro trabalhador, de uma firma na qual ele trabalhara desde final da década de vinte, no início dos anos setenta, se deve a sua resistência, frente ao patrão, em quebrar os laços de solidariedade constituídos com os colegas ao longo dos anos, como nos conta sua esposa: "Mas meu marido não saiu bem. Porque ele era muito honesto. E o patrão pediu muita coisa dele no fim. Mais isso ele... ele se enfureceu e se aposentou, que se não ele não tinha se aposentado. Ele queria que ele... revistasse todas empregados que sai, as bolsas, né. E meu marido não era disso, porque ele se dava com todo mundo né" (esposa do chefe da chinelaria).

¹²² FSRS, Ficha de W. P.; observe-se o conhecimento e aplicação minuciosos da lei.

¹²³ FSRS, Livro de Atas, n. 9, 23 jan. 1940.

¹²⁴ Também no Rio Grande do Sul o ramo têxtil era o que apresentava a maior concentração de força de trabalho nos anos trinta (ver Machado, 1983, p. 85).

Fontes

Escritas

ALBUM Comemorativo do Cincoentenário da Fundação de Ijuí - 1890/1940. Ijuí, Comissariado da grande Exposição Agro-Pecuária, Industrial e Cultural Comemorativa do Cincoentenário da Fundação de Ijuí, 1940.

BRASIL. *Consolidação das Leis Trabalhistas*. 1943.

_____. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil 1920*, População, v. 4, pt. 5, t. II.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento Geral de 1940*. Censo Demográfico, Rio Grande do Sul.

CARLOS FRANKE. *Livro de Registro de Empregados*, n. 2, 1947. _____, Folha de Pagamento, dez. 1947.

CÍRCULO OPERÁRIO DE IJUÍ. *Livro de Atas*. Ijuí, 1936/1958.

CORREIO SERRANO. Ijuí, 1917/1945.

EDUARDO SCHMIDT & CIA. LTDA. *Livro de Registro dos Empregados*, n. 3, 1945/1946.

ERNESTO WERNER - FÁBRICA DE BEBIDAS. *Livro para Registro das fichas dos empregados*. n. 1-5, 1936/1947.

- FRIGORÍFICO SERRANO DE ROSALVO SCHERER. Fichas de Registro de Empregados, 1934/1945.
- _____. *Livro Para Registro de Recibos de Pagamentos de Férias*, 1939/1945.
- _____. *Livro de Atas*. 1939/1945.
- FRIGORÍFICO SERRANO S.A. *Livro de Atas*. 1946/1957.
- GEISS & CIA. *Livro para Registro das fichas dos empregados*. n. 1-2, 1938/1939.
- _____. Fichas de Registro de Empregados, 1938/1945.
- _____. Documentos avulsos, 1938.
- GERMANO GRESSLER. Folhas de Pagamento, ag. 1940/dez. 1945.
- HENRIQUE BERGEL. *Livro de Registro dos Empregados*. n. 1-3, 1937/1945.
- _____. Fichas de Registro de Empregados, 1940/1950.
- IJUHY no Centenário, 1822-1922. s.n.t.
- IJUÍ 1912-1962, Edição Histórica -50 anos. s. n. t.
- JOSÉ A. FRANTZ. *Livro de Registro dos Empregados*. n 1-2, 1940-1957.
- LIVRARIA SERRANA DE LÖW & FILHOS LTDA. Fichas de Registro de Empregados, 1930/1945.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE IJUÍ. *Relatório Municipal*. Ijuí, 1912/1937.
- REIMANN, GRESSLER & GLITZ - FÁBRICA DE MÁQUINAS DE FERRO E METAL. *Livro para Registro de Empregados*. n. 1-2, 1943/1947.
- _____. Registro de Remunerações e Contribuições I.A.P.I. 1938/1949.
- _____. Caderneta de Contribuições I.A.P.I.. 1938/1955.
- _____. Folha de Pagamento. jan. 1945.
- _____. Documentos avulsos. 1939/1953.

- RIO GRANDE DO SUL. *Anuário Estatístico*. 1922/1927.
- SYNDICATO INDÚSTRIA E COMMERCIO DA CIDADE DE IJUÍ (Syndicato de Offícios Vários). *Livro de Atas*. Ijuí, 1935/1936.
- _____. *Livro de Registro dos Sócios*. 1935.
- SINDICATO DOS OPERÁRIOS METALÚRGICOS DE IJUÍ (Sindicato dos trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico). *Livro de Atas*. Ijuí, n. 1, 1941/1946.
- SOCIEDADE DE LATICÍNIOS IJUENSE LTDA. Fichas de Registro de Empregados, 1934/1935.
- THEODORO MICHAELSEN - FÁBRICA DE CAFÉ E SABÃO. *Livro de Registro dos Empregados*, n. 1-2, 1936/1944.
- THEODORO MICHAELSEN - OLARIA. *Livro de Registro*. n. 1-2, 1936/1945.

Orais

Entrevistas com pessoas que trabalharam em fábricas ijuenses nas décadas trinta e quarenta e que residiam em Ijuí no momento da entrevista.

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, Sindicatos e Partido no Brasil: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo : Autores Associados/Cortez, 1982.
- ARON-SCHNAPPER, Dominique, HANET, Danièle. D'Hérodote au Magnétophone: sources orales et archives orales. *Annales*. Paris. v. 35, n. 1, p. 183-199. jan./fev. 1980.
- BRAUDEL, Fernand. La larga duración. In:—. *La Historia y Las Ciencias Sociales*. 6.ed. Madrid : Alianza Editorial, 1982. p.60-106.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3.ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Lógica e dissonância, sociedade de trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária. *Revista Brasileira de História*. São Paulo : ANPUH/Marco Zero. v.6, n.11, p. 7-44. set. 1985.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Uma incursão pelo lado "não-respeitável" da pesquisa de campo. ANPOCS/CNPq. Recife/Brasília, 1981.
- CALLAI, Jaeme Luiz. *A Agricultura na História de Ijuí*. Ijuí : Livraria UNIJUÍ Editora, 1987. 28 p.
- DE DECCA, Edgar. *O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo : Brasiliense, 1981.

DE DECCA, Edgar. A Ciência da Produção: fábrica despolitizada. *Revista Brasileira de História*. São Paulo : Marco Zero, v.3, n.6, p. 47-79, set. 1983.

_____. *O Nascimento das Fábricas*. 4. ed. São Paulo : Brasiliense, 1986. 78 p.

FISCHER, Martin. A colonização de Ijuí: um retrospecto histórico, sociológico e étnico. In: MUSEU ANTROPOLÓGICO "DIRETOR PESTANA". *Etnias Diferenciadas na Formação de Ijuí*. Ijuí : Livraria UNIJUÍ Editora, 1987. p. 21-45.

GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro : Campus, 1979.

FOOT, Francisco, LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.

JOUTARD, Philippe. El tratamiento del documento oral. *Debats. Valencia*. v.10. p. 72-84, dic. 1984.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

LAZZAROTTO, Danilo. *História de Ijuí*. Ijuí : Museu Antropológico "Diretor Pestana"/FIDENE, 1977.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____ (org.). *Memória e História*. Portugal : Imprensa Nacional, 1984. p. 11-50. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi, v.1.

LEITE LOPES, José Sérgio. *O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários açucar*. 2.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.

_____. Introdução: formas de proletarianização, história incorporada e cultura operária. In: _____ (org.). *Cultura & Identidade Operária*. Rio de Janeiro : Marco Zero/Editora UFRJ, 1987. p. 11-32.

LINEBAUGH, Peter. Crime e Industrialização: a Grã-Bretanha no século XVII. In: Pinheiro, Paulo S. (org.). *Crime, Violência e Poder*. São Paulo : Brasiliense, 1983 p. 99-141.

MACHADO, Carmen L. Bezerra. *O movimento operário e sindical no Rio Grande do Sul de 1930 a 1937*. Dissertação de Mestrado, UFRGS. Porto Alegre, 1983.

MARONI, Amnérís. *A Fábrica: Espaço de Poder. Desuítos*. São Paulo, n.2, p. 30-52, ag. 1983.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, s. d., Livro 1.

MICHELAT, Guy. Sobre a Utilização da Entrevista Não-Diretiva em Sociologia. In: THIOULENT, Michel. *Crítica Metodológica, Investigação social e Enquete Operária*. 3.ed. São Paulo : Polis, 1980. p. 191-211.

NOGUEIRA, Oscar Pupo. *Como os Industriais deverão executar as leis sociais trabalhistas*. São Paulo : Escolas Profissionais Salesianas, 1934.

PAOLI, Maria Celia, SADER, Eder, TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*. São Paulo : Marco Zero, v.3, n.6, p. 129-149, set. 1983.

PAOLI, Maria Celia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José S. Leite (org.). *Cultura & Identidade Operária*. Rio de Janeiro : Marco Zero/Editora UFRJ, 1987. p. 53-101.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. São Paulo : Paz e Terra, 1981. 227 p.

PEREIRA, Vera Maria Cândido. *O Coração da Fábrica: estudo de caso entre operários têxteis*. Rio de Janeiro : Campus, 1979. 242 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Indústria da Cerveja no Rio Grande do Sul. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*. Porto Alegre. p. 157-174. 1981.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. A indústria metalúrgica no Rio Grande do Sul: um esboço histórico. *Revista do IFCH da UFRGS*. Porto Alegre. p. 157-198, 1982.
- _____. *RS: Agropecuária Colonial & Industrialização*. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1983.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo : Brasiliense, 1984.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio, HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil (1889-1930)*: Documentos. São Paulo : Brasiliense; Campinas : FUNCAMP, 1981. v. II.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do "indizível" ao "dizível". *Ciência e Cultura*, São Paulo : SBPC. v.39, n.3, p. 272-286, março de 1987.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 1980.
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Globo, 1969. 2v.
- ROGERS, Carl R. The Nondirective Method as a Technique for Social Research. *The American Journal of Sociology*. v.50, n.4, p. 279-283, jan. 1945.
- SAMUEL, Raphael. Workshop of the world: steam power and hand technology in mid-Victorian Britain. *History Workshop*. London. p. 6-72, spring 1977.
- SIEKIERSKI, Marii, LAZZAROTTO, Danilo. *Povoado Santana conta sua história*. Ijuí : Livraria UNIJUI Editora, 1987. 87 p.
- SINGER, Paul. *A Formação da Classe Operária*. 3.ed. São Paulo : Atual; Campinas : Editora da UNICAMP, 1986. 74 p.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 7.ed. São Paulo : Alfa-Ômega, 1986. 114 p.

- THOMPSON, Edward P. *La Formación Histórica de La Clase Obrera*. Barcelona: Laia, 1977. 3v.
- _____. *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979. 319 p.
- THOMPSON, Paul. *The voice of the past: Oral History*. Oxford : Oxford University Press, 1978.
- _____. La historia oral y el historiador. *Debats*. Valencia. v.10. p. 52-56. dic. 1984.
- TROTSKI, Leon. *A história da Revolução Russa*. 2.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977. v.1.
- URBAN History and Local History. *History Workshop*. London, n.8, p. iv-vi. Aut. 1979.
- WEBER, Regina. *História e Memória: A identidade social do trabalhador*. Projeto de pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP), 1985.
- _____. *Os inícios de industrialização em Ijuí*. Ijuí : Livraria UNIJUI Editora, 1987.

Arquivos e Bibliotecas

Museu Antropológico "Diretor Pestana", Ijuí/RS.

Biblioteca da Universidade de Ijuí, Ijuí/RS.

Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre/RS.

Biblioteca de Economia da UFRGS, Porto Alegre/RS.

Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades da UFRGS, Porto Alegre/RS.

Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas/SP.

Arquivo Edgar Leuenroth, Campinas/SP.

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro/RJ.

Arquivos privados de cidadãos e empresas ijuitenses.